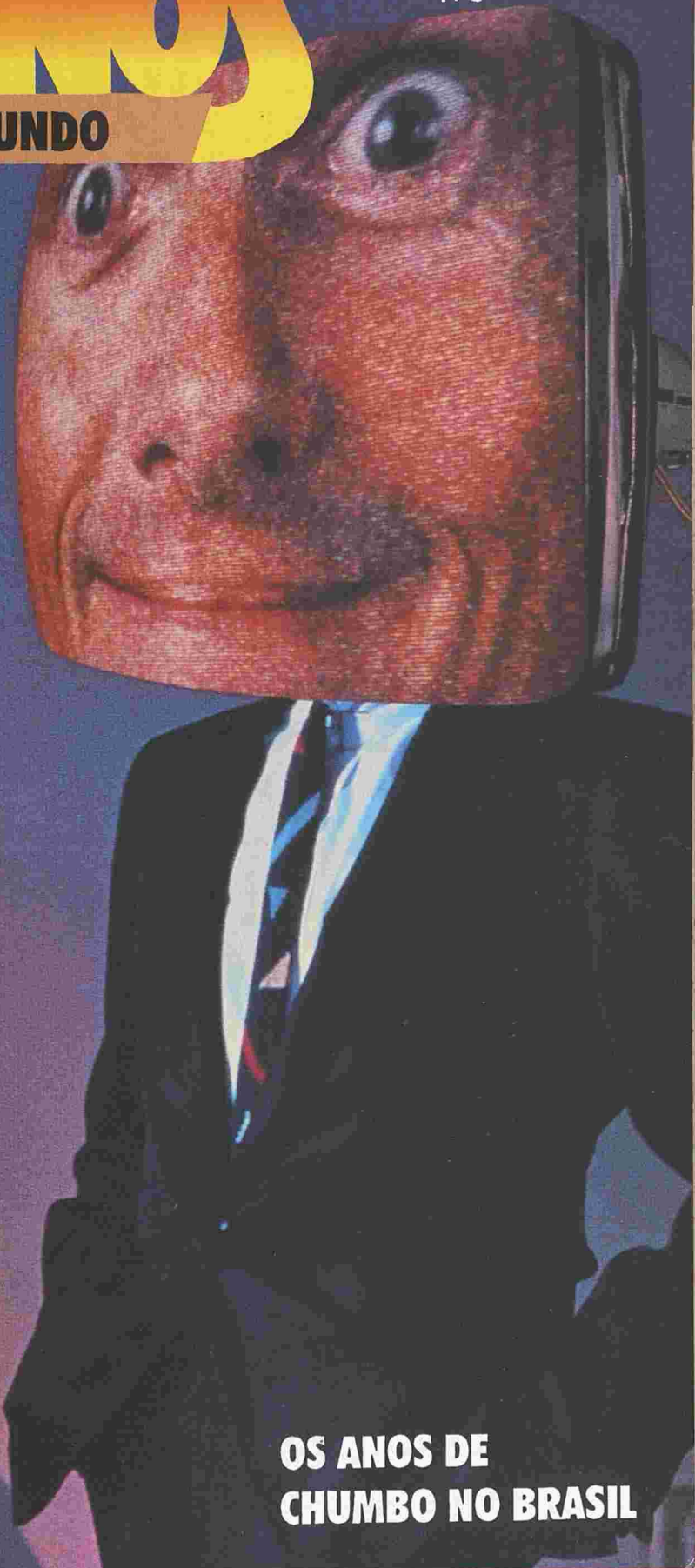


PUBLICAÇÃO MENSAL • R\$ 4,00

# CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

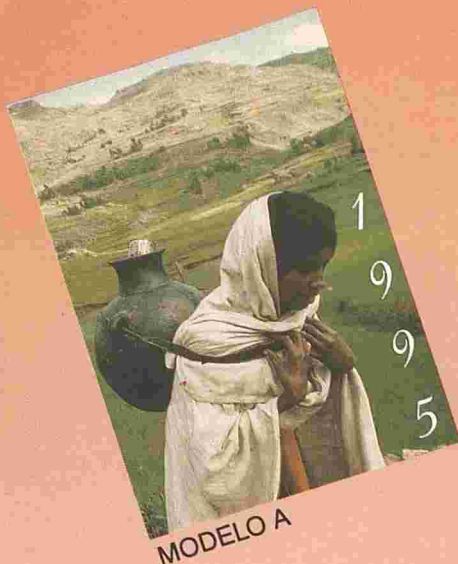
179



Como  
a mídia  
faz a sua  
cabeça

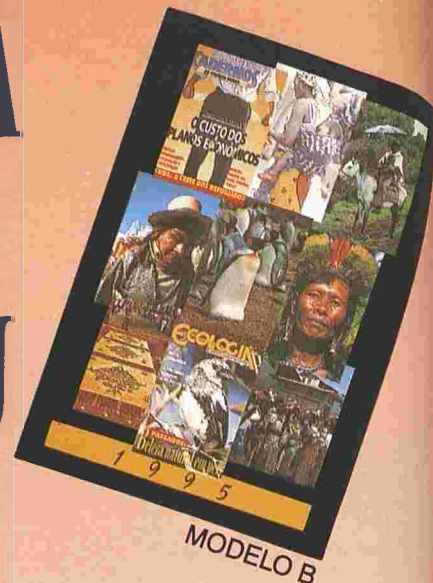
ALUNOS RESIDENTES:  
UMA ALTERNATIVA  
À MARGINALIZAÇÃO

OS ANOS DE  
CHUMBO NO BRASIL



MODELO A

# ANOTE ESTA AGENDA PARA O SEU NATAL



MODELO B

Lançamos nossa Agenda/95, onde você encontra, além das tradicionais informações e espaços para anotações de trabalho e compromissos, muitos dados sobre ecologia e datas nacionais e internacionais.

Impressa em papel de qualidade, tem acabamento sofisticado e reforçado, apresentando duas opções de capa, em cores e plastificada.

É uma ótima opção de presente de Natal. Oferecemos descontos na compra de mais de um exemplar por pedido. Adquira para você e seus amigos. A tiragem é limitada. Peça ainda hoje!

## PEDIDO DA AGENDA/95

### PREÇOS:

Quantidade por pedido	Percentual de desconto	Preço por exemplar (já c/ desconto)
1	—	R\$15,00
2	5%	R\$14,25
3	10%	R\$13,50
4	20%	R\$12,75

### MEU PEDIDO É DE:

Quantidade	Modelo	Uso da Editora
	A	
	B	

Enviar para **Editora Terceiro Mundo Ltda.**  
 Depto. de Assinaturas  
 Rua da Glória, 122 - 1º andar - Glória - 20241-180  
 Rio de Janeiro, RJ  
 Peça também pelo telefone:  
 (021) 221-7511 ou FAX (021) 252-8455

## DADOS DO COMPRADOR

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Tel.: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Estou efetuando o pagamento por:

Cheque(s) nominal(ais) à Editora Terceiro Mundo Ltda.

Reembolso postal

Por telefone (fornecer o nº do cartão de crédito)

Vale postal Ag. Lapa

De acordo com a opção feita, autorizo o débito no cartão de

crédito: \_\_\_\_\_, que tem validade até \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
nome do cartão

Nome do titular do cartão \_\_\_\_\_

Nº do cartão \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO

DATA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Comprador



## Editora Terceiro Mundo Ltda.

### 1. Que seções você considera mais interessantes?

- |   |                                    |
|---|------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> América Latina | <input type="checkbox"/> Minorias  |
| <input type="checkbox"/> África         | <input type="checkbox"/> Drogas    |
| <input type="checkbox"/> Ásia           | <input type="checkbox"/> População |
| <input type="checkbox"/> Oriente Médio  | <input type="checkbox"/> Mulher    |
| <input type="checkbox"/> Economia       | <input type="checkbox"/> Outros    |

### 2. Quais seções lhe parecem menos interessantes?

.....

.....

### 3. Interessa que incluamos outras regiões?

- Sim  Não

Quais? .....

.....

### 4. Gostaria que tratássemos de outros temas?

- Sim  Não

Quais? .....

.....

### 5. Você considera bom o tamanho dos artigos?

- Sim  Não

Explique por que: .....

.....

### 6. O que você acha de nossas capas?

- Boas  Ruins
- Regulares

### 7. Alguma em particular chamou a sua atenção?

- Sim  Não

Lembra qual foi o número da revista? .....

### 8. Você considera adequado o nome da revista?

- Sim  Não

Porquê? .....

.....

### 9. O que você acha da apresentação visual dos temas?

- Boa  Regular  Ruim

### 10. Qual a sua opinião sobre o Suplemento?

- Bom  Regular  Ruim

### 11. Tem algum outro comentário ou sugestão sobre nosso trabalho?

.....

Nome .....

Ocupação ..... Idade .....

Endereço .....

Cidade .....

Estado ..... CEP .....

**N**ossos leitores sabem que desde o começo de 1994 estamos comemorando os vinte anos de cadernos do terceiro mundo, que se cumprem em setembro deste ano. A proximidade do nosso vigésimo aniversário nos levou a criar uma nova seção, "Grandes Reportagens", onde estamos republicando os principais artigos desse período. Por isso, almejamos que os leitores mais conscientes conheçam melhor a trajetória de nossa publicação e os mais antigos avaliem, à luz das novas realidades, a cobertura que demos a fatos que marcaram estas duas décadas.

Mas a data não pode ser comemorada só olhando o passado. Pretendemos projetar nosso trabalho para o futuro, levando em consideração as mudanças produzidas nestas duas décadas e as novas expectativas de nossos leitores. Assim, queremos estabelecer um "diálogo" com nosso público para conhecer sua opinião sobre a revista, suas diferentes seções, o tratamento dos temas, a diagramação etc.

O questionário que publicamos a seguir é uma tentativa de estabelecer com nossos leitores uma relação mais direta. Desde já, agradecemos o tempo que dedicarem a respondê-lo.

As respostas devem ser dirigidas a:

**Editora Terceiro Mundo Ltda.**  
Rua da Glória, 122 - Gr. 105-106  
Glória - 20241-180  
Rio de Janeiro - Brasil

# ASSINE DUAS REVISTAS QUE SOMAM NA SUA INFORMAÇÃO



## PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

DESCRIÇÃO DAS OPÇÕES	À VISTA	À PRAZO
Assinatura anual de "cadernos" ou "Ecologia"	<b>A</b> R\$44,00	<b>B</b> 2 X R\$ 23,00 p/ 30/60 dias
Assinatura anual de "cadernos" + "Ecologia"	<b>C</b> R\$88,00	<b>D</b> 3 X R\$ 30,00 p/ 30/60/90 dias

## CUPOM DE PEDIDO PARA UM AMIGO

cadernos     Ecologia

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Tel: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Editora Terceiro Mundo Ltda. - Deptº de Assinaturas  
Rua da Glória, 122-1º andar - Glória - CEP 20241-180 - Rio de Janeiro, RJ  
PEÇA TAMBÉM PELOS TELS (021) 221-7511  
OU PELO FAX (021) 252-8455

## MEU PEDIDO DE:

Assinatura "cadernos"     Assinatura "Ecologia"

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Tel: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Minha opção de pagamento é ( A ) ( B ) ( C ) ( D )

A opção do meu amigo é ( A ) ( B ) ( C ) ( D )

Estou efetuando meu pagamento por:

Cheque(s) nominal(ais) à Editora Terceiro Mundo Ltda.

Reembolso Postal

Por Telefone (fornecer o nº do cartão de crédito)

Vale Postal Ag. Lapa

De acordo com a opção feita, autorizo o débito no cartão de crédito: \_\_\_\_\_, que tem validade até \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
(nome do cartão)

Nome do titular do Cartão

\_\_\_\_\_

Nº do Cartão

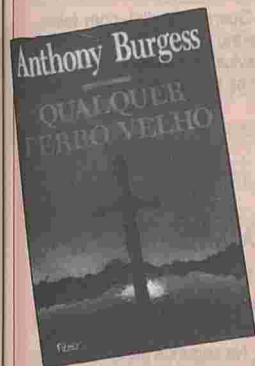
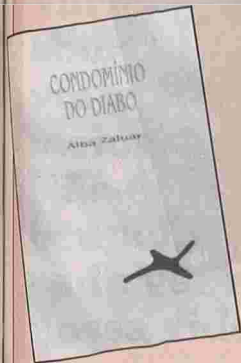
\_\_\_\_\_

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO

DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Comprador

# POSTAL NORTE SUL



## MÃES DE ACARI - UMA HISTÓRIA DE LUTA CONTRA A IMPUNIDADE

Carlos Nobre

A tragédia do desaparecimento de 11 pessoas, seqüestradas e mortas na Baixada Fluminense em 1990. A peregrinação das mães das vítimas em busca de justiça

172 pp  
E337  
R\$12,00

## BECO DAS GARRAFAS - UMA LEMBRANÇA

Marcello Cerqueira

Com narração leve, o romance desfila personagens que habitaram um certo quarteirão da Copacabana dos anos 60, onde nasceu a bossanova e onde marginais, boêmios, trabalhadores, empresários e prostitutas conviviam pacificamente

198 pp cód. 357 R\$14,00

## CONDOMÍNIO DO DIABO

Alba Zaluar

O livro reúne ensaios publicados sobre dois aspectos destacados pela antropóloga em suas pesquisas: o efeito devastador do crime organizado sobre os jovens da periferia urbana e a incapacidade do Estado de atingir os processos de conversão destes jovens à carreira criminosa. O livro tenta desmontar a máquina destes "círculos infernais" para ir em busca de uma sociedade de paz, justiça e liberdade.

278 pp cód. E-351  
R\$24,50

## ALMANAQUE BRASIL 1993/94

Editora Terceiro Mundo/Ivan Alves

Publicação voltada para a discussão de um projeto nacional.

Formação da nacionalidade brasileira, conjuntura atual, povo e instituições, atividades produtivas, roteiro da cidadania e suporte estatístico com 60 quadro e tabelas atualizadas. Complementa o Guia do Terceiro Mundo, cuja nova edição está sendo preparada.

327pp  
E 318 R\$ 19,00

## A SAGRAÇÃO DA LIBERDADE - HERÓIS E MÁRTIRES DA AMÉRICA LATINA

Vários autores

Trabalhos apresentados em seminário que juntou historiadores e ensaístas latino-americanos no Rio, em comemoração dos 200 anos de Tiradentes. Simón

Bolívar, José Martí e outros são tratados de forma criativa e original. 182 pp  
cód. 353 R\$ 13,00

## QUALQUER FERROVELHO

Anthony Burgess

Um grupo heterogêneo de personagens leva o leitor a viajar através da história do século. Num mundo em mutação, eles deslocam-se no espaço e no tempo ao sabor dos conflitos na Europa e no Oriente Médio, e assistem à criação do Estado de Israel e de Gales independente, libertada do jugo saxão.

368 pp cód. 350 R\$ 23,80

## COLAPSO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL

Organizado por Ana Maria Fernandes e Fernanda Sobral

Um convite à reflexão sobre os impasses e limites deste setor da vida nacional, através de textos de Benício Viero Schmidt, Brasimar Nunes, Ivan Rocha, Michelangelo Trigueiro e Ronaldo Conde Aguiar

152 pp E 341 R\$10,00

## VISÕES DO GOLPE DE 1964

Maria Ceilina D'Araújo, Gláucio A. D. Soares e Celso Castro

O livro reúne depoimentos de militares que vieram a ocupar posições de relevo no sistema de informações criado a partir de 1964. A obra nos faz rever páginas da história recente do país, desde a renúncia de Jânio Quadros em 1961 até a posse de Costa e Silva, em 67

256 pp E 346 R\$15,00

## SHORTCUTS - CENAS DA VIDA

Raymond Carver

Com prefácio do cineasta Robert Altman, responsável pela versão cinematográfica do livro, esta obra reúne pequenos contos sobre gente comum. Sua grande qualidade é dar emoção e significado a fatos aparentemente destituídos de grandeza

179 pp  
E 348 R\$ 12,14

## PENSAR PELO AVESSO

Benjamin Coriat

O economista francês analisa no livro o modelo de administração e gerenciamento adotado nas empresas do Japão, levando em conta a própria mentalidade japonesa, determinante para as relações de trabalho existentes no país. Coriat mostra quais os aspectos da experiência japonesa que poderiam ser transferidos ou não para o Brasil, no qual esteve diversas vezes.

209pp  
400  
R\$14,80

## CUBA CHEGA LÁ!

Jurema Finamour

O livro fala sobre as descobertas, invenções, realizações científicas, tratamentos e curas de várias enfermidades. Em meio a mais de 30 anos de bloqueio econômico que asfixiou a economia cubana, o país sobrevive graças aos esforços do povo e do governo e à solidariedade internacional.

406pp  
E 349  
R\$10,00

## A CONSTITUIÇÃO NA HISTÓRIA - ORIGEM E REFORMA

Marcello Cerqueira

O autor examina as constituições de diversos países, desde a época da Revolução Francesa até nossos dias. Com uma visão erudita e corajosa da história, mostra os choques políticos que se escondem debaixo da redação das leis, desnudando o real funcionamento do poder

439 pp  
E347 R\$ 36,30

## RETRATOS E FATOS DA HISTÓRIA RECENTE

Carlos Castello Branco

O famoso jornalista traça os perfis de várias pessoas que ajudaram a construir a História recente brasileira, desde os presidentes João Goulart (Jango) e Jânio Quadros até Itamar Franco

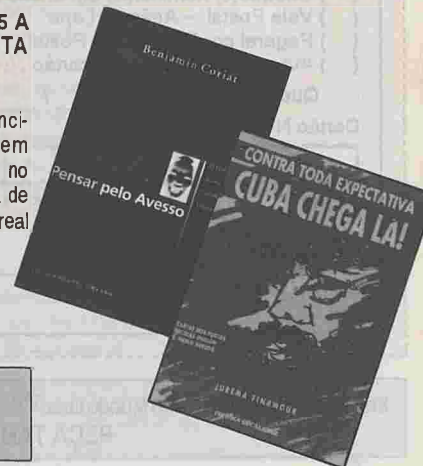
205 pp  
E338  
R\$14,70

## POLÍTICA BRASILEIRA DE 1945 A 1990 - UMA VISÃO NACIONALISTA

Oswaldo Lima Filho

Uma visão aprofundada dos principais temas que estiveram em discussão nas últimas décadas no Brasil, sempre com a perspectiva de identificar, analisar e defender o real interesse nacional

324pp  
E-340 R\$ 18,70



**ATENÇÃO:** Se, por motivo de insuficiência de estoque, faltar algum livro de seu pedido, a entrega será feita parcialmente e completada posteriormente.

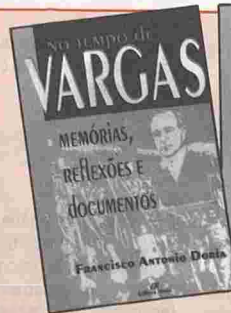
# POSTAL NORTE SUL



**CIDADANIA E COMPETITIVIDADE**  
Guiomar Namó de Mello

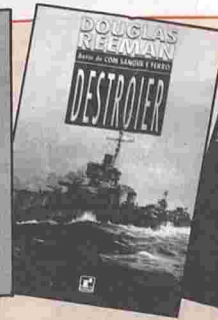
Discussão sobre temas relativos ao sistema escolar, sob a ótica da gestão da escola e da prática da sala de aula, apoiando-se em trabalhos da autora apresentados na USP entre 1991 e 1993, e no seminário da Unesco/OREALC em 1992.  
195 pp  
cód.358  
R\$11,50

**SOCIALISMO**  
Émile Durkheim e Max Weber  
Organizado por Luis Carlos Fridman  
Dois grandes autores clássicos da sociologia discorrem sobre o futuro e a possibilidade da justiça social plena. São ensaios e conferências inéditas em português, com análise às vezes até profética  
128 pp E 344 R\$11,50



**NO TEMPO DE VARGAS**  
Francisco Antonio Dória  
Memórias, reflexões e documentos sobre os dois governos de Getúlio Vargas. Análise dos usos e métodos que caracterizam o período e os grandes acontecimentos daquele momento fundamental da história brasileira.  
170 pp  
cód.356  
R\$12,80

**GEOMORFOLOGIA: UMA ATUALIZAÇÃO DE BASES E CONCEITOS**  
Organizado por Antonio José Teixeira Guerra e Sandra Baptista da Cunha  
Ciência geomorfológica, hidrologia e erosão nas encostas. Indicado para quem deseja compreender melhor os processos geomorfológicos na superfície terrestre, e o papel do homem como acelerador deles.  
458 pp  
cód.354  
R\$25,00



**DESTROÍER**  
Douglas Reeman  
Narrativa sobre a Segunda Guerra Mundial, com feitos heróicos de homens que, mesmo levados ao extremo de sua resistência a bordo de navios precários, enfrentando poderio superior, conseguem se manter fiéis a seus princípios pessoais.  
351 pp  
cód. 360  
R\$15,00

**DO MUNDO DA LEITURA PARA A LEITURA DO MUNDO**  
Marisa Lajó  
Dirigido a professores, historiadores, educadores e escritores, o livro aborda valores e funções atribuídos à literatura infanto-juvenil na escola. Na segunda parte, análises sobre textos literários.  
109 pp cód. 359  
R\$8,00



Nome .....  
Endereço .....  
Bairro ..... Cidade.....  
Estado ..... CEP ..... Tel .....  
Profissão .....

Assinale a forma de pagamento do(s) seu(s) pedido(s).  
( ) Cheque(s) nominal(is) em anexo à Editora Terceiro Mundo Ltda.  
( ) Vale Postal – Agência Lapa ( ) Assinante ( ) Não-assinante  
( ) Pagarei por Reembolso Postal  
( ) Autorizo débito no meu cartão .....

Que tem validade até \_\_\_\_ / \_\_\_\_ No valor de CR\$ .....

Cartão N°  
\_\_\_\_\_

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO

Data:...../...../.....  
Assinatura do comprador .....

CÓD.	QUANT.

Cadernos nº179

Enviar para Editora Terceiro Mundo Ltda. • Depto. de Assinaturas • Rua da Glória, 122 - 1º andar - Fio de Janeiro - RJ • CEP 20241-180 • Telex: 21 33054 CTMB BR  
PEÇA TAMBÉM PELO TELEFONE (021) 221-7511 OU PELO FAX (021) 252-8455

# SUPLEMENTO

ESPAÇO DE REFLEXÃO SOBRE TEMAS ALTERNATIVOS

## Centro popular de cultura da

# UNE

Página 2

*A antiga sede da UNE na praia do Flamengo foi um símbolo de resistência cultural*

### ENTREVISTA

Paulo Coelho fala de literatura e política

Página 6

### MULHER

As prostitutas se organizam

Página 10

### IRLANDA

Manobras britânicas adiam a paz

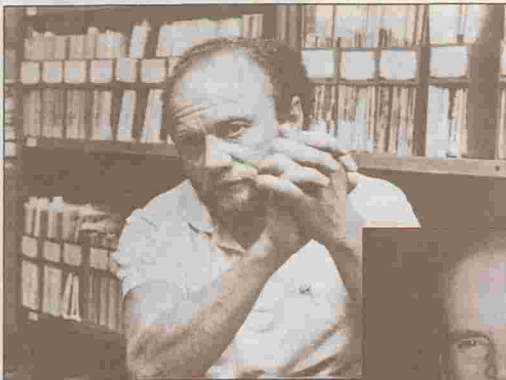
Página 14



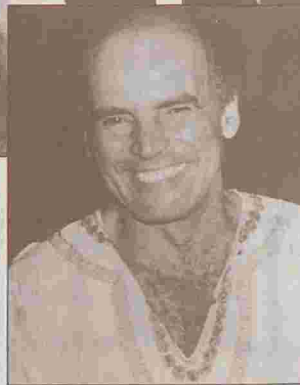
# PENSANDO O PAÍS ATRAVÉS DA CULTURA



Glauber Rocha



Leon Hirzeman



João das Neves



Cacá Diegues

*Os Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes, que buscavam a “arte popular revolucionária”, foram um marco nos anos 60. Se por um lado não conseguiram fazer da cultura o fermento transformador da sociedade, por outro ajudaram a construir uma face mais crítica e verdadeira do país*

Juliana Iooty



**O** que têm em comum o poeta Ferreira Gullar, o cineasta Cacá Diegues, o músico Carlos Lyra, o autor teatral Oduvaldo Vianna Filho, o ator Gianfrancesco Guarnieri e o recém-eleito senador José Serra? Além da nacionalidade, de pertencerem à mesma faixa etária e do fato de serem personalidades de destaque no cenário nacional, os brasileiros citados acima são todos *ex-cepecistas*. O termo, para quem não viveu a década de 60, significa membro do Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes, o conhecido CPC da UNE.

Espécie de *carrefour* cultural da década de 60 no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, o CPC da UNE é uma referência de época no que diz respeito a cultura e política. Por ele passaram, além dessas personalidades, dezenas de outros nomes das artes, da política e, por que não dizer, da história recente do país, como os cineastas Glauber Rocha e Leon Hirzman e o sociólogo Herbert de Souza, entre outros.

Com o objetivo de resgatar o trajeto do CPC, e com ele parte da história de um período de ebulção social e cultural, a jornalista carioca Jalusa Barcellos passou sete anos pesquisando e recolhendo o depoimento de 32 participantes da entidade, além de editar e publicar pela editora Nova Fronteira o livro *CPC da UNE: uma história de paixão e consciência*. A empreitada começou a convite da antiga Fundação Nacional de Artes Cênicas (Fundacen) em agosto de 1987, foi interrompida com o Plano Collor e finalmente retomada e publicada em agosto desse ano.

Para Jalusa, o mais impressionante foi descobrir como a quase unanimidade dos ex-cepecistas conserva até hoje o vigor e a crença em um país melhor. "São todos meninos e meninas ainda hoje, independente da idade. Continuam se emocionando com os problemas do Brasil", exulta Jalusa, acrescentando que a combinação de



Eles não usam black-tie (aqui em versão cinematográfica) foi um marco na dramaturgia do país

emoção e razão (daí o subtítulo *uma história de paixão e consciência*) foi a alquimia que resultou em uma militância dedicada e de legado cultural tão prolífico para a história do país.

**O que foi o CPC?**— O período de fundação do CPC (leia-se os anos que antecederam o golpe militar de 1964) foi de intensas mudanças políticas. No cenário internacional, a revolução cubana, recém-vitoriosa, enfrentava a crise dos mísseis; o mundo ainda sofria com a bipolarização entre Leste e Oeste, entre socialismo e capitalismo. O Brasil, com a renúncia em 1961 do presidente eleito Jânio Quadros, vivia a promessa de reformas estruturais do governo João Goulart. A juventude intelectualizada (que freqüentava as universidades) via-se no meio de intenso debate sobre os destinos do mundo. A palavra de ordem era engajar-se na luta por uma sociedade mais justa. Acreditava-se que o Brasil tinha futuro promissor e que o papel de intelectuais e artistas era decisivo.

Foi em meio a este caldeirão político que um grupo de estudantes, em associação com a UNE, decidiu fundar o Centro Popular de Cultura. O núcleo fundador era composto pelo dramaturgo Oduvaldo Vianna Filho, pelo cineasta Leon Hirzman e pelo sociólogo Carlos Estevam Martins. Seu anteprojeto de manifesto data de março de 1962 no então estado da Guanabara,

reiterado em um manifesto definitivo divulgado em agosto do mesmo ano ao qual aderiram artistas e intelectuais como Ferreira Gullar, Francisco de Assis, Armando Costa e João das Neves.

O objetivo era criar e divulgar uma "arte popular revolucionária", e — conforme dita seu documento fundador, o Relatório do CPC da UNE — impulsionar a "tomada de consciência por parte de artistas e intelectuais" em um projeto capaz de levar a arte e a cultura ao povo.

O movimento que desembocou na fundação do CPC poderia ser definido como uma maneira de tratar a cultura popular como forma de consciência política, e que, como tal, deveria ser compreendida "à luz de suas relações com a base material". Os cepecistas acreditavam que a arte era revolucionária, capaz de fazer o homem perceber o mundo em que vivia e, assim, romper com os limites opressores, sejam políticos ou de estética e linguagem artísticas. Os cepecistas eram membros da militância da esquerda, notadamente do Partido Comunista e da Ação Popular. Para eles a verdadeira arte popular era política e rompia com a "cultura alienada das classes dominantes", onde se incluíam o cinema *hollywoodiano* e o teatro das companhias tradicionais.

Por um lado, em nome destes ideais, muitos equívocos foram come-

tidos, entre eles o de negar validade a qualquer manifestação artística que não se enquadrasse dentro desta concepção. O entusiasmo dos jovens era levado a um ponto que poderia se aproximar do patrulhamento ideológico. Mas por outro lado eles fizeram, sem dúvida, avançar a consciência e a reflexão crítica sobre o país.

**Papel do teatro** – O teatro foi encarado pelos jovens como fórmula ideal de levar a arte ao povo, pela sua “comprovada acessibilidade à grande massa”. A atividade cultural era uma forma de “atuação com os grupos sociais”, definida como a transformação dos espetáculos em debates populares que tinham como palco caminhões, escadarias e portas de fábricas. Levavam-se ao povo as teses nacionalistas formuladas durante os congressos da UNE, em forma de autos escritos pelo seminário de dramaturgia da entidade. Os jovens diziam que o povo “mobilizava suas vanguardas, criando seu núcleo, aprendendo e ensinando a tornar social a ação, a tornar concretos seus conhecimentos do mundo pela prática transformadora”.

Para tal, havia o Grupo de Repertório, encarregado da produção das peças e de escrever argumentos, e o Grupo de Espetáculos Populares, responsável pelas encenações nas entidades de massa (sindicatos, favelas, faculdades, praças públicas e clubes de bairro). “Nossa arte só irá onde o povo consiga acompanhá-la, entendê-la, e servir-se dela”, afirmavam.

O teatro popular não surgiu com o CPC da UNE. Antes da fundação dele, já no final da década de 50, o Teatro de Arena encenava peças de fundo social, como *Eles não usam black-tie*, de Gianfrancesco Guarnieri, e *Chapetuba Futebol Clube*, de Oduvaldo Viana Filho, este, aliás, um mito do teatro popular e da própria história do CPC. Foi Oduvaldo Vianna, ou o “Vianinha”, como era conhecido, um dos fundadores e idealizadores dos projetos cepecistas. Em 1960, buscando o “teatro para o proletariado”, como se consagrou o estilo teatral proposto pelo CPC, Vianinha se desligou do Teatro de Arena sob a alegação da atuação do grupo restringir-se às salas de teatro. Uniu-se então ao grupo teatral da Fa-

culdade de Arquitetura do Rio e encenou sua peça *A mais-valia vai acabar, seu Edgar*, dirigida por Francisco de Assis e com música de Carlos Lyra, outro cepecista que mais tarde se destacaria com a bossa-nova.

A iniciativa de Vianinha foi uma das primeiras tentativas de aglutinar estudantes, artistas e intelectuais em um espetáculo popular. Entre as principais peças teatrais encenadas pelo CPC estão a montagem de *A vez da recusa*, de Carlos Estevam Martins, em julho de 1961, com direção de Francisco de Assis. O *Auto dos 99%*, de Oduvaldo Viana Filho – que se referia à necessidade de reformulação da uni-

### Os estudantes romperam radicalmente com as idéias e a estética alienada que imperavam nas artes

versidade, à qual “99%” dos brasileiros não tinham acesso – foi dirigida por Armando Costa e encenada nas faculdades da Guanabara, em concentrações populares e praças públicas, assim como *O Auto do Tutu está no Fim* e o *Auto dos Cassetetes*.

De caráter mambembe, o teatro cepecista não tinha recursos para manter uma equipe fixa, além de não possuir teatro próprio. Mas, justamente por isso, aproximava-se ainda mais da arte popular. Pretendia-se um teatro livre das estilizações e do profissionalismo com tom “europeizante do teatro burguês”.

**UNE Volante** – Em 1961, um ano antes da fundação do CPC, a União dos Estudantes criou o grupo UNE

Volante, unidade móvel que percorreria diversos estados para discutir a unidade do movimento e tentar criar uma corrente nacional de cultura popular. Em 1962, já depois da criação do CPC e, através da unidade volante, a UNE estimulou a criação de outros centros populares de cultura como o da Bahia, ao qual se uniu Gláuber Rocha.

**Arte e financiamento** – O CPC também fez incursões na literatura, cinema e música. Suas atividades no mercado editorial foram iniciadas com o lançamento do cordel: *João Boa Morte, cabra marcado para morrer*. Com tiragem de 10 mil exemplares, o cordel foi escrito depois que, em uma unidade volante, os membros do CPC presenciaram o assassinato de um líder rural no Nordeste. Foram também lançadas coletâneas de poesias sob o nome de *Cadernos do Povo Brasileiro*, com textos de Affonso Romano de Sant’Anna, Ferreira Gullar, Moacyr Félix e Vinicius de Moraes.

Em julho de 1962, o CPC lançou o disco *O Povo Canta*, um compacto de 33 1/2 rotações com as faixas *Canção do Subdesenvolvido*, de Carlos Lyra e Francisco de Assis, *Grileiro Ven Pedra Vai*, de Rafael de Carvalho, e *Canção do Trilhãozinho*, também de Carlos Lyra e Francisco de Assis. No cinema, o CPC realizou o longa *Cinco Vezes Favela*, composto de cinco episódios com diferentes versões sobre o tema dirigidos entre outros pelos futuros papas do Cinema Novo Leon Hirzman, com o episódio *A Pedreira de São Diogo*, e Joaquim Pedro, com *Couro de Gato*. O filme foi realizado com a primeira verba conseguida pelo CPC e o restante foi coberto por cotas distribuídas entre atores, diretores e membros da equipe.

O CPC sobrevivia com empréstimos da UNE e mais o dinheiro arrecadado com venda da produção cultural da entidade, como shows de teatro e música, livros e revistas.

**O fim do sonho** – Apesar de sua vida curta, o CPC deixou sementes para a cultura nacional. Dias depois do golpe militar, no dia 31 de março de 1964, a sede da UNE seria destruída num incêndio criminoso, e todos os

## DEPOIMENTOS\*

*"Vejo sempre como um parêntese da vida brasileira. Um parêntese que só podia existir ali, naquele período, naquele momento. Foi uma etapa, que não me traz nenhuma frustração."*

Carlos Estevam Martins, sociólogo



*"É claro que não atingimos o nosso sonho, que era fazer a revolução, mas conseguimos, pelo menos, fazer com que a realidade brasileira merecesse mais atenção dos nossos artistas. Se há uma coisa que o CPC conseguiu foi isso: estimular o intelectual brasileiro, de forma geral, a pensar sobre a realidade do seu próprio país."*

Ferreira Gullar, poeta e jornalista

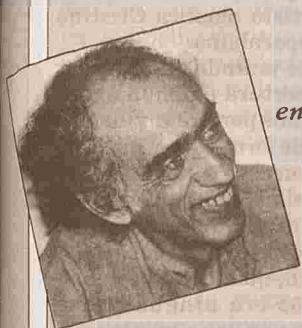
*"Acho difícil, e mesmo extemporânea, uma repetição do CPC. No entanto, a história não pira. Os problemas que motivaram a criação do CPC estão longe de estar resolvidos. Eles continuam, estão aí. Não duvido que algo seja proposto no mesmo sentido. Mas jamais seria uma repetição."*

Gianfrancesco Guarnieri, diretor e ator



*"Foi um grande caso de amor que deu certo. Aquele grupo de intelectuais, de artistas, naquele momento político, queria ir de encontro à sociedade, queria sair do elitismo, queria encontrar uma forma popular de comunicação. Havia uma inspiração democrática nesse movimento."*

Herbert de Souza, sociólogo, coordenador da campanha Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida



*"Você já reparou que a primeira coisa que toda ditadura faz é acabar com a filosofia e a sociologia? Ou então acaba com os movimentos como o do CPC da UNE, que queria levar cultura ao povo, fazer com que o povo tivesse sentimentos já com base, com consciência. O CPC, com todos os seus equívocos, foi um movimento que tentou preencher esse vazio e desempenhou um papel na cultura brasileira."*

Moacyr Félix, poeta e jornalista

\*Depoimentos transcritos do livro *CPC da UNE: uma história de Paixão e Consciência*

CPCs foram fechados. Além de destruir o espaço físico da entidade, a ditadura levou ao exílio, à tortura e à prisão dezenas de estudantes e intelectuais. Entretanto, alguns de seus membros conseguiram buscar novas formas de atuação no pós-64.

O cinema, com Gláuber Rocha, Joaquim Pedro de Andrade, Nelson Pereira dos Santos e Leon Hirzman, sobreviveu com o Cinema Novo. Oduvaldo Viana Filho, Teresa Aragão, Pichin Plá, João das Neves e Ferreira Gullar, entre outros, formaram o Teatro Opinião, outro marco da história cultural brasileira recente.

Mas, ao que parece, o CPC da UNE não deixou só estas sementes.

Os ideais cepecistas, embora com algumas diferenças ideológicas fundamentais, parecem ter sido retomados pela União Municipal dos Estudantes de São Paulo, a Umes, que fundou (ou reeditou) um Centro Popular de Cultura. Foi o CPC da Umes, onde dezenas de secundaristas levaram ao palco do teatro Oduvaldo Viana Filho o musical *Querem Bater minha Carteira*, em cartaz em setembro de 1994, com direção de outro "filho do CPC", Denoy de Oliveira. A temática relembra os contornos do pensamento cepecista: pretende ser "um libelo contra a cultura de massa estrangeira e uma defesa do controle da carteira de estudantes pelas entidades representativas", perfilando-se como uma retomada do ideal de arte feita sobre temas nacionais e libertários.

Fica então a pergunta: o CPC teria condições de ser reeditado? Não estaria o projeto datado, determinado pelo momento político singular que o país vivia e pela efervescência cultural que experimentavam os estudantes universitários da época? Na tentativa de responder a esta pergunta, Jalusa Barcellos recolheu o depoimento do líder estudantil Lindbergh Farias, ex-presidente da UNE na gestão 1992/93, coordenador das passeatas dos "cara-pintadas" à época do *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, em 1992. Lindbergh acredita que a inquietação com os problemas nacionais foi o principal fator de aglutinação dos cepecistas e esta poderia perfeitamente ser retomada.

Ao ser indagado se o sonho do CPC acabou, Lindbergh é categórico: "Claro que não. Por que teria acabado? A vida do homem já melhorou?" ■

# Destino não é determinismo

*O escritor de temas espirituais revela seu lado político e a preocupação com a transformação do ser humano e de seu relacionamento com o mundo. Tendo a ética como base, Paulo Coelho fala também da construção literária e do significado do sucesso*

## Elias Fajardo

**P**aulo Coelho é hoje um dos autores mais vendidos no Brasil e no exterior. Seu livro *O alquimista* ficou quatro anos ininterruptos na lista dos mais vendidos da *Folha de S. Paulo*, o que mereceu uma menção no *Guinness de Recordes*. Foi o brasileiro com maior tiragem inicial nos Estados Unidos e seu último livro, *Na margem do rio Piedra eu sentei e chorei*, vendeu rapidamente 180 mil exemplares no Brasil. Isto sem falar no fato de ter fechado contrato para publicação de suas obras em 17 países na última feira de livros de Frankfurt, Alemanha, ocorrida em setembro.

Alguns o acusam de sucesso fácil em cima de chavões espirituais, mas, na realidade, Paulo — nascido no Rio de Janeiro em 1947 — sempre foi um batalhador. Aos 23 anos, depois de curto período como diretor e autor teatral, largou tudo e foi correr mundo, estudando magia. Em 1970, editou a revista *2001*, que retratava a ideologia hippie.

Na música, compôs muitos dos sucessos de Raul Seixas (*Eu nasci há dez mil anos atrás*, *Gita*, *Sociedade alternativa*), de Elis Regina (*Me deixas louca*) e organizou sua própria editora de músicas.

Em 1986, percorreu a pé o caminho de Santiago, na Espanha, e, usando sua vivência pessoal e a crença de que o ser humano carrega dentro de si imenso potencial inexplorado,

escreveu *O diário de um mago*. Ganhou muito dinheiro, mas conserva uma simplicidade poucas vezes vista nas pessoas bafejadas pelo sucesso. Em seu apartamento em Copacabana, antes de sair para mais uma peregrinação pelo mundo, Paulo Coelho recebeu **cadernos do terceiro mundo** para uma conversa franca.

A primeira questão é como ele administra o sucesso, como faz para que não lhe suba à cabeça. Segundo Paulo, o fato de ser bem-sucedido se divide em duas vertentes: “A parte administrativa, da qual é preciso cuidar, e a interior, ou seja, como administrar intimamente o êxito.”

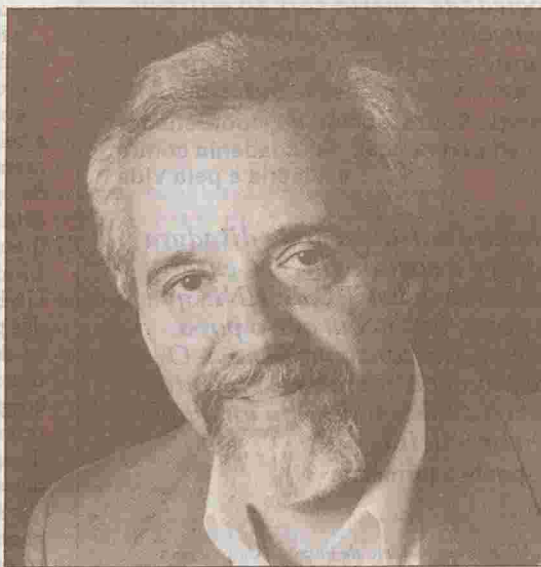
Para a parte administrativa, conta com a agente Mônica Antunes, que co-

meçou com ele. Os dois aprenderam juntos os truques do mercado internacional. “Resolvi fazer minha primeira investida internacional na Espanha. Não só a gente não conhecia ninguém como ninguém conhecia a gente. Então, foi difícil, partindo do zero. Ela saiu batendo nas portas, exatamente como fiz no Brasil. Nos primeiros contratos, não fomos muito bem.”

Depois que a literatura de Paulo começou a acontecer nos Estados Unidos, apareceram propostas tentadoras, mas ele preferiu manter sua agente, assim como mantém o apartamento de dois quartos onde vive com a mulher, a artista plástica Cristina Oiticica, em Copacabana.

Não se sente tentado em ir morar numa cobertura e nem a exibir riqueza, até porque a vida lhe ensinou, de forma dura, que este lado do sucesso é pura ilusão. Paulo Coelho confessa: “Procuro usar o mínimo de sabedoria que adquiri desde a época em que fazia música, quando, na realidade, eu não era ninguém mas achava que eu era o máximo.”

Ele prossegue: “Nessa época cometi o grande equívoco de trocar todos os amigos, achar que tinha ‘subido dentro da escala social’ e o resultado é que fiquei sem os velhos amigos e os novos desapareceram. Então, prometi a mim mesmo que, se tornasse a acontecer, a primeira coisa que iria conservar eram os amigos. A amizade é o maior bem que a gente pode ter. Então, graças a Deus, até o momento, isso tem acontecido.”



Paulo Coelho: preocupado com a política, entendida como a relação do ser humano com o mundo

Paulo Coelho foi bastante atacado, acusado de alienado, quando começou a veicular basicamente temas espirituais. Mas, pertencendo a uma geração que viveu de perto os movimentos contestatórios de 1968, ele considera que até hoje a política – no sentido da preocupação das relações do ser humano com o mundo – está presente na sua trajetória.

“Vejo meu trabalho como uma atitude política não-conventional, ou seja, uma proposta de uma espécie de tecelagem para a transformação do ser humano. Fala-se muito de Nova Era, que quase ninguém sabe bem o que é, mas, na verdade, isso envolve movimento de massa, ideologia, um novo tipo de comportamento.” Para o autor de *Brida*, qualquer trabalho feito nessa área é político, mesmo que se declare apolítico: “Tudo depende da intenção. No meu caso, procuro vê-lo como algo que está acontecendo e que vai ditar, a longo prazo, uma nova visão da própria política. Não sou eu quem vai fazer isto, mas todos os que estão aí batalhando.”

Neste ponto, é interessante questionar que contribuições esta volta para a espiritualidade pode trazer para o avanço do ser humano como indivíduo e ser coletivo e de que forma Paulo Coelho se situa dentro dela.

“O primeiro aspecto é o sentido ético. É preciso redescobrir o outro. Quando se começa a trilhar o caminho da espiritualidade, a tendência é cometer algumas irregularidades. Mas chega um momento em que a gente pensa: se existe uma justiça divina, ela vai me cobrar as minhas mentiras, os meus passos em falso.”

Neste caso, quem estiver tendo a mentira e a ambição como armas vai ser destruído. E quem estiver colocando verdade interior em sua atividade, vai durar. “Mas vai durar além da morte também”, diz Paulo, acrescentando: “Cada um vai ter que prestar contas e a ética obriga a prestar atenção no próximo. A atitude política envolve a participação do próximo. Ninguém é uma ilha e estamos, todo o tempo, nos transformando juntos.”

O que Paulo Coelho defende com muita veemência em sua literatura é que, para haver real modificação, é preciso partir quase sempre da trans-



“Ninguém é uma ilha e estamos, todo o tempo, nos transformando juntos”

formação individual para a modificação da sociedade. E não da transformação social para a do indivíduo, como defendiam algumas correntes de pensamento.

O autor trabalha com o pressuposto de que existe uma semente adormecida dentro do ser humano e que, para despertá-la, é preciso saber usar, com eficiência e inteligência, tanto os esquemas do *marketing* cultural como o apelo ao amor de Deus.

“A semente está em cada um. Ninguém lê meus livros e diz: ‘Este cara descobriu algo novo’. A maioria pensa: ‘Caramba, já pensei nisso’. Agora, quando se vive em sociedade, é preciso ter o que Jesus Cristo disse muito bem: a pureza das pombas e a argúcia das serpentes.”

Nesse sentido, a primeira tentação do autor era lançar um livro a cada ano. Mas ele só o faz a cada dois anos. “Primeiro porque só tenho coisas a dizer a cada dois anos, no mínimo, e, segundo, porque vejo isso como um trabalho a longo prazo.”

O fenômeno do autoconhecimento e da colocação da espiritualidade no plano superior é algo mundial e inter-relacionado ou existem aspectos específicos no Brasil diferentes dos outros países? Paulo responde: “As duas coisas. É uma onda só com aspectos específicos. Há fenômenos que acontecem simultaneamente no mundo inteiro mas com características regionais. Por exemplo, a figura da pirâmide (e todos os seus poderes) é algo específico das culturas egípcia e mexicana, mas, por outro lado, ela é um símbolo universal.”

No momento, o autor de *O Alquimista* está preocupado em não se repetir. Ele acompanhou atentamente a literatura de seus companheiros de geração (Fernando Gabeira, Alfredo Sirkis) e viu o perigo que representa para um autor ter uma grande tiragem e depois continuar usando a mesma fórmula. Para tentar não cair em tal dilema, ele procura vertentes novas a cada livro. *O diário de um mago* era uma narrativa individual de alguém em busca de sua espada, seu objeto de



*“A luta maior é evitar a intolerância, para impedir que se caia num clima de guerra religiosa”*

poder. *O alquimista* mostrava uma parábola sobre o destino e o poder. *Brida* tratava de uma mulher em busca de iniciação nos mistérios da magia. *As Valquírias* trata do mito feminino. *Na margem do rio Piedra eu sentei e chorei* é a história de amor entre um homem e uma mulher, tendo como pano de fundo o encontro da face feminina de Deus. E qual será o próximo passo?

“É algo muito intuitivo, não saberia dizer. Nunca planejei, as coisas vieram...”

Na hora de escrever, a maior preocupação de Paulo Coelho seria com a forma ou com o conteúdo? “A gestação do livro demora muito, mas o parto é rápido. Passo um ano ou dois pensando, mas quando sento tenho que começar e acabar. Mas durante aquele tempo todo, a semente vem crescendo dia e noite sem eu saber como. Eu não fico só pensando: tenho de estar atento. A preocupação com o mito e a realidade da Grande Mãe me arrebatou há dois anos atrás em Lourdes, Portugal, onde eu estava com a minha mulher.

Demorei, mas depois escrevi *Na margem do rio Piedra eu sentei e chorei*, originalmente com 440 páginas. Depois, cortei para 230, deixando só o essencial. Para não florescer muito, deixar o leitor participar, ajudar com a imaginação dele.”

Paulo confessa que realiza exercícios de síntese fazendo uma coluna para um jornal paulista, onde só pode escrever 11 linhas. Em cinco minutos ele compõe 30 linhas e depois passa meia hora reduzindo para 11. “Você vai aprendendo a simplificar, a ser objetivo. Esta é uma vivência muito parecida com a de fazer música. Eu tinha uma proposta de letra, e devia colocar em 20 linhas todo um pensamento que ia se repetir uma porção de vezes, como uma letra se repete. E ela não podia ser chata nem enjoativa. Me preocupo muito com a forma, mas não com filigranas. Quero atingir a maior simplicidade e objetividade possíveis.”

Os consumidores mais fiéis e entusiasmados do escritor Coelho são os adolescentes. Cristina Oiticica, sua

mulher, lembra que, num único dia, 12 garotas vieram procurá-lo em casa. Ele afirma que seu público-alvo não são os jovens, mas também não se furta a trocar idéias com eles e com todos os que o procuram a qualquer momento. Ele afirma que o maravilhoso, o mistério e a magia são o próprio cotidiano.

“É evidente que eu, por causa da minha fé em Deus, vejo outros significados em tudo. Mas não quer dizer que a pessoa tenha que acreditar, no sentido de ser crente. Para mim, o fundamentalismo é o grande perigo. O fanatismo está cada vez mais se manifestando. Infelizmente, sou uma voz pequena no deserto, mas de repente descubro que não estou tão sozinho assim. A luta maior é evitar a intolerância, para impedir que se caia num clima de guerra religiosa. Por isso, o sagrado tem de ser cotidiano. A atitude esquizofrênica de entrar numa igreja, rezar e depois sair e agir de outra maneira é equivocada. Cada momento que vivemos é um instante de louvor, de oração, de adoração. É só disciplinar um pouco esse comportamento. Aí começará a ver com mais facilidade como isso é possível 24 horas por dia.”

Foi assim que, ao trilhar o caminho de Santiago, Paulo descobriu de repente que ali estavam todos os segredos que durante sete anos ele procurou aprender nas sociedades secretas. “Na medida em que a consciência cresce, percebe-se que a idéia do destino – como determinismo – é muito equivocada. *O destino* é muito mais um eco: você grita e ele devolve. Ele reflete suas ações, traça um limite para seus atos, mas nunca determina as suas ações. Depende do que se grita no despenhadeiro.”

Nesse ponto, Paulo Coelho interrompe a entrevista e sorri. Ele se lembra da revista **cadernos do terceiro mundo** como um exemplo de que é preciso gritar sempre, pois, como diz o *I Ching*, “a perseverança é favorável”. E finaliza: “Resistir significa também estar transformando nossa concepção, porque se mantivéssemos a mesma perspectiva política sempre, já tínhamos acabado. Mudamos e nossos veículos mudaram... Nossa geração vai ensinar até a velhice. Daqui a pouco a gente vai estar falando, como velhos, coisas muito novas, entendeu?” ■

# Entre a boneca e as fraldas

**Silvia Agosto**

**O** *pombero* é um duende maléfico, que surpreende as meninas durante a sesta e as deixa grávidas. É o culpado pelo fato de 25% das jovens na Argentina serem mães antes de chegar aos 18 anos.

Por incrível que possa parecer, essa é a explicação que dão muitas adolescentes desse país para explicar sua gravidez, que não vinculam, por ignorância, ao fato de levarem uma vida sexual ativa.

Segundo dados do "Programa de prevenção do abandono e proteção da gravidez de alto risco", da Secretaria do Menor e da Família, anualmente nascem cem mil bebês cujas mães não chegam a 18 anos. O índice de maternidade entre adolescentes aumenta de forma considerável no interior do país, onde alcança 70%.

A socióloga Silvia Kremenichusky, que tem trabalhado com adolescentes camponesas, garante que muitas jovens desvinculam o ato sexual da concepção. "Nas pesquisas realizadas na província de Corrientes (uma das regiões mais pobres do país) se observa como as pessoas explicam o mundo e também a procriação a partir da magia e dos relatos míticos", assinalou. "Muitas meninas, com atividade sexual regular, diziam que o *pombero* as visitou enquanto dormiam e ele é o responsável por sua gravidez", acrescentou a socióloga.

**Jovens não compram camisinha** - O acesso à rede pública de saúde insuficiente ou inexistente e o analfabetismo provocam essas situações nas zonas rurais, onde muitos nascimentos, por outro lado, ocorrem fora dos estabelecimentos de saúde. Nos centros urbanos o problema das mães adolescentes é menor, mas também está relacionado a questões sociais e culturais.

Monica Girolami, que trabalha na Grande Buenos Aires com adolescentes de poucos recursos, está convencida de que "a maioria dos jovens conhe-

*A cada ano, cem mil adolescentes argentinas se tornam mães, num fenômeno atribuído à falta de recursos para comprar preservativos e à total desinformação*



*Cem mil jovens dão à luz antes dos 18 anos na Argentina*

ce os métodos anticoncepcionais, mas não os utiliza". Na sua avaliação, "diante da crise econômica, os rapazes preferem usar seu dinheiro para satisfazer outras necessidades. Além disso, os métodos anticoncepcionais, para o nível de renda dessas moças, saem muito caros".

Este é o caso de Natália, de 17 anos, que ficou grávida de seu namorado porque "ele comprava camisinha só quando sobrava dinheiro... isso quando não preferia gastá-lo comprando cigarros".

**Os pais também são menores** - Florencia Altamirano, assistente social do hospital Argerich, da cidade de Buenos Aires, constatou que a maior parte das adolescentes engravidada de seus namorados, em geral também menores de idade.

"Existe um mito generalizado de que a maternidade nas menores é produto da violência física. A realidade indica, porém, que os casos de gravidez por violação são muito isolados", assinalou Altamirano.

A assistente social, que trabalha com populações urbanas de baixa renda, explica que essas mães dependem economicamente de seu companheiro ou dos pais e irmãos. "Quando os pais da criança ou a família rejeitam o bebê que vai nascer, a adolescente se encontra em uma situação de total desamparo."

O Conselho Nacional do Menor e da Família e diversas instituições têm programas de ajuda às jovens adolescentes abandonadas nessas circunstâncias. A possibilidade de dar à criança em adoção é outro aspecto que os organismos governamentais estudam, junto com os centros de atendimento às adolescentes, os hospitais e os lares para mães solteiras.

O problema da gravidez antes dos 18 anos existe também nas classes média e alta, mas nesses casos pode ser interrompida por questões sociais, embora o aborto seja ilegal.

Elsa, proveniente de um lar de classe média alta, teve que enfrentar a maternidade sozinha porque a família do namorado se opôs ao casamento, "alegando que éramos muito jovens. Nossos pais nos aconselharam a abortar, mas eu não quis. O pai de minha filha pensava que construir um lar aos 18 anos era uma responsabilidade muito grande, mas eu estou orgulhosa de minha decisão", diz Elsa.

A Associação de Planejamento Familiar revela que na Argentina se realizam mil abortos diários e que uma mulher morre por dia por falta de condições mínimas de higiene ou devido aos métodos rudimentares utilizados nessas intervenções. "A principal causa de morte das adolescentes é o aborto", afirma o médico Bernardo Chomski, chefe do serviço neonatal do hospital Argerich. ■

# A profissão mais antiga...

*As prostitutas se organizam no México para conseguir legalizar seu trabalho, exigindo proteção contra a violência policial, a discriminação e os riscos para a saúde que implica essa atividade*

**Alicia Yolanda Reves\***

**E**m uma noite qualquer na capital mexicana uma dezena de prostitutas oferecem seus serviços na rua Villalongin, que desemboca em Paseo de la Reforma, onde estão os melhores hotéis, casas noturnas e cinemas. De repente, aparece um camburão e dele descem dez policiais, que aos empurrões sobem as moças no veículo, lhes gritam obscenidades e as apalpm sem o menor respeito. É como se o fato de exercerem a profissão mais antiga do mundo as transformasse em objeto de qualquer um pode comprar.

Poucos minutos depois, a responsável pelo grupo desce de um táxi, tenta dialogar com o chefe dos policiais, que finalmente aceita cerca de cem dólares para liberar as mulheres.

No entanto, nem sempre as prostitutas do sexo têm essa sorte, segundo explica Claudia Colimoro, que deixou de exercer a profissão há três anos, depois de ver uma companheira morrer de Aids. Desde então, tomou a decisão de organizar-se para proteger todos que ganham a vida nas ruas do país.



As prostitutas mexicanas estão lutando para legalizar sua atividade

O trabalho de Claudia vai além, pois atualmente dedica parte de seu tempo a pressionar dirigentes políticos e funcionários do governo para legalizar a prostituição no México. "Graças ao fato de que algumas autoridades do governo federal compreenderam que a prostituição sempre existiu e que não vão fazê-la desaparecer com um decreto, conseguimos iniciar conversações no mais alto nível para que nosso ofício seja legalizado", explica.

Ela garante que a legalização seria benéfica inclusive para as finanças do país, "pois com os impostos que pagaríamos se poderíamos construir escolas, hospitais e todas as obras de caráter social que exige a nossa sociedade".

As trabalhadoras sexuais – como elas reivindicam serem chamadas, já que consideram o termo "prostituta" uma ofensa – lutam por mudanças na atual legislação trabalhista, "para que possamos ter direito a programas de saúde, moradia e educação, como qualquer cidadão mexicano".

**Elas querem pagar impostos** – Cálculos realizados por pesquisadores universitários mostram que o pagamento de impostos pelas trabalhadoras sexuais poderia ser substancial, considerando uma taxa de 15% sobre uma receita de 100 a 200 dólares por noite. Segundo os especialistas, algu-

mas ganham menos, como as que trabalham com uma clientela humilde, mas em compensação existem as moças que faturam mais em boites, salões de massagem ("termas") e como *call-girls*, marcando encontros por telefone.

A Constituição mexicana não diz nada a respeito da prostituição, mas existe um "Regulamento de Polícia e Bom Governo", mediante o qual as prostitutas podem ser acusadas de se vestir escandalosamente ou de induzir outros ao "comércio da carne", o que é passível de uma punição de até 36 horas de detenção.

Para evitar isso, as trabalhadoras sexuais preferem pagar uma multa ou dar uma "gorjeta" à polícia ou funcionários de baixo escalão para que as deixem exercer sua atividade em paz.

No caso dos travestis, estes são acusados de enganar o cliente porque usam roupas de mulheres. Segundo dados fornecidos pelo grupo Mulheres pela Saúde e em Luta contra a Aids (Musa), dirigido por Claudia Climoro, de uma população total de 86 milhões de habitantes, o México possui aproximadamente 200 mil trabalhadoras do sexo.

**Mães de família** – Apesar disso, enfatiza Claudia, o governo não reconhece a prostituição, "o que permite que sejamos constantemente extorquidas, humilhadas e nos obriguem a



pagar supostas multas, às vezes com o próprio corpo”.

Porém, apesar dos benefícios econômicos que traria para os cofres públicos a legalização da prostituição, a decisão não pode ser tomada da noite para o dia, devido à pressão de grupos conservadores sobre as autoridades do Judiciário.

“Estes mesmo senhores que durante o dia nos repudiam, são os que à noite, quando os bares já estão a ponto de fechar, pedem uma dose mais e juram que vão nos tirar dessa vida e casar-se conosco, que somos a mulher de sua vida... Mas, quando voltam à sua vida normal, querem nos esmagar como se fôssemos baratas”, denuncia Claudia.

Apesar disso, as profissionais do sexo têm conseguido fazer com que a sociedade mexicana comece a entender que são seres humanos como qualquer outro e que, devido a diversas circunstâncias, optaram por ganhar a vida com o ofício mais antigo do mundo.

Claudia, como a maioria dessas profissionais, é mãe de família. Seu companheiro a abandonou com três filhos pequenos e não encontrou outra forma de sustentá-los. Começou a trabalhar em uma *terma* onde se ofereciam outros tipos de serviços aos clientes que o quisessem, “trabalhos” que na verdade eram responsáveis pela maior parte da sua renda.

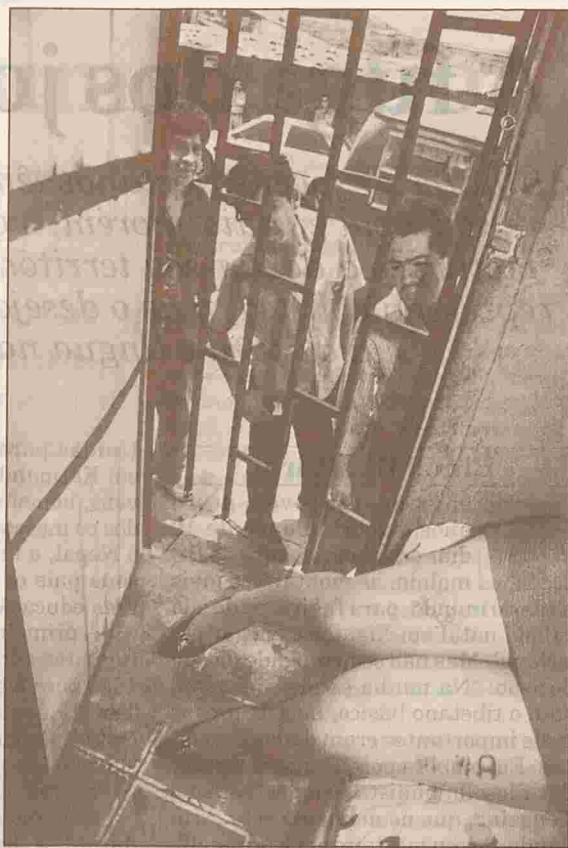
Seus filhos, que atualmente a apóiam em tudo e inclusive a acompanham em algumas de suas palestras, têm uma vida normal, muito diferente da que levou sua mãe durante anos.

Claudia, que se denomina publicamente como “ex-trabalhadora sexual”, participa de congressos internacionais, além de representar suas companheiras perante as autoridades, que as respeitam pela clareza com que lida com a questão da Aids e da sua profissão.

**Os ossos do ofício** – A grande maioria das que se dedicam à prostituição escolhe esse caminho porque não tem qualificação para conseguir emprego com um salário minimamente decente. Porém, elas sabem o perigo que correm nas ruas.

Carmen, uma prostituta que trabalha numa *terma*, conta que há cerca

*El Salvador: como um produto exposto numa prateleira, a prostituta Kelly, de 22 anos, se exhibe no cubículo que aluga para aumentar a clientela*



de um mês aceitou o convite de um cliente para passar o fim de semana em Acapulco. “Como minha família ignora minha profissão, pedi a outra colega que, se telefonassem da minha casa, dissesse que tinha surgido um trabalho inesperado. Mas o cara com quem eu viajei, depois de passar alguns dias numa *boa* comigo, tirou todo o meu dinheiro, jóias e até a minha roupa para que eu não pudesse sair do quarto e denunciá-lo. A única saída foi chamar uma amiga para que pagasse a conta do hotel e me levasse roupas.”

Mas outras garotas não conseguem se sair tão bem. Em diversas ocasiões têm surgido maníacos que as levam para hotéis baratos e as matam depois de ter relações sexuais. Há pouco tempo, um homem assassinou na capital mexicana três prostitutas e com o sangue das vítimas deixou escrito no espelho do quarto: “Voltarei”.

**Trabalho com camisinha e sem bebida** – As trabalhadoras sexuais negam que corrompam os menores “como insistem em afirmar”. Segundo elas, nunca em uma *boite* ou *terma* elas oferecem o seu corpo, e sim são os próprios clientes que se aproximam para perguntar preços e outros detalhes.

O trabalho dentro das *termas* é mais discreto e é difícil provar que as instalações, que a primeira vista parecem salas comuns, sirvam também para que se promovam encontros sexuais clandestinos.

“O exercício da prostituição, em geral, é ligado ao vício e a sociedade tende a pensar que somos alcoólatras, viciadas ou algo pior. Isso é mentira!

Uma alta porcentagem de nós nem bebe, só fingimos para agradar o cliente e, em geral, temos um acordo com os donos de bar para que nos sirvam apenas refrigerantes. Mas o cliente não sabe e paga como se nós dois estivéssemos consumindo bebida alcoólica”, conta outra trabalhadora sexual.

Além disso, as prostitutas estão deixando de ser um foco de transmissão de doenças, já que em função do surgimento da Aids no México, a maioria delas só trabalha com preservativos, segundo revelou um estudo elaborado pelo pesquisador Eduardo Vázquez Valls, da Unidade de Pesquisas Biomédicas do estado de Jalisco. O especialista comprovou que, em 1987, só 75% delas usavam camisinha, mas que em 1990 essa porcentagem saltou para 90%.

Porém, a antropóloga Martha Lamas relata que, quando consegue ter uma conversa franca com estas garotas, elas confessam que às vezes os clientes lhes oferecem um pouco mais de dinheiro para ter relações sexuais sem preservativos, o que muitas aceitam. ■

\*Serviço de Notícias da Mulher (SEM)

TIBETE

# A fuga dos jovens

*Milhares de jovens tibetanos têm pedido asilo no Nepal e Índia. Porém, o que os tem motivado a deixar seu território não é só a repressão política, mas o desejo de aprender sua cultura e língua nativas*

## Binod Bhattarai

**T**engzing, um jovem de 18 anos, suportou durante 12 dias os gelados ventos do Himalaia, as montanhas mais altas do mundo, para fugir a pé de sua cidade natal em Xigatse e chegar até o Nepal. Mas não se arrepende da sua decisão: "Na minha escola só ensinavam o tibetano básico, mas as provas mais importantes eram dadas em chinês. Fui embora porque queria aprender filosofia budista e inglês", afirma Tengzing, que no momento está estudando em um mosteiro em Katmandu, capital do Nepal.

O jovem conta que seus colegas chineses conseguiam melhores notas e tinham mais oportunidades de conseguir trabalho porque as autoridades que controlam seu país dão mais importância ao idioma chinês.

**Ondas de refugiados**— O escritório do Alto Comissariado das Nações

Unidas para os Refugiados (Acnur) em Katmandu calcula que até 300 jovens, homens e mulheres, cruzam todos os meses a fronteira tibetana com o Nepal, e muitos deles afirmam que seus pais os enviaram para receber uma educação adequada.

A primeira leva importante de refugiados atravessou o Himalaia em 1959 para fugir da ocupação chinesa do Tibete, que até então era um Estado teocrático. Cerca de 60 mil budistas, entre eles seu líder espiritual, o Dalai Lama, se asilaram na Índia ou Nepal.

A segunda onda de refugiados veio durante a chamada revolução cultural promovida pelo líder chinês Mao Zedong, em meados dos anos 60, quando mosteiros antigos foram destruídos e o governo reprimiu milhares de monges e monjas budistas.

Até 1990, os que eram descobertos tentando fugir para o Nepal eram entregues aos representantes do governo de Beijing (ex-Pequim) no Tibete. Porém, após as manifestações dos ne-

paleses em favor da democracia, realizadas naquele mesmo ano, o escritório do Acnur em Katmandu tem permissão de tramitar a saída dos refugiados para terceiros países. Segundo Tahir Ali, representante da agência da ONU na capital nepalesa, a maioria quer ir para a Índia e sua saída tem sido "consideravelmente ordenada".

**Política de asilo**— O governo nepalês, que além dos milhares de tibetanos já abriga em seu território 85 mil butaneses, se mantém firme em sua política de receber os refugiados apenas temporariamente. Porém, na prática se registra um crescente aumento no número de refugiados que se instalam próximo aos numerosos mosteiros budistas no Nepal.

No caso de Tengzing, sua vida como imigrante ilegal é uma constante fuga da polícia de imigração nepalesa. Porém, o jovem prefere isso à vida em sua terra natal. Ele conta que regressou ao Tibete há dois anos para buscar seus dois irmãos, um de 14 anos e outro de sete. Durante a viagem descobriu que a escola de sua aldeia fechou, depois que Beijing deixou de pagar os salários dos professores da língua tibetana.

O escritório do Dalai Lama na Índia calcula que atualmente haja seis mil jovens exilados estudando em 84 escolas do Nepal e Índia. Analistas da situação do Tibete no Nepal consideram possível que, após a última insurreição e conseqüente repressão dos nacionalistas tibetanos, em 1989, o governo chinês esteja despoando o território tibetano deliberadamente, ao dificultar-lhes o acesso ao estudo e ao mercado de trabalho.

Os exilados afirmam que Beijing tem estimulado chineses a se estabelecerem no Tibete, mediante estímulos como exceções na rígida política de controle da natalidade que permite a cada casal ter apenas um filho.

O governo chinês, por sua parte, garante que apenas tenta integrar a região ao resto do país e permitir que os tibetanos desfrutem do momento de prosperidade econômica que vive esta nação asiática. ■



Na Índia, refugiados tibetanos promovem protesto contra o governo chinês

# Uma proeza e um desafio

Terry Bell\*

**P**assada a fase inicial de euforia que marcou a posse do Governo de Unidade Nacional, já começam a se observar certas tensões na África do Sul. Mas, apesar de tudo, continua de pé essa singular criação política, filha de um acordo prévio para compartilhar o poder entre ex-inimigos mortais — um dos quais era o carcereiro e o outro, seu prisioneiro político—, agora integrantes do mesmo gabinete ministerial.

O que muitos não perceberam é que este Governo de Unidade Nacional não é uma coalizão e não é dirigido exclusivamente pelo Congresso Nacional Africano (CNA), o movimento anti-apartheid que obteve uma ampla vitória nas primeiras eleições multirraciais do país. Trata-se, na verdade, de uma predeterminada  *fusão*  entre o CNA, o conservador Partido Nacional (PN) — que foi seu duro e freqüentemente brutal adversário durante mais de 30 anos de proscricção e exílio — e o Inkhata, um partido sobre bases étnicas, em parte respaldado pelo PN.

O CNA é, obviamente, o integrante mais importante desse original Governo de Unidade Nacional (comumente designado pela sigla GNU), já que obteve 62,5% dos votos nas eleições de 27 de abril último. Mas o GNU não poderia funcionar sem consenso.

Apesar da sua esmagadora vitória eleitoral, o CNA não se limitou a convidar membros de outros partidos para integrar seu gabinete. Foi mais além: selou com o PN e o Inkhata um acordo para compartilhar com eles o poder sem levar em conta quantos votos tinham recebido nas urnas. Porém, os principais cargos no gabinete e na máquina do governo foram distribuídos proporcionalmente ao número de votos obtido por cada partido.

Embora essa receita, aparentemente, pudesse provocar a paralisia do governo, a realidade é que até agora funcionou. Mas deve ser dito que isso se deve aos esforços de um só ho-

*Nos primeiros meses de governo, Nelson Mandela consegue a proeza de manter unida uma equipe governamental composta por forças muito diferentes*



De Klerk, Mandela e Buthelezi: um governo de consenso

mem: o presidente Nelson Mandela.

O CNA tem mais cadeiras na Assembleia Nacional e no Senado, mas é Mandela quem controla os parlamentares do CNA. No final das contas, o que Mandela diz é o que o Parlamento decide.

**Melhorias requerem investimentos** — As argumentações de Mandela, de que a melhoria da qualidade de vida da população negra levará necessariamente algum tempo, têm sido em geral aceitas pelos sindicatos e funcionários regionais do CNA, aos quais, no entanto, custa muito trabalho convencer a base de que não realize ações no sentido de forçar esse ritmo.

Recentemente, num flagrante das contradições desse momento, enquanto milhares de moradores das zonas rurais continuavam se dirigindo aos centros urbanos, o ministro da Habi-

tação, Joe Slovo — dirigente do CNA e do Partido Comunista — ordenava as primeiras demolições de barracos construídos ilegalmente na periferia das superpovoadas cidades.

Embora esse governo mantenha um firme controle do país — não há nenhuma força extraparlamentar que represente um desafio real — a instabilidade social causada pela migração rural, o inchamento das cidades e a crescente pobreza têm sido um freio aos investimentos.

O problema é que, sem investimentos em grande escala, a África do Sul não será capaz de alcançar e manter os níveis de crescimento imprescindíveis para realizar as melhorias econômicas e sociais que a sociedade exige há muitas décadas.

**As demandas da maioria negra** — Desde que tomou posse, o primeiro governo sul-africano eleito democraticamente e sob a presidência de Nelson Mandela, apesar de todos os problemas, realizou uma proeza: manter unidos e em funcionamento uma equipe governamental formada pelas principais forças políticas do país, que são profundamente diferentes entre si.

Essa é uma obra de Mandela, que agora é freqüentemente visto pelos seus ex-inimigos com indisfarçável admiração. Porém, até o momento, ele não foi capaz de conseguir que um milagre semelhante ocorra na base popular.

As massas sindicais e as pessoas pobres das cidades, cujas rebeliões na década de 80 levaram às mudanças democráticas, continuam impacientes e inquietas, embora em geral continuam apoiando Mandela e o CNA. A questão é como fazer para manter esse apoio quando não é possível corresponder imediatamente às grandes expectativas da maioria da população. Este é o maior desafio que hoje enfrentam Mandela e o CNA. ■

\* Terry Bell é o editor das publicações *The Southern Africa Exclusive* e *Africa Analysis* sediadas na Cidade do Cabo

IRLANDA DO NORTE

# Manobras britânicas adiam processo de paz

*O líder do Sinn Fein analisa os progressos obtidos a partir da trégua decretada pelo IRA e critica a hesitação do governo britânico em tomar medidas concretas para solucionar o conflito*

**Gerry Adams\***

**E**m 31 de agosto, o Exército Republicano Irlandês (IRA) decidiu suspender suas atividades militares. Os governos de todo o mundo elogiaram a iniciativa e universalmente se reconheceram a oportunidade histórica de se alcançar a paz.

Na Irlanda — e especialmente na Irlanda nacionalista<sup>1</sup> — é palpável um sentimento de expectativa e confiança que tem sido reforçado depois das conversações que realizamos na casa de governo em Dublin com o primeiro-ministro irlandês, Albert Reynolds, e o líder do Partido Trabalhista britânico, John Hume.

Por sua vez, os unionistas<sup>2</sup> reagiram negativamente diante da suspensão das atividades militares, apesar de alguns indícios de pragmatismo no Partido Unionista de Ulster (UPP)<sup>3</sup>.

E o governo britânico? Tem se comportado como sempre fizeram em relação à questão da Irlanda. Tenho certeza de que amplos setores da opinião pública daquele país estão perplexos e decepcionados pela resposta do pri-



Belfast: os católicos da Irlanda do Norte comemoram o Cessar-fogo do IRA

## IRLANDA DO NORTE

meiro-ministro britânico John Major: ele e seus ministros se limitaram a fazer jogos de palavras<sup>4</sup>.

Durante a primeira semana da suspensão de atividades militares, eu e outros porta-vozes do Sinn Fein nos preocupamos em esclarecer as dúvidas de Major acerca do significado do pronunciamento do IRA. Porém, apesar dos enormes esforços realizados por Reynolds, Hume, o presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, o ministro irlandês das Relações Exteriores, Dick Spring e o vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, o governo de Londres continua recorrendo a manobras para não negociar.

Cada vez que o Sinn Fein se dispõe a negociar baseado nas demandas britânicas, Major ou seus ministros mudam as exigências que eles mesmos haviam feito previamente.

**Paradoxo** - O Sinn Fein tinha consciência de que o governo britânico teria que preocupar-se em não ferir as suscetibilidades dos unionistas. Também sabíamos que Major enfrenta dificuldades de liderança e tem problemas com a direita de seu partido.

Não esqueçamos que na história do processo de paz a atitude do governo de Londres tem se caracterizado por responder com passos mínimos e hesitantes a todas as iniciativas que adotamos nós, os nacionalistas irlandeses. Aprendemos a ser pacientes, mas isso não significa que a postura britânica consiga nos ludibriar. Vemos com clareza as manobras táticas empregadas por altos funcionários britânicos, que perdem tempo com detalhes insignificantes ou recorrem a manobras para retardar esse processo.

Encontramo-nos diante do paradoxo de que durante três anos o governo britânico esteve mergulhado em prolongadas conversações com o Sinn Fein, enquanto continuavam as operações do IRA. Mas agora, depois que o IRA declarou a suspensão completa de suas

atividades militares, o governo britânico se nega a comprometer-se na construção do processo de paz.

**A longa mão do MI-6** - É preciso recordar também a declaração dos esquadrões da morte unionistas que enumera uma série de condições, entre elas garantias constitucionais sobre a permanência da união da Irlanda do Norte à Grã-Bretanha.

Essa declaração recebeu o respaldo dos políticos e dos meios de comunicação que se opõem ao IRA. E foi seguida por uma bomba colocada na casa do vereador do Sinn Fein, John Hurl, em South Derry, e por outra bomba deixada na estação ferroviária de Connolly, em Dublin.

Muitas pessoas estão preocupadas diante da ameaça real que representam estes ataques. Também é um fator inquietante que os esquadrões da morte, que antes não tinham recursos, conhecimento nem capacidade para fazer bombas, rápida e misteriosamente tenham adquirido essa habilidade.

Dada a objetiva convivência entre as forças britânicas e os esquadrões



Gerry Adams, líder do Sinn Fein

da morte, muitos suspeitam que por trás dessas operações se oculta a mão do serviço de informação britânico (MI-6).

Vale lembrar que, depois dessas ações, ocorreu o incidente protagonizado na residência do primeiro-ministro britânico pelo líder do Partido Unionista, Ian Paisley, no mesmo dia em que os dirigentes nacionalistas irlandeses se reuniam em Dublin. A interpretação que se deu ao incidente foi de que o primeiro-ministro inglês expulsou Paisley porque este se recusou a aceitar sua palavra (Major lhe garantiu que não havia feito concessões políticas em troca da suspensão das atividades militares do IRA).

Enquanto, compreensivelmente, muitas pessoas estavam contentes de ver o contraste entre os encontros de Londres e de Dublin, e poucos sentiam pena de Paisley, eu considero que Major estava errado naquele episódio.

Não compartilho da posição de Paisley. Pelo contrário, me oponho terminantemente a essa mistura de fundamentalismo religioso-político que ele professa, mas também sou contra a que o governo britânico tente "satanizar" um setor de nosso povo.



Enterro de um membro do IRA: cena comum ao longo de quase três décadas de luta contra a ocupação britânica



Soldados britânicos montam guarda num reduto católico na cidade de Belfast

Apesar disso, temos percebido nos últimos tempos indícios de mudanças na posição do governo britânico. Sente-se isso, por exemplo, no levantamento da censura imposta contra os membros do Sinn Fein e na decisão de permitir a livre circulação nos 250 postos fronteiriços.

Embora sejam pequenos passos, nós os recebemos como um avanço por parte do governo de Londres. Mas Major deveria agora adotar outras medidas. É preciso acelerar o processo de desmilitarização da Irlanda do Norte, que é tão visível no sistema legal e judiciário, na presença do exército britânico e das patrulhas policiais nas ruas, nas torres de vigilância e quartéis.

Além disso, todas as vias de comunicação fronteiriças (entre a Irlanda do Norte e o Eire) devem ser imediatamente reabertas e deve-se pagar alguma compensação às comunidades cuja vida tenha sido afetada por esse conflito.

O eixo do processo de paz consiste em que se inicie um diálogo sem exclusões ou pré-condições e comecemos negociações de fato. O primeiro-ministro britânico não deveria dilatar por mais tempo esse avanço fundamental. Sua posição tem estado em contradição com a opinião pública nacional e internacional, que deseja o fim desse conflito.

**Um plebiscito prematuro** — John Major tem admitido que agora existem novas condições políticas em relação à questão irlandesa. Porém, defende um plebiscito nos seis condados, o que eu considero uma posição prematura e presunçosa.

Cabe lembrar que os seis condados constituem uma construção política artificial e manipulada de forma a garantir uma permanente maioria de votos para os unionistas<sup>2</sup>. O governo britânico obstrui o progresso político ao pretender que aceitemos esta maioria artificial, que é tão antidemocrática quanto inaceitável.

Discutir as características de de-

veria ter o acordo, quando a busca de um acordo ainda nem começou, é algo prematuro. O procedimento apropriado consiste em que todas essas questões sejam temas de discussão em um processo de negociação amplo, que deveria começar o mais cedo possível. Para o Sinn Fein, o objetivo das negociações é substituir a jurisdição britânica pela jurisdição irlandesa, baseado em um acordo entre os próprios irlandeses.

Há muitos obstáculos no caminho em direção à paz. Em cada frente, os britânicos vão empurrando para depois a solução do problema. Apesar disso, o Sinn Fein continua comprometido em conseguir progressos. Há muito trabalho por realizar e boas razões para o otimismo. É necessário que a opinião pública internacional pressione para que se reparem as injustiças resultantes do longo domínio britânico na Irlanda do Norte.

Temos visto como a opinião pública internacional influiu positivamente na solução de conflitos em outros países e confiamos em que brevemente se porá fim à manipulação da informação mediante a qual a Grã-Bretanha ocultou a realidade de seu comportamento na Irlanda do Norte durante tantos anos. ■

\*Gerry Adams é presidente do Sinn Fein, o braço político do Exército Republicano Irlandês (IRA), que luta contra o domínio britânico na Irlanda do Norte

<sup>1</sup>Adams se refere à Irlanda do Norte, ou seja, aos seis condados ocupados pelos britânicos desde o século XII, região também conhecida por Ulster

<sup>2</sup>Unionistas: protestantes que vivem na Irlanda do Norte e defendem a manutenção da "união" com a Grã-Bretanha

<sup>3</sup>No dia 13 de outubro, a guerrilha protestante anunciou a suspensão das suas ações militares, "enquanto perdurar a trégua anunciada pelo IRA". O anúncio foi feito pelo Comando Monarquista Militar Combinado, que reúne os grupos terroristas Lutas Livres do Ulster (UFF) e a Força Voluntária do Ulster (UFV)

<sup>4</sup>Adams se refere à exigência de Major de negociar a questão da Irlanda só depois de constar na declaração do IRA que a suspensão das suas atividades militares é "definitiva"

<sup>5</sup>A maioria da população da Irlanda do Norte (60%) é protestante e num plebiscito certamente aprovaria a manutenção do atual status quo, contra a vontade dos católicos (40%), que querem a integração ao Eire (Irlanda), independente há 70 anos



Albert Reynolds, primeiro-ministro da Irlanda

## CAPA

Nosso tema de capa são os meios de comunicação, em especial a televisão, esse instrumento onipresente que ocupa um espaço cada vez maior em nossa vida cotidiana.

### 2 CARTAS

#### DIREITOS HUMANOS

4 Os anos de chumbo

#### POLÍTICA

8 As lições da eleição

#### ECONOMIA

11 As perspectivas do Plano Real

#### EDUCAÇÃO

14 Alunos residentes

17 Literatura ao alcance de todos

22 Futuro planejado no presente

#### 18 PINGUE-PONGUE

#### CIÊNCIA

20 Diminuindo a ameaça

## CAPA

23 Mídia: O quarto poder

#### AMÉRICA LATINA

30 Haiti: Regresso sem glória

34 Bolívia: A dívida social do libelalismo

#### ÁFRICA

36 Ruanda: Delírios raciais

38 Angola: ONU aumentará forças de paz

#### ÁSIA

39 Vietnã: Vai o embargo, ficam as feridas

#### DIPLOMACIA

40 A consciência mundial e os direitos humanos

#### SUL-SUL

44 Passageiros do mesmo barco

### □ SUPLEMENTO

#### CAPA

2 Pensando o país através da cultura

#### IDÉIAS

6 Paulo Coelho: 'Destino não é determinismo'

#### MULHER

9 Argentina: Entre a boneca e as fraldas

10 México: A profissão mais antiga...

#### COMPORTAMENTO

12 Tibete: A fuga dos jovens

#### OPINIÃO

13 África do Sul: Uma proeza e um desafio

14 Irlanda do Norte: Manobras britânicas adiam a paz

## SUMÁRIO

Somente com mudanças profundas no sistema eleitoral, na legislação partidária e no comportamento da mídia será possível consolidar a democracia no Brasil

A intervenção norte-americana obriga a junta militar do Haiti a deixar o poder e aceitar a volta de Jean-Bertrand Aristide. Porém, os enormes desafios que terá pela frente o presidente tornam incerto o futuro do mais pobre país do continente

Em dezembro de 1998, a Declaração Universal dos Direitos Humanos completará 50 anos; a data será uma oportunidade única para transformar este documento em um Contrato Social Global que ajude a eliminar o abismo entre os ricos e os pobres do planeta



8



30



40

Publicação com informação e análise  
das realidades e aspirações dos  
países emergentes

DIRETOR: Neiva Moreira  
DIRETOR ADJUNTO: Pablo Piacentini  
EDITORA: Beatriz Bissio

SUBEDITORES: Claudia Guimarães, Elias Fe-  
jardo. CONSULTORES ESPECIAIS: Darcy Ribei-  
ro (Brasil), Henry Peasa García (Peru), Eduardo  
Galeano (Urugua) e Juan Somavía (Chile)  
REDAÇÃO: Marcelo Monteiro e Patrícia Costa  
(Brasil), Roberto Bardini (México), Carlos Pinto  
Santos (Portugal), Cristina Canoura (Urugua)  
REVISÃO: Cléia M. Soares e Valdenir Paixoto  
DEPTO. DE ARTE: Nazareno N. de Souza (editor  
e capa) e Roberto S. Lourenço  
FOTOS: A.C. Júnior  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: Jessie Jane V.  
de Sousa (diretora), Juliana Iooty, Sílvia Arruda,  
Mônica Pérez, Marcus Sanches, Luciane Reis e  
Rosângela Vicente Ferreira  
EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA: Macário Costa  
(chefia), Andréa Corrêa e Paulo Henrique Rodrigues  
ADMINISTRAÇÃO: Henrique Menezes  
PUBLICIDADE: Ari J. Silva

#### CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS:

Mauro Mendes - Rua da Glória, 122 1º andar  
CEP 20241 - Rio de Janeiro - Brasil  
☎(021)252-7440/232-3372/232-1759/222-1370

#### CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

utiliza os serviços das seguintes agências:  
ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Ira-  
que), IPS (Intar Press Service), SALPRESS (El  
Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Pales-  
tina), e o pool de agências dos Países Não-Ali-  
nhados. Intercâmbio com as revistas: *Africa News*  
(EUA), *Altercom* (Ita-México-Chile), *Third World*  
*Network* (Malásia), *Israel and Palestine Political*  
*Report* (Paris) e *Against the Current* (EUA)  
Fotos: Agence France Press (AFP)

#### SUCURSAL DE LISBOA:

Diretor: Artur Baptista  
Tricontinental Editora Ltda. Calçada do Combro  
10/1º andar. Lisboa, 1.200 - Tel.: 32-0650.  
Telex: 42720 CTM-TE-P

#### Uma publicação da Editora Terceiro Mundo:

Rua da Glória, 122 Grupos 101/102 - 105/106  
20241-180 - Rio de Janeiro-RJ-Brasil  
Tel. PABX: (021)221-7511  
Fax: 55 21 252-8455 - Telex: (021) 33054 CTMB-BR  
Correio Eletrônico - Geonet: Terceiro-Mundo  
Alternex: Caderno

#### REPRESENTANTES DE ASSINATURAS ☎

Maringá - (0442) 230449, Recife - (081) 224-9809  
/224-0936, BH - (031) 271-3757, Brasília - (061)  
228-8844 e 225-0883, Aracaju - (079) 211-1812,  
Rio - (021) 252-7440 /232-3372, SP - (011)  
573-8582/571-9871/255-8888, Porto Alegre - (051)  
228-8636, Fortaleza - (085) 252-4856, Curitiba -  
(041) 284-8989, Belém - (081) 243-1248, Uberaba -  
(034) 333-1635, Campina Grande - (083) 322-7536,  
Maceió - (090) 222-0855, Macaé - (082) 328-3960/  
3235-3387, Salvador - (071) 358-7416

## Amajoria do mundo

*Me parece muito importante que tenha sobrevivido uma aventura jornalística que parecia marcada para morrer desde o princípio. Lamentavelmente, o chamado Terceiro Mundo - que é, na realidade, a grande maioria do Mundo e o mundo que realmente tem palavras para dizer - não conta com muitas publicações que transmitam sua voz.*

*Esta é uma das poucas revistas que leva aos quatro ventos as verdades que os grandes fabricantes de opinião tergiversam e mantêm escondidas.*

*Oxalá dure vários séculos esta campanha de ressonâncias de sons que nos ajudam a crer que amanhã não é outro nome de hoje.*

**Eduardo Galeano,**  
escritor

## Navegar contra a corrente

*Em tempos de transnacionais e monopólios, em que grandes meios de comunicação não dizem mais do que uma minoria poderosa quer que se diga, cadernos do terceiro mundo demonstra que é possível navegar contra a corrente.*

*Olhar a partir do Terceiro Mundo e analisar suas angústias ajudam hoje a revelar as entranhas de um sistema.*

*Se o mal-chamado socialismo real caiu por que não tinha nada de socialismo além de algumas sementes, o abismo que se aprofunda entre a riqueza do Norte e a pobreza do Sul é a consequência direta do capitalismo real. Um mundo que se orienta para o consumo até a saciedade, e outro que luta para sobreviver. Esse é o capitalismo real.*

*Milhões de analfabetos em um mundo com meios e tecnologia suficientes para educar. Esse é o capitalismo real.*

*Um soldado para cada 43 habitantes; um médico para cada 1.030. Países centrais que crescem, sobre a multiplicada pobreza da periferia. É essa a "ordem" do capitalismo real.*

*A manutenção anual de um cachorro num país industrializado equivale a dez vezes a renda anual de um camponês de Bangladesh. Quinze milhões de crianças morrem, por ano,*

*de enfermidades curáveis diretamente ligadas à desnutrição. No Norte, a vida é crescente; minguante no Sul. Como não optar pelo Terceiro Mundo? Como não denunciar os genocídios silenciosos?*

*cadernos olha o mundo do ponto de vista dos feridos pela adversidade. É a voz dos sem-voz. Por essa razão ética, celebramos seus 20 anos. E a postamos, com sua permanência, na vida.*

**Guillermo Chifflet,**  
deputado e jornalista uruguaio

## Um papel fundamental

*Gostaria de saudar cadernos do terceiro mundo por esse novo aniversário e para dizer aos leitores desta revista que, sem dúvida, está cumprindo um papel fundamental no que é, na atualidade, o mundo internacional.*

*Hoje temos um mundo hegemônico pelos Estados Unidos no político, no militar e na comunicação, mas não na sustentação econômica. Temos três blocos em matéria econômica: EUA lideram o da América do Norte, Alemanha lidera o da Europa, e Japão lidera o do Sudeste Asiático, onde também aparece a China, com um papel extraordinariamente importante.*

*Pergunta-se: o Terceiro Mundo, onde está? Será que a América Latina não conseguirá unir-se? Será que os países do Sul não conseguirão objetivos comuns? Será que continuaremos dependendo destes três grandes blocos que estão decidindo sobre o Mundo e também sobre o Terceiro Mundo? Será, por exemplo, que a América Latina não vai ter força suficiente para enfrentar estes modelos provenientes dos organismos internacionais, com os EUA por trás, que denominamos neoliberais e que estão afetando enormemente a vida de tantos latino-americanos?*

*Este é o problema político atual que tem o Terceiro Mundo.*

*Refletir sobre propostas comuns, porque é impossível falar de unidade no abstrato, se não há propostas comuns e interesses comuns, é muito difícil que se possam unir. E requer, sem nenhuma dúvida, estratégias, análise*



ses, estudos, propostas de como o Terceiro Mundo pode se unir e como deve se articular com cada um desses três centros mundiais no campo econômico e como se deve articular com o centro principal no político-militar.

Isto, em última instância, depende do próprio Terceiro Mundo, depende de nós mesmos. E eu creio que cadernos do terceiro mundo é uma das que mais ajuda. Pela convicção da necessidade de um papel dinâmico do Terceiro Mundo no mundo internacional.

**Alberto Couriel,**  
deputado e economista uruguaio.  
Consultor das Nações Unidas,  
assessor de diversos governos  
latino-americanos em matéria  
econômica.

### Um acerto jornalístico

Nós pessoalmente e as organizações que representamos em nossa região latino-americana – OIP e Felap – consideramos cadernos do terceiro mundo um dos acertos jornalísticos de maior alcance nas últimas décadas.

Temos a satisfação de estar entre os fundadores em dar alento ao combativo e tenaz Neiva Moreira e demais iniciadores desta excelente revista que chega a seus primeiros 20 anos de vida.

Recebam nossa felicitação mais calorosa neste aniversário, assim como desejo que cumpram muitos anos mais, sempre com a orientação integradora da América Latina, de Simón Bolívar e José Martí.

**Luis Suárez,**  
secretário geral da Federação  
Latino-Americana de Jornalistas

**Ernesto Vera,**  
diretor do Centro Regional da  
Organização Internacional de  
Jornalistas

### Uma revista necessária

cadernos do terceiro mundo é uma revista necessária neste mundo desorientado que está nas vésperas de entrar no século XXI. Ela traz o ponto de vista dos intelectuais progressistas que não aceitam a interpretação me-



*“Esta é uma das poucas revistas que leva aos quatro ventos as verdades que os grandes fabricantes de opinião tergiversam e mantêm escondidas.”*

**Eduardo Galeano,**  
escritor

cânica dos acontecimentos segundo a visão do Norte. E, tratando-se de Brasil, país de primeiro plano no cenário internacional que sofre contínuas contradições entre seu avanço tecnológico e o atraso de suas estruturas sociais, entre o desenvolvimento de setores industriais modernos e o abandono de extensas zonas agrárias, a publicação de uma revista deste gênero representa uma fonte preciosa de pensamento. É, portanto, com imensa alegria que dou minhas felicitações à equipe de cadernos por seu vigésimo aniversário.

**Edouard Bailby,**  
jornalista francês

### Marco histórico

Em primeiro lugar, quero saudá-los, bem como parabenizá-los, pelos 20 anos de cadernos do terceiro

mundo. É, de fato, um acontecimento auspicioso, em se tratando desta revista que publica artigos que normalmente não saem nas outras publicações convencionais.

O artigo de Beatriz Bissio, “A história de uma bela aventura”, na edição de aniversário, é uma das coisas mais emocionantes que li nos últimos tempos. Sempre gostei de seus artigos, mas esse, sem sombra de dúvida, considero um marco histórico.

Cheguei a ver Beatriz no programa da TVE, Sem Censura, do dia 7 de outubro último, e adorei vê-la na telinha. Faltaria só conhecê-la pessoalmente, ainda que isso deva ser difícil.

Espero que essa publicação possa continuar pelos próximos 20 anos, pelo menos para quem se interessa pelos assuntos tratados. Mensalmente, aguardo com ansiedade a sua chegada pelo correio.

Desejo-lhes tudo de bom, esperando que continuem assim por longa data, para que sem pre tenhamos informação de alto nível!

**Martins Venske**  
Benedito Novo – SC

### Porta-voz

Sou assinante, leitor, admirador e divulgador de cadernos do terceiro mundo há alguns anos e não podia deixar de expressar-me e enviar minhas congratulações a todos que fazem esta valiosa revista, em decorrência do seu vigésimo aniversário.

cadernos é uma revista séria, verdadeira, independente e democrática. Diante deste mundo tão injusto socialmente, onde amaioridades possui danão tem vez, nem voz, cadernos se transformou, ao longo desses 20 anos, em porta-voz e veículo de informações dos anseios e sonhos dos mais fracos e dos que lutaram e lutam por independência, liberdade e igualdade.

Parabéns e sorte para todos que fazem a revista. Que vocês continuem firmes, empenhados e engajados na luta contra a dominação e a favor da liberdade.

**Damião Dantas de Sousa**  
Natal – RN

# Os anos de chumbo

*Entre os temas abordados pelos militares entrevistados em um livro recentemente lançado no Brasil, destacam-se os métodos usados na repressão, a responsabilidade dos chefes e a enorme dificuldade das Forças Armadas para oferecer uma versão "socialmente aceitável" sobre a guerra suja que elas promoveram contra as organizações armadas da esquerda brasileira*



*Os chefes militares prometeram dias após o 1º de abril de 64 que a intervenção seria rápida, mas a ditadura acabou durando 21 longos anos*

Marcelo Montenegro\*

“**P**ela perversão com que fizemos o mundo, ainda será necessário conviver muito tempo com os militares, por isto é indispensável saber o que pensam e em muitos sentidos entendermo-nos com eles.” E mais, “enquanto mantivermos uma aproximação dedutiva, a partir de concepções teóricas de natureza eurocêntrica ou *americanocêntrica* para saber como são os militares brasileiros, nunca chegaremos a entendê-los na realidade”. Com este raciocínio, o pesquisador Gláucio Soares arquitetou seu



projeto de inscrever-se no imaginário militar que reinou durante os anos mais duros da repressão no Brasil, quando a tortura de opositores se tornou corriqueira.

Junto com Maria Celina D’Araújo e Celso Castro, ambos professores da Fundação Getúlio Vargas (FGV), do Rio de Janeiro, Soares, que é professor do Center for Latin American Studies da Universidade da Flórida, Estados Unidos, entrevistou 12 comandantes militares que ocuparam postos-chaves nos organismos de re-

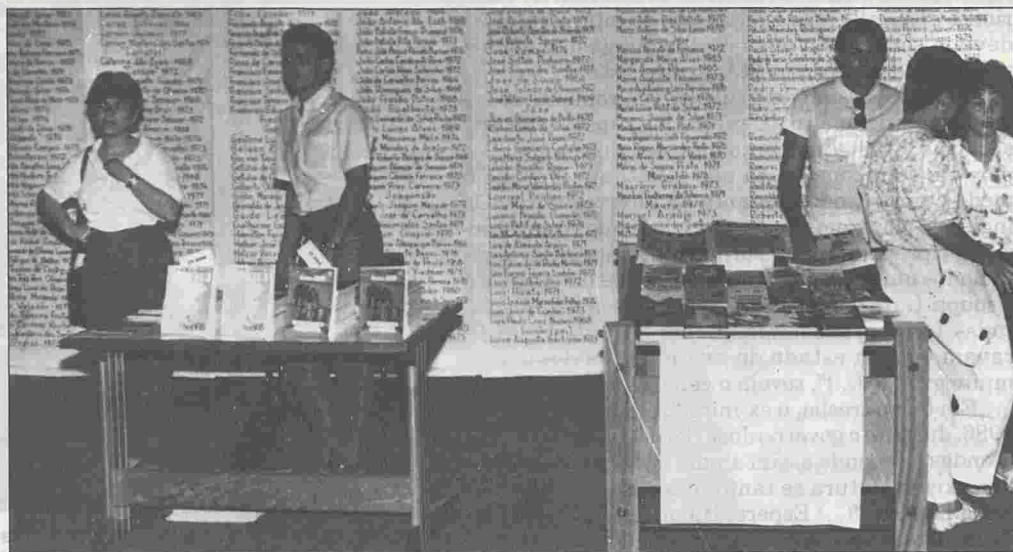
pressão e inteligência militar durante a ditadura que governou o país durante 21 anos.

No livro *Os anos de chumbo – a memória militar sobre os anos de repressão*, lançado em agosto no Brasil pela editora Relume-Dumará, os autores, através de testemunhos obtidos por meio de questionários, mostram como pensam os generais que conduziram os anos de chumbo e por que atuaram daquela maneira. As entrevistas representam uma fonte preciosa e são até agora o material mais completo sobre o que poderia ser considerada uma “visão militar” da repressão política no Brasil.

“Se conhece muito bem o que pensam as instituições de defesa dos direitos humanos como a Anistia Internacional ou o grupo Tortura Nunca Mais. Mas pouco se sabe, em contrapartida, sobre o que efetivamente pensam os militares sobre a experiência que viveram. Revelar este pensamento é um dos objetivos do trabalho”, declaram os organizadores do livro na introdução da obra.

**Os anos de chumbo** – O livro reúne em pouco mais de 300 páginas o testemunho dos fundadores do Serviço Nacional de Informações (SNI), do Centro de Informação do Exército (CIE), do Centro de Operações de Defesa Interna (Codi), da escola de inteligência do exército e de outras instituições que foram as instâncias-chave do “combate ao comunismo” e do desmantelamento das organizações armadas da esquerda no Brasil.

A obra tem passagens “nuas e cruas”, que revelam, por exemplo, que os entrevistados atuaram convencidos de estar em guerra contra um inimigo internacional de extrema periculosidade, o qual não duvidaram em torturar e massacrar quando puderam, apoiados por um maquinário bélico absolutamente desproporcional. Muitas vezes entraram em



A repressão militar criou uma lista imensa de mortos e desaparecidos políticos



**Ivan de Souza Mendes diz que é ingenuidade negar que houve tortura durante o regime militar**

confronto com mulheres guerrilheiras que os combatiam com armas nas mãos e, em alguns casos, chegam a afirmar que notaram mais determinação nas guerrilheiras do que nos homens.

A prática de torturas e outras aberrações contra os prisioneiros é um dos temas mais chocantes do livro. Nenhum dos entrevistados reconhece ter ordenado violações aos direitos humanos nem as defende explicitamente. Ainda que as respostas e opiniões que se revelam sejam heterogêneas, podem ser percebidos dois tipos de atitudes: os que não aceitaram os métodos da chamada "guerra suja" e aqueles que o fizeram.

O general Adyr Fiúza de Castro, por exemplo, é capaz de repetir detalhes de interrogatórios de prisioneiros e prisioneiras, narrando-os como um técnico que sabe como fazer a guerra. De acordo com as lições que os oficiais brasileiros receberam no exterior, o general Fiúza explica que os interrogatórios deviam ser feitos o mais rápido possível, e o mais próximo possível do momento da prisão.

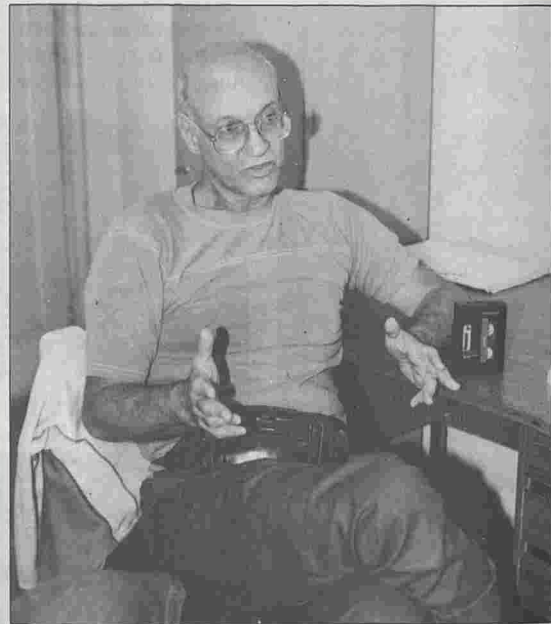
"É uma questão de combate. Em combate se interroga o prisioneiro de guerra logo após a sua prisão, pois é neste momento que ele falará mais. Depois ele se recompõe, já não fala tanto. Porque o medo é um grande ajudante do interrogatório. Os ingleses, por exemplo, recomendam que só se interrogue o prisioneiro nu, porque afirmam que evidentemente uma das defesas do homem e da mulher é a roupa. (...) Com exceção das pessoas mais estruturadas, (...) os prisioneiros, quando eram despidos, ficavam em um estado de angústia, de depressão muito grande(...)", revela o general no livro.

Em outro trecho, o ex-ministro chefe do SNI até 1986, durante o governo José Sarney, Ivan de Souza Mendes, responde assim a uma pergunta sobre por que existia tortura se tantos oficiais a repudiavam como prática: "(...) Espere. Há que se buscar a verdade nisto. E isto deve ser feito com meticulosidade. Eu não vou dizer, seria mentira e inclusive ingenui-

de chumbo

dade que nunca houve tortura. E não foi só aqui (no Brasil). Na Argentina foram feitas barbaridades. Os (norte-americanos a ensinam, os ingleses são mestres em ensinar como se deve arrancar uma confissão sob pressão, sob tortura, de qualquer maneira. E a Inglaterra é o paradigma da democracia. Dão cursos aos amigos. Agora, realmente, quando se quer investigar alguém é necessário verificar se no momento em que estava exercendo esta função ocorreram ou não, sob suas ordens, os fatos denunciados. Porque este foi um processo que durou muitos anos. Pode ter havido tortura em outras épocas. Não na época do general Frota (Sylvio Frota, comandante do I Exército durante o governo Médici e ministro do Exército no governo Geisel). Sou testemunha. Sempre soube que ele inspecionava pessoalmente as prisões(...) para que não se cometessem abusos."

**Uma velha inquietude** – Um dos organizadores do projeto Os Anos de Chumbo, que está dividido em três livros, um ainda a ser lançado (o primeiro chama-se *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*), o professor Gláucio Soares revela que os motivos pelos quais decidiu entrar em um labirinto do qual a maioria das pessoas foge "datam do dia do golpe" (1º de abril de 1964): "Queria entender qual era a lógica do sistema implantado." Pouco tempo mais tarde, conversando com o economista Celso Furtado na Califórnia, teve a dimensão do "tempo" que se avizinhava. Não só no sentido político como também do "tempo cronológico". Furtado disse para ele: "Este regime dura 20 anos." E avaliando as consequências de um exílio tão longo (viveu no Chile na



**Gláucio Soares revela o pensamento dos militares sobre o período mais negro da ditadura militar, entre o final de 1968 e início de 1976**

década de 70, dirigindo a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), cita como exemplo o personagem do filme francês *A guerra terminou*: um jovem exilado espanhol que todas as manhãs ao se levantar olha-se no espelho e jura que neste dia Franco cai. Tempos depois, ao repetir "hoje cai", se deu conta que já estava velho.

Em 1964, Soares chegou ao Brasil vindo dos Estados Unidos, onde estava vivendo, poucas semanas antes do golpe. Diz que a atmosfera que encontrou era "de revolução", mas de esquerda. "Todos nos enganamos. Se esperava uma revolução de esquerda, e foi a direita que a fez." Remonta a isto seu interesse por investigar a lógica interna do autoritarismo e também o descobrimento dos obstáculos que uma investigação deste tipo enfrenta. "É muito difícil estudar o autoritarismo enquanto este está no poder porque não há fontes disponíveis. Não há diários, nem revistas, nem livros. Há que se limitar a coisas muito pontuais, uma publicação, uma entrevista."

**Informação esporádica** – Durante décadas, Soares se limitou a coletar estes fatos isolados que a censura mantinha dispersos. Desta forma conseguiu juntar e sistematizar todos os chamados "bilhetinhos" que completaram um ciclo no Brasil. Eram originados nos quartéis e estavam endereçados às redações dos jornais contando episódios que por lei eram secretos.

"Fundamentalmente eram mensagens políticas. Não estavam relacionados com conflitos de classes, sociais ou econômicos", disse. Os "bilhetinhos" duraram do início da década de 60 até a entrada da década seguinte e "fazem uma curva que coincide com a curva dos mortos." Soares disse que este "sistema" peculiar de deixar vazar para a imprensa certas informações não teve nenhum método nem nenhuma lógica. "Havia grupos que atuavam de forma autônoma, e assim informações cuja publicação estava proibida por ordem do ministro da Justiça, no Rio, eram divulgadas sem problemas na Bahia."

**As cassações** – Um segundo objeto de estudo foram as proscricções de parlamentares. Segundo o argumento do governo, a cassação dos direitos políticos de deputados e senadores, retirando-lhes mandatos constitucionais, estava fundada em razões de corrupção e subversão. "Só que, quando fomos ver quem foram os primeiros parlamentares atingidos por estas cassações, comprovamos que eram todos os de grande tradição na-

cionalista. E que quanto mais ativos tivessem sido neste nacionalismo, mais rápidos foram cassados."

A segunda onda de cassações foi executada de acordo com as conveniências políticas do governo militar. Quem votava a favor dos projetos do Poder Executivo ficava no Parlamento. Quem votava contra, era proscrito. "Nas entrevistas ficou claro que a seleção dos deputados foi feita principalmente com base nos critérios de conveniência política", afirma.

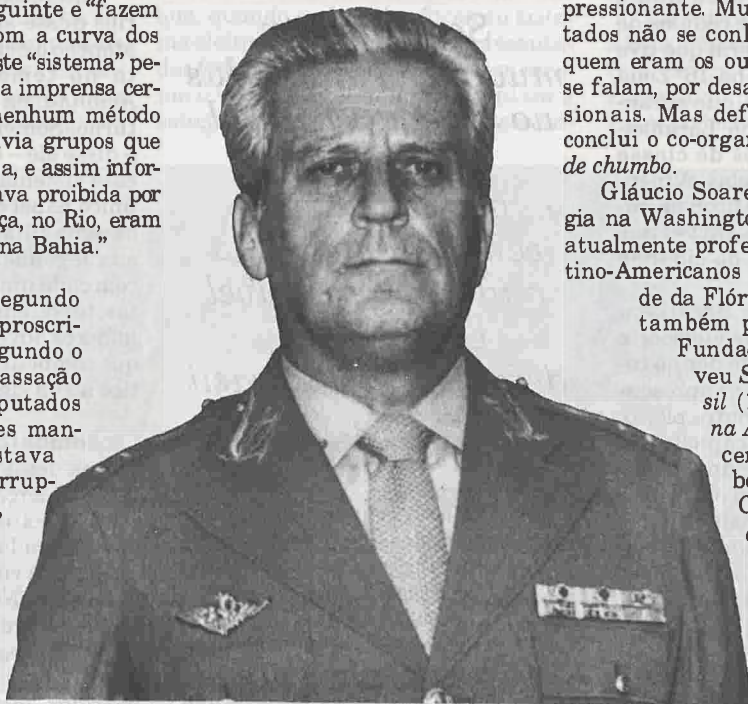
A criação do SNI imediatamente depois do golpe e que chegou a empregar duas mil pessoas no apogeu da repressão mereceu menção especial do pesquisador.

Soares diz que o serviço secreto foi fundado como produto da constatação de que o presidente constitucional deposto, João Goulart, não sabia que todos conspiravam a seu redor. "Goulart não sabia que os militares iam depô-lo, porque o presidente precisava neste momento de uma "inteligência" que o servisse. Os militares se deram conta de que a inexistência de um organismo central deste tipo provocava uma grande debilidade no Poder Executivo e decidiram remediar esta carência imediatamente."

Na investigação, o autor descobriu outros elementos característicos do regime autoritário brasileiro. Primeiro, o uso pessoal da informação: uma quantidade de pessoas foi denunciada por ciúme e competência no trabalho, disputas comerciais etc., "exemplo claro do que ocorreu depois na Argentina", afirma Soares. "A ditadura conseguiu despertar os piores sentimentos que há no ser humano", disse. Em segundo lugar, a identidade do pensamento dos militares. "Há respostas heterogêneas sobre pontos distintos, mas o fio do discurso é de uma coerência impressionante. Muitos de nossos 12 entrevistados não se conheciam, nem todos sabiam quem eram os outros, e alguns nem sequer se falam, por desavenças pessoais ou profissionais. Mas defendem as mesmas teses", conclui o co-organizador do projeto *Os anos de chumbo*.

Gláucio Soares doutorou-se em sociologia na Washington University-St.Louis e é atualmente professor titular de Estudos Latino-Americanos e Sociologia da Universidade da Flórida, nos Estados Unidos. É também pesquisador associado da Fundação Getúlio Vargas e escreveu *Sociedade e política no Brasil* (1973) e *A questão agrária na América Latina* (1976). Recentemente organizou, também em conjunto com Maria Celina D'Araújo, *21 anos de regime militar: análises e perspectivas*, livro que foi editado pela FGV este ano.

O general  
Leônidas Pires  
Gonçalves,  
ex-ministro do  
Exército no  
governo Sarney,  
é um dos  
militares  
entrevistados  
no livro



\*Colaborou Jessie Jane Vieira de Souza

# As lições da eleição



O sistema eleitoral brasileiro não assegura ao eleitor a possibilidade de exprimir a sua opção política nem a transparência

**M**e esqueci do nome do meu candidato." Este singelo bilhetezinho apareceu numa das milhares de cédulas de votação para deputado federal que tive oportunidade de fiscalizar na 16ª Zona Eleitoral do Rio de Janeiro, que abrange os bairros de Cosme Velho, Laranjeiras e Santa Teresa, todos de classe média, mas com várias favelas. A mensagem do eleitor ou eleitora ficou na minha cabeça. Não era a primeira vez que constatava a dificuldade do cidadão brasileiro para votar.

Desde que cheguei ao Brasil em 1980 já acompanhei várias eleições e sempre senti uma espécie de dor no coração diante do quadro que se apresenta, reiteradamente, num e outro pleito, de votos perdidos pela incapacidade do eleitor de exprimir no papel a sua opção. Nunca entendi como o Brasil — tão reconhecido como um país de soluções imaginativas — podia ter uma população com quase 50% de analfabetos totais ou funcionais e exigir deles um voto escrito.

Depois compreendi que essa era só uma das armadilhas do sistema eleitoral. Havia outras, mais graves ainda. A

*Somente com  
mudanças profundas  
no sistema eleitoral,  
na legislação  
partidária e no  
comportamento da  
mídia será possível  
consolidar a  
democracia no Brasil*

pioir de todas, ao meu ver, é a que pulveriza os partidos, ao fazer com que o voto seja nominal aos candidatos e sem se exigir nenhuma coerência entre as diferentes opções do eleitor. Votos a Lula para presidente e a Newton Cruz para governador do Rio foram numerosos em 3 de outubro. Que avaliação do qua-

dro político fará um cidadão que opta por essa salada de frutas?

Interessada em desvendar os mistérios desse sistema eleitoral ouvi com atenção o depoimento de um especialista no tema que deu ao *Jornal de Amanhã*, na TVE, logo após o fim do 1º turno. Somente duas nações no mundo — disse ele — o Brasil e a Finlândia, têm esse sistema de *lista aberta*, no qual o único papel do partido é escolher entre os seus filiados quais poderão usar a sua legenda para disputar. O resto é com cada um deles, que sai à caça devotos, tendo em seus colegas de partido os maiores adversários, pois com eles terá que competir junto ao eleitorado simpático à sua sigla.

**Somos todos vítimas**—A primeira vítima desse sistema é a militância do partido, forçada a optar por alguns dos companheiros, virando "cabo eleitoral" dos escolhidos, abandonando os outros. A segunda vítima é a coerência político-ideológica. No afã de obter a melhor colheita de votos, os candidatos caem muitas vezes na tentação de "fazer dobradinhas" com postulantes de outros partidos, mesmo opostos às suas con-

## As perspectivas

vições. O dinheiro ou a "máquina" dos adversários compensam o "detalhe" da falta de pontos de convergência com as idéias que pretensamente vão defender, caso eleitos.

Mas a maior vítima é o eleitor: ele é convocado a escolher os melhores para os diferentes cargos entre um enorme leque de opções, sabendo inclusive que os candidatos nem sempre se apresentam como realmente são. Exceto os cidadãos engajados na militância política, os demais terão muita dificuldade em separar o joio do trigo a partir da limitada relação que se estabelece com os candidatos na estreita janela do horário eleitoral gratuito. É comum muitos deles fazerem todo o possível para disfarçar a sua filiação partidária ou mesmo as alianças que os respaldam.

Nos resultados da eleição de 3 de outubro ficaram claras as limitações que este sistema eleitoral impõe. Mesmo em se tratando do primeiro pleito *casado* em quase meio século, o eleitor não vinculou sua opção para cargos majoritários (presidente da República e governadores) com os proporcionais (senadores e deputados federais e estaduais). Na verdade, pela forma como se votou — em duas cédulas — é impossível fazer uma análise político-sociológica do comportamento do povo na eleição majoritária e proporcional, pois não há como *casar* ambos os votos de um mesmo eleitor. Mas, a partir do fato de Fernando Henrique Cardoso (que obteve mais de 54% dos votos) não ter conseguido transferir o seu eleitorado para o PSDB na disputa para o Senado e a Câmara e nem Lula ter chegado a colocar o PT como o segundo maior partido do país, se comprova que o eleitor não raciocinou em termos de partido político. Aliás, seria um milagre se o fizesse, já que nem os próprios partidos agiram como tal, esfacelando-se nas campanhas individuais dos seus numerosos

candidatos e perdendo a coerência inerente às campanhas *casadas*.

**Que fidelidade partidária?**—Numa eleição disputada praticamente sem referências partidárias, não é de se estranhar que o próprio presidente eleito afirme que não se sente comprometido com seu partido — nem com os aliados da coligação — para compor o seu governo. A mesma ênfase na ação individual aflora nas declarações dos candidatos aos governos estaduais e muito mais, naturalmente, nos que disputam cargos proporcionais.

De fato, como exigir fidelidade partidária de quem não reconhece no partido um elemento decisivo na sua eleição? E, por outro lado, como construir um partido se, no teste mais decisivo para as suas propostas, que é a eleição, ele não pode apresentar-se unido e coerente por causa do sistema eleitoral? Estamos num círculo vicioso do qual não há como sair e que traz perigosas conseqüências para a democracia, pois ainda não se inventou um substituto para o partido no exercício sadio da convivência política.

Esses são alguns dos problemas que o Brasil terá que enfrentar se realmente pretende aprofundar e aperfeiçoar a sua democracia. Mas assusta constatar que, quando se fazem críticas ao sistema eleitoral, as alternativas apresentadas (como o dúbio voto distrital ou mesmo o voto facultativo), não apontam a solução do problema que, no nosso en-

tender, se constitui no eixo da falência do que aí está: a ausência dos partidos na eleição.

Em todos os demais países do mundo o eleitor vota não em pessoas, mas em partidos. É o partido que "escolhe" quem serão os seus candidatos a todos os cargos em disputa, cabendo ao eleitor somente a opção entre as diferentes legendas. Nunca é o candidato individual que se apresenta a julgamento do eleitor.

No caso uruguaio, por exemplo, onde o voto é vinculado de cima a baixo, a convenção do partido escolhe quem vai disputar os cargos, inclusive os de deputados e vereadores. Com o resultado da votação interna, se define o que se chama de *lista* de candidatos que será submetida ao eleitor. Nela, figuram desde o candidato à Presidência até o último postulante a deputado, sendo que quem teve mais votos na Convenção ocupa o primeiro lugar na lista, o segundo vai em segundo, e assim por diante. Se o partido receber votos para fazer cinco deputados, os primeiros cinco da lista serão os eleitos. Como se eleger, a partir da mesma lista, o Executivo e o Legislativo, sempre se assegura ao presidente eleito uma razoável presença no Congresso, ou dito de uma outra forma, uma mínima governabilidade.

Há outros países, como o Peru, onde a lista é fechada mas o eleitor tem o direito de marcar nela dois candidatos ao Legislativo pelos que tem preferência. Estes poderão, desta forma, pela vontade expressa nas urnas, "melhorar" a sua posição e serem eleitos passando à frente de outros escolhidos internamente pelo partido.

Além de facilitar a escolha do eleitor — cujo único trabalho no momento da votação é escolher numa mesa a folha do partido de sua preferência com a chapa de candidatos e o logotipo impressos, o que facilita a identificação no caso dos



Os jovens têm direito ao voto aos 16 anos, mas poucos tiraram seu título de eleitor



Fernando Henrique: eleito pelo Plano Real. Lula: faltou clareza na proposta alternativa

analfabetos – esse sistema praticamente elimina as possibilidades de fraude. Se o eleitor quer votar em branco, não põe nada no envelope que depositará na urna. Mas na hora da apuração não será possível “preencher” o seu voto porque as listas impressas não estão disponíveis nas mesas apuradoras.

As vantagens são muitas, mas uma em particular é importante à luz da experiência brasileira: na hora de sair para o corpo-a-corpo, o partido vai unido. A todos os candidatos interessa que o partido seja bem votado, pois a sua sorte individual está atrelada ao desempenho da legenda. Não existe a campanha deste ou daquele candidato, nem forma de separar a campanha dos que disputam cargos majoritários e proporcionais.

Essa, sim, seria uma mudança que começaria a recompor o tecido partidário brasileiro, tão necrosado pelo tumor da corrupção, do clientelismo e do oportunismo.

**Outras interferências** – Começamos a análise da eleição pelo desempenho do sistema eleitoral porque esse é um dos aspectos que permanece menos estudado e debatido na hora de se avaliar o quadro que emergiu das urnas. Mas, há outras lições a tirar da consulta popular.

Nesta edição, a matéria de capa é sobre o poder da mídia. O seu comportamento está sendo esmiuçado no mundo todo pelos que estudam os fenômenos sociais, e as conclusões não são alentadoras. Só uma drástica revisão dos critérios pelos quais são feitas as concessões de canais de televisão, por exemplo, poderá abrir caminho à democratização dos mesmos. Sem o debate,

sem o respeito às vozes dissonantes e aos grupos minoritários, não é possível o avanço democrático.

A eleição de 3 de outubro mostrou o quanto é nociva a falta da pluralidade na mídia. A partir do lançamento do Plano Real, quando Lula começou a cair e Fernando Henrique a subir como foguete, ficou claro que uma máquina muito poderosa – mais até que a máquina do Estado – estava trabalhando com o que há de mais sofisticado e moderno para assegurar que o desenlace da campanha eleitoral não escapasse ao seu controle. Nem mesmo o deslize parabólico do ex-ministro Rubens Ricupero, que mostrou a ponta do *iceberg* dessa estratégia, abalou a candidatura oficial. Rapidamente, os especialistas reverteram o quadro e, de algoz, o diplomata virou vítima, deixando no ar a dúvida: teria sido apenas uma “armação do PT”?

*Enquanto o sistema eleitoral não assegurar a transparência do pleito, e enquanto a miséria e a falta de consciência permitirem a confusão entre eleição e leilão de votos, pouca esperança existirá de mudanças*

**Reconstruir o sonho** – Fora todas essas dificuldades, ainda houve uma outra interferência tentando impedir a manifestação da vontade soberana do povo: a fraude. O caso do Rio de Janeiro foi o que ganhou as manchetes nacionais, porque nesse estado os fiscais partidários agiram com maior eficácia e velocidade e porque, ao contrário do que acontece em outros, as denúncias foram levadas a sério.

Mas, há indícios fortes de que o problema se repetiu em vários estados. No Maranhão, o índice de votos nulos e brancos foi anunciado no primeiro dia após a eleição como sendo o segundo maior do país, depois do Pará. Mas acabou sendo – no caso da eleição proporcional – um dos menores da Federação. Na Bahia, houve numerosas denúncias de irregularidades, assim como no Amazonas, Mato Grosso e até São Paulo, que tiveram menor repercussão na mídia. Mas o denominador comum foi a aliança entre poder econômico, crime organizado e corrupção, o que, aliás, não foi uma novidade da eleição de 1994.

Enquanto o sistema eleitoral não assegurar a total transparência do pleito – e, para isso, tem que acabar, entre outras coisas, o vício de se alterarem as regras do jogo a cada eleição –, e enquanto a miséria e a falta de consciência política permitirem a confusão entre eleição e leilão de votos, pouca esperança existirá de mudanças profundas nessa triste realidade.

Mas há ainda um último fator a ser avaliado, para se entender o resultado eleitoral. Na verdade, não houve uma alternativa atraente para o eleitorado à falaciosa esperança de estabilidade representada pelo Plano Real. Como dizia recentemente o dirigente angolano Lopo do Nascimento, na sua passagem pelo Rio, as forças progressistas – pelo mundo afora – ainda não se refizeram do golpe provocado pela queda do Muro de Berlim. Elas mostram mais clareza no que não desejam do que no projeto alternativo. E, ainda por cima, a confluência das diferentes vertentes de esquerda continua dificultada pelo hábito nocivo da exaltação das divergências, em detrimento da procura das convergências, o que faz com que o eleitor não visualize com nitidez as propostas ideológicas em disputa.

**Beatriz Bissio**



# As perspectivas do Plano Real

*Passada a eleição, com a vitória obtida pelo plano, começam a ficar claras as implicações da política neoliberal que ele implantou no país*

## Vânia Bambirra\*

O plano de estabilização econômica do governo Itamar Franco, concebido pelo seu então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso e sua equipe técnica, tinha dois objetivos interligados: ganhar a eleição presidencial e consolidar a política neoliberal preconizada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

O primeiro objetivo foi facilmente alcançado, pois dispôs-se do apoio maciço da mídia e dos recursos econômicos do grande capital nacional e internacional, para uma campanha que começou desde o dia em que foi anunciada a indicação do futuro presidente para o Ministério da Fazenda. Além disso, o plano foi inteligentemente subdividido em três etapas sucessivas. O Plano Social de Emergência, apresentado ao Congresso Nacional somente após sete meses de gestão ministerial do futuro candidato; a Medida Provisória que criou a URV um pouco depois; e, finalmente, a que criou o Real, no final de junho, em plena campanha eleitoral. Assim, ganhou-se tempo, postergou-se a parte amarga para que a política econômica antipopular não mostrasse a sua cara feia, a sua realidade, antes do dia 3 de outubro.

Em três meses o imaginário popular de que dias melhores virão foi aguçado por uma intensa publicidade da nova moeda, aliada

ao seu mentor, que utilizou sem escrúpulos a máquina governamental, como ficou comprovado pelo patético depoimento parabólico do então ministro Rubens Ricupero. Fernando Henrique Cardoso, que sequer conseguiu eleger-se prefeito por São Paulo e deixou o seu cargo de ministro com uma hiperinflação de 67% ao mês, foi um produto forjado para ganhar.

Por que, além do poderoso desempenho da mídia, conseguiu despertar o imaginário popular? Por que o povo vo-

tou nele se o salário mínimo passou a ter um valor real de apenas 22,38 no Plano Real, comparado com o valor de 1940 quando foi instituído por Getúlio Vargas?

Como explicar a aceitação do plano, se os preços ficaram livres e a espiral de altas chegou a atingir em junho uma variação de 300 até 700%, possibilitando um confisco salarial por via dos aumentos? Mais ainda: nos primeiros dois meses posteriores à implantação do Real houve uma inflação de 12%. E os salários ficarão arrojados até a data-base, além de já se cogitar a supressão do artigo da Medida Provisória em que consta a indexação na data básica. Decidiu-se também alterar a metodologia utilizada na fixação dos índices de aumento do custo de vida, retirando matreiramente os aumentos sazonais.

**Temor de nova inflação** – Apesar disso, a população de baixa renda, que compõe a maioria absoluta dos eleitores, deixou-se levar pelo canto da sereia de uma estabilização monetária perdurável e não conseguiu vislumbrar as suas seqüelas dramáticas. A explicação é simples: a inflação, que apenas beneficia os especuladores e particularmente o sistema financeiro, é um terror para os carentes, os assalariados, os aposentados e pensionistas, além de agravar o desemprego. Por isso FHC foi apoiado por todos esses setores.



A inflação e um terror para os assalariados e aposentados, que por isso apoiaram Fernando Henrique

Foto: Cedoc



Foto: André Louzeiro

Apesar da oposição de setores nacionalistas, demonstrada na venda da Usiminas em outubro de 91 (foto), as privatizações deverão ser ampliadas no governo FHC

Ao garantir que faria a estabilização monetária perdurável, obtendo também o apoio do empresariado, Fernando Henrique transformou-se em um homem de confiança para enfrentar Lula e Brizola.

A estabilização poderá consolidar-se? A médio prazo é possível que sim, como a maior parte dos países da América Latina, mas a um custo social altíssimo. O núcleo central da doutrina neoliberal reside na diminuição do papel do Estado, vale dizer:

a) *na venda das estatais* para empresas sobretudo estrangeiras e nacionais associadas ao grande capital (o relatório final da CPI das Privatizações demonstrou como as mesmas foram subavaliadas, ou seja, vendidas a preço vil e em troca de moedas podres). Para isso foi aprovada uma Medida Provisória pelo Congresso, que eleva a participação do capital estrangeiro de 40% para 100%, com o apoio da bancada do PT;

b) *na internacionalização e desregulamentação da economia*, o que significa o fim de qualquer protecionismo (obediência irrestrita às resoluções do Gatt, como lei de patentes etc.) e o escancaramento para a penetração do capital estrangeiro;

c) *no arrocho salarial* baseado apenas na livre negociação entre patrões e empregados, retirando do Estado a função de mediador deixando os trabalha-

dores desamparados em uma época em que a revolução científica e tecnológica acelera a tendência da substituição do trabalho humano por máquinas, impondo o desemprego estrutural;

d) *na economia de livre mercado* sem nenhuma regulamentação estatal, por exemplo, no controle de preços. O único mecanismo de controle passa a ser a baixa das alíquotas para importação de produtos que concorrem com a indústria e a agropecuária nacionais. Desta forma, ambas são levadas a uma situação crítica que, no caso da indústria, além da falência, é um estímulo à associação com multinacionais e, no da agricultura, a uma pressão constante sobre o governo para a obtenção de créditos subsidiados. Essa política representa mais um agravante para o desemprego e a miséria, que não pode ser remediada apenas com campanhas caritativas contra a fome, mas com a implementação de reformas sociais profundas (como a agrária, única forma de criação de empregos permanentes e a baixo custo, não para milhares mas para milhões de pessoas). Nesse sentido o programa FHC é pífio ao propor apenas 280.000 assentamentos;

e) *na paridade do real com o dólar*, ou na artificialidade do real com valor superior, o que viabiliza as exportações devido ao seu encaimento frente aos preços do mercado internacional. Isso

*A venda de estatais é uma das premissas básicas do neoliberalismo, repassando o controle de serviços estratégicos para empresas estrangeiras ou nacionais associadas ao grande capital*

leva ao desbaratamento dos recursos do Tesouro Nacional e à quebra das indústrias nacionais, agravando mais ainda o desemprego e caracterizando de forma contundente o caráter entreguista do plano;

f) *na manutenção de altas taxas de juros* — que são inconstitucionais e que estão bem além da inflação — para aplicações financeiras e especulativas. Essas taxas são as mais rentáveis do mundo e aceleram a concentração de renda, também uma das maiores do globo, levando o país à recessão, agravando o desemprego, e gerando, de novo, a espiral inflacionária. Por outro lado, os juros no crédito direto ao consumidor são extorsivos, cerca de 10% ao mês.

g) *finalmente, a proposta de liquidar o déficit público agravando mais ainda a dívida social*. O Fundo Social de Emergência abocanhava recursos de cerca de US\$ 14 bilhões da saúde e da educação para pagamento apenas dos juros da dívida interna. O pagamento dessa e da dívida externa chegou a 53% do orçamento de 1994. Os recursos para o pagamento da dívida externa são intocáveis, pois não podem ser emendados pelos congressistas. Dessa maneira, o Estado tem de cortar radicalmente os investimentos sociais em obras públicas, deixando a população desassistida, sem moradias, saneamento básico, sem manutenção das redes viárias, sem

# Alunos residentes

educação, sem saúde, desempregada e o país sem investimento no desenvolvimento científico e tecnológico.

**O preço da estabilização** – O ímpeto neoliberal de privatizar as empresas estatais estratégicas (como a Petrobrás, Telebrás, Eletrobrás, a Previdência Social, a Vale do Rio Doce, o Banco Central e o Banco do Brasil, e a liquidação do preceito constitucional de “empresa brasileira de capital nacional”, para que as multinacionais possam atuar, sem subterfúgios, na extração das imensas riquezas minerais, tem como finalidade promover negociações fantásticas para o capital estrangeiro e seus sócios menores e desbaratar o patrimônio nacional para o pagamento da dívida interna e externa, condição da manutenção da aventureira estabilização monetária que o Plano Real almeja lograr.

A criação do Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária pela Medida Provisória do Real, que sequer preconiza uma consulta ao Congresso Nacional, faculta ao governo a venda de ações de qualquer estatal. Isso provocará a chamada “flexibilização” das mesmas, segundo FHC. Vale dizer: trata-se de uma escamoteação da privatização generalizada que a maioria da população não é capaz de entender.

As perspectivas do Plano Real são essas. No seu conjunto, conduzirão ao

aprofundamento da dependência do sistema capitalista vigente no Brasil às grandes potências mundiais, em particular aos Estados Unidos.

O resultado da política neoliberal implementada na América Latina é contundente: a inflação foi contida mas a quebra de empresas levou ao aumento intenso do desemprego, a economia informal se expandiu, diminuindo a arrecadação fiscal, a classe média empobrecceu, a miséria se generalizou e seu subproduto, a violência e a insegurança,

*A implantação da doutrina econômica neoliberal em países da América Latina causou o aumento do desemprego, da miséria e dos conflitos sociais*

prenciam tensões e até guerras civis generalizadas. É só uma questão de tempo. Mas em nenhum dos países latino-americanos esse modelo foi implantado em vésperas das eleições, como um estelionato eleitoral. Talvez por isso, a versão brasileira tenha uma duração menor e suas consequências dramáticas conduzam à insurgência social a médio prazo. Afinal, no México demorou mais de uma década para que fosse desencadeada a guerrilha de Chiapas, e na Argentina as manifestações em Santiago del Estero foram manifestações isoladas; mas no Uruguai, mais de 70% dos eleitores rejeitaram, em plebiscito, o projeto de privatizações. Apenas na Venezuela, o “Caracaço” explodiu pouco tempo depois da posse de Carlos Andrés Pérez, que tratava de acelerar a política neoliberal e, em seguida, ocorreram duas tentativas de golpe, com apoio popular contra as mesmas. No Peru, Fujimori teve de dar um golpe e fechou o Congresso para poder impor a política do FMI. Com um certo apoio popular devido ao mau conceito dos políticos. Mas o neoliberalismo está em decadência no continente e é nesse momento que o nosso país envereda de maneira ortodoxa em tal política.

Paradoxalmente, no Brasil, Fernando Henrique Cardoso, um dos mais destacados elaboradores da teoria da dependência, foi o designado para conduzir o seu aprofundamento e intensificação. Para isso, renegou tudo que havia formulado no passado, mudando radicalmente de banda, aos 62 anos de idade. Nem precisava proclamar: “esqueçam tudo que escrevi”.

O povo não votou em Fernando Henrique Cardoso, um senador e intelectual de elite pouco conhecido nacionalmente. Votou no Real, ou melhor, não votou propriamente no Real, e sim no imaginário do Real. Porém, “a verdade é sempre concreta”; “a prática é o critério da verdade”. Somente ela desvendará a cortina de fumaça que envolveu o sonho de milhões de brasileiros. ■

Foto: Cedoc



*A livre negociação salarial pode prejudicar os trabalhadores, diante da tendência da redução do número de vagas causada pelo aumento do nível de mecanização das fábricas*

\* Vânia Bambirra é socióloga

# Alunos residentes

*No território fluminense, 4.711 alunos moram nos Cieps, assistidos por pais sociais. Através da educação e da vida familiar, escapam do processo de marginalização*

**“Q**uando crescer, quero ser mãe social. Meu sonho é cuidar de crianças.” A frase de Luana Cristina do Nascimento, de 11 anos, mostra seu desejo de ser igual à mãe adotiva que cuida dela. Luana é um dos 4.711 alunos residentes que vivem nos Cieps fluminenses. Em todo município onde há um Ciep, lá estão os alunos residentes, cuidados pelos pais sociais, um casal contratado para dar a eles um clima de vida familiar. A proposta do programa — além de manter o vínculo com a família social e a família consanguínea — é sobretudo interromper o processo de marginalização antes que ele se instale de fato e definitivamente.

Luana e seu irmão mais velho, André Luiz, e os dois outros irmãos meno-

res, todos residentes no Ciep Cora Coralina, em Duque de Caxias, são um exemplo. Depois que a mãe morreu, passaram a contar apenas com o pai, um pedreiro, e a avó, onde viviam em um barraco dentro da lama, em Caxias. Uma vez não puderam voltar do fim de semana com o pai no dia marcado: o barraco ficou inundado pela enchente.

O programa é pioneiro no Brasil e parte do princípio de que, para lidar com a criança e o adolescente desprotegidos, a eficácia maior é conseguida num trabalho em pequena escala, evitando o grande internato ou orfanato, que quase sempre se transformam em verdadeiro “depósito” de criança. O programa Alunos Residentes — que faz parte do Programa Especial de Educação do Governo do Estado do Rio — trabalha

com um mínimo de cinco e um máximo de 12 crianças para cada casal social, e atende a uma faixa etária de seis a 14 anos.

Os casais são recrutados por uma equipe da Secretaria Extraordinária de Educação, que os entrevista e dá treinamento ao marido e à mulher. Eles têm casa, comida, luz e todas as taxas pagas pelo governo e a mulher recebe um salário mínimo. Pede-se que pelo menos um dos membros do casal seja funcionário do estado.

Luana chegou do fim de semana com os pais naturais com uma ferida na perna. A mãe social, Rosemere Joaquim de Mendonça Ferreira, de 33 anos, mandou-a à médica do Ciep e, além disso, faz curativos na menina.

Rose e seu marido Ely Rodrigues Ferreira, 33 anos, técnico ótico, são casados há 13 anos e têm três filhos, além de uma sobrinha adotiva. Ely tem um irmão que já foi pai social num Ciep e se interessou pelo programa. Rose, uma mulher desinibida e cheia de iniciativa, é da Igreja Pentecostal e já havia dado assistência a crianças órfãs. “Se a gente pode dar algo aos nossos próprios filhos e se doar, pode também fazer alguma coisa pelos filhos dos outros”, diz ela.

A família de Rosemere e Ely e os residentes se misturam de tal modo para ver televisão que quase não se distingue uns dos outros. De manhã, Rose lembra todo mundo (seus três filhos, a sobrinha e mais seis meninas residentes), dá banho, põe pa-



Eliezer e Ivone: brincadeiras e responsabilidade. Carlos Eduardo (à direita) aprende a contar consigo mesmo





Rose e Ely:  
a família  
unida diante  
da TV

Fotos Elias Fajardo

ra escovar dentes e todos descem para tomar café e estudar no Ciep. Às cinco da tarde, estão de volta, em algazarra, e brincam juntos no pátio. Nos finais de semana, ela cozinha para eles e toma conta dos filhos do outro casal residente (o Ciep Cora Coralina, por ser grande, abriga dois casais residentes, um com meninas e outro com meninos).

Uma outra característica básica do programa é que a escola (através das diretoras-adjuntas comunitárias) procura dar uma força para que a família original do aluno residente supere suas dificuldades e volte a se estruturar para ter suas crianças de volta. Neste caso, eles continuam estudando no Ciep e morando com os pais ou responsáveis. Maria José Alves Faria, uma assistente social que coordena o programa Alunos Residentes, explica que, dos atuais 4.711 residentes no território fluminense, cerca de mil passam por uma residência mais longa (que independe do ano letivo), de mais de um ano, porque suas condições familiares são mais difíceis (pais mortos, doentes mentais, alcoólatras, ligados à prostituição ou drogas) e que os outros 3.600, por terem problemas relativamente mais leves (mãe diarista que trabalha até tarde ou mora longe, pai desempregado etc.) acabam ficando menos tempo, cerca de seis meses. O fundamental é que a criança fica menos insegura: ela não foi abandonada, está apenas dando um tempo enquanto sua família se reorganiza. Isto também desmistifica a crença de que os pais pobres, premidos pela miséria, perdem o interesse pelos filhos. Na verdade, a maioria deles faz questão de pegar os filhos na sexta-feira e trazê-los de volta na segunda. Os

valores e os laços familiares permanecem, apesar das condições econômicas adversas. Maria José, sua equipe e as diretoras-adjuntas realizam reuniões mensais em cada Ciep onde há residentes, juntando a escola com a família natural deles. E procuram também indicar trabalho ou dar alguma ajuda a pais e mães para que adquiram condições financeiras que lhes permitam trazer de novo os filhos para casa.

"Mas quando um deles vai embora a gente fica triste e chora", confessa Rose, muito apegada a seus filhos sociais.

No ano passado, 76% dos pais sociais tiveram desempenho considerado de excelente a bom, 21% foram classificados como regulares e 3% ruins. Os ruins foram afastados e alguns deles pediram o afastamento por vontade própria. Os casais, que em 93 eram 240, esse ano cresceram para 306.

O vigilante diurno Eliezer Severino Ferreira, de 30 anos, está completamente envolvido na brincadeira com seus filhos. São 12 filhos sociais e mais dois de sangue. A mulher dele, Ivone da Silva Ferreira, 30 anos, observa atenta

*O trabalho  
em pequena escala  
evita o clima de  
orfanato e dá um  
ambiente familiar às  
crianças*

a brincadeira. Ela diz que seu caçula costumava ter ciúmes dos filhos sociais, mas hoje isto está sendo superado.

Eliezer confessa: "Eu sempre via crianças nas ruas e queria adotar. Mas não tinha condições. Quando me convidaram para morar aqui, foi a maior alegria, eu pude finalmente ajudar os outros." Eliezer e Ivone são casados há nove anos. Para ser pais sociais, as pessoas devem ter pelo menos três anos de vida em comum. "Na hora de brincar, brinco, mas quando precisa falar sério, falo também. Quando fazem coisa errada, chamo e explico e eles obedecem. Eles são meus filhos também, minha maior alegria é vê-los felizes", diz Eliezer.

Para ser residente, é preciso uma iniciativa da própria família do menino ou de cidadãos e instituições locais (conselhos municipais, associações de moradores, juízes, promotores), que indicam as crianças para o Ciep, que, depois de uma entrevista com os responsáveis, decide ou não pela residência.

Calcula-se que, no município do Rio de Janeiro, existam hoje cerca de 1.000 crianças nas ruas. Os 4.711 residentes atuais deixaram de sê-lo, já que seu processo de marginalização foi interrompido. Maria José realiza reuniões de articulação com os setores que indicam alunos para serem residentes, para que não só os encaminhem como também dêem alguma ajuda aos pais ou responsáveis.

Carlos Eduardo Flores, 16 anos, é um residente atípico, pois já passou um pouco da idade. Está no Ciep Cora Coralina há um ano. Sensível, inteligente e articulador, é órfão de pai e mãe. Foi adotado por um padrinho e estudou em excelentes colégios paulistas. O padrinho era problemático e batia muito nele. Revoltado, chegou a botar fogo no quiosque do colégio de freiras onde estudava. Fugiu e acabou na rua. Hoje, esculpe peças de xadrez, desenha jogos para seus irmãos adotivos, sonha recuperar o contato com seus irmãos de sangue e desabafa: "Tenho um pouco de remorso pelo que passei. Esperei demais da vida e a vida só me trouxe problemas. Hoje, a esperança maior é em mim mesmo." As diretoras-adjuntas do Ciep arranjaram um curso educacional laborativo para o menino em São João do Meriti e ele espera, ansioso, fazer 18 anos para entrar para o Exército. Diz, sorrindo: "Um pouco de disciplina não faz mal a ninguém." ■

## Alunas Algumas histórias

**M**ais do que uma teoria educacional, o programa Alunos Residentes gera lições de vida. Situações inusitadas, dramáticas ou líricas – criadas por crianças que engendram novas relações com seus pais físicos e sociais e o pessoal da escola – fazem parte do cotidiano da equipe do projeto, que recolhe e registra as histórias. Estas vivências mostram a verdadeira face dos alunos residentes.

### *Álvaro que é Roberto*

Álvaro fugiu da casa da madrasta e pediu abrigo na casa de Gilberto, um colega de Ciep. Como a madrasta não o recebeu de volta, foi para a residência do Ciep. Lá se descobriu que seu verdadeiro nome era Roberto. Sem saber como obter o registro verdadeiro de nascimento, alguém se apiedou dele e conseguiu-lhe uma certidão falsa para poder matricular-lo na escola. O caso foi levado à Defensoria Pública e a mãe do seu colega Gilberto está assumindo a guarda de "Álvaro". Vai adotá-lo formalmente. Enquanto isso, na residência do Ciep, ele se prepara para, aos 12 anos, ter, enfim, um nome e uma família.

### *O fim do silêncio*

Depois de dois anos estudando no Ciep, José continuava se comunicando basicamente aos gritos, articulando poucas palavras. Ele e seus irmãos Waldir e Waldo cresceram num clima de violência e pobreza: o único parente é a mãe, doente mental. Depois de uma crise da mãe, tornaram-se alunos residentes. José passou a ser mais atento. Um dia, ao fazer um desenho, redescobriu a fala e disse: "Isso aqui é a bola. E olha a flor que eu fiz..."

### *Residência temporária*

Sulivam e Suelen, de seis e sete anos, quase foram parar num internato. A mãe trabalhava em vendas e não tinha hora certa de voltar para casa. A avó estava muito cansada e propôs interná-los. A mãe não quis e procurou a diretora-adjunta do Ciep.



*A casa ajuda a dar segurança ao aluno residente*

Os dois foram alunos residentes por algum tempo e depois voltaram para casa, pois a mãe já tinha solucionado seu horário de trabalho. Hoje, a mãe leva-os diariamente de bicicleta para as aulas no Ciep.

### *Decisão*

"Arranjei coragem e mandei ele embora", disse a mãe de Júlia, menina que chegou à residência do Ciep muito maltratada. Com dez anos, nunca havia ido à escola. Seu padrasto abusara sexualmente dela e a mãe, com mais quatro filhos, voltara-se contra Júlia.

O trabalho com a mãe, durante a permanência de Júlia na residência, deu resultados. Ela se assumiu como mulher e como mãe. Mandou o companheiro embora e hoje assiste os filhos que continuam tendo aulas no Ciep. Trabalha e está conseguindo, junto à Igreja, um local melhor para morar.

### *Por pouco*

Wanda, 14 anos, fugiu da casa da tia, por quem fora criada, e foi encontrada numa casa de prostituição pelo Juizado de Menores que a encaminhou para a residência do Ciep. Durante três meses ficou lá, enquanto era feita a sua reaproxima-

ção com a família. Hoje voltou a morar com a mãe e vai bem nos estudos.

### *Esforço*

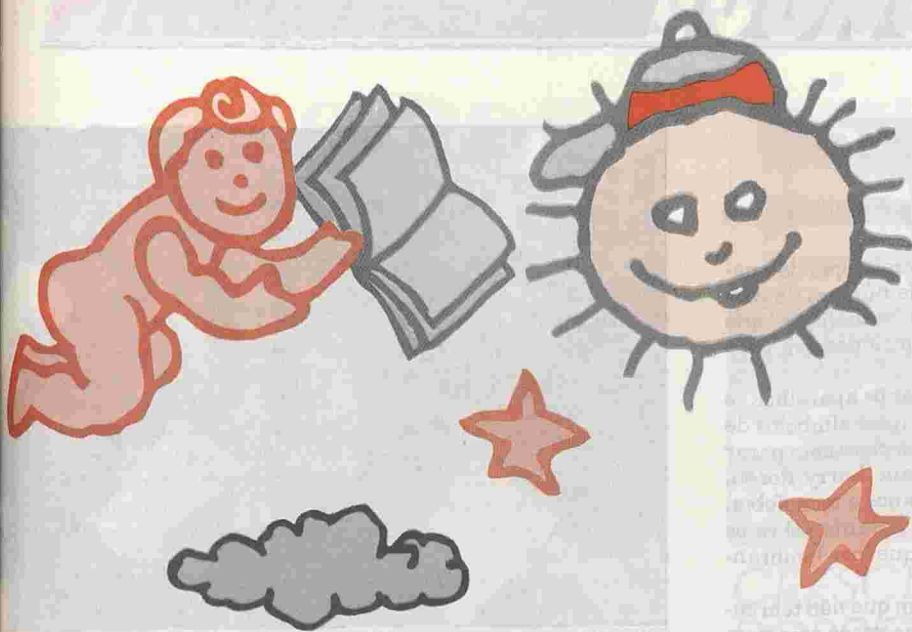
José Carlos, de 13 anos, vivia abandonado, dormindo nos trens. Sua mãe e o padrasto o abandonaram. "Ele é um marginal. O seu destino é levar um tiro e não quero ele lá em casa", dizia o padrasto.

José foi para a residência do Ciep e era bastante agressivo. Comia compulsivamente e tinha grande necessidade de se fazer notado. Uma irmã mais velha se dispôs a ficar com ele, mas só nos finais de semana. José Carlos foi se apegando aos pais sociais e, a partir daí, começou a mudar. Já é evidente o esforço que faz para melhorar nos estudos e na convivência.

### *As três irmãs*

A mãe de Rita, Teca e Diana garimpava lixo para sobreviver. As meninas eram tristes, sujas, principalmente Diana que, aos oito anos, parecia um bichinho, gritando e se arrastando. Não estudavam, antes de irem para a residência do Ciep. "Você vai bater n'eu?", perguntava Diana sempre que a chamavam. Hoje, as irmãs já sorriem. E a mãe não cata mais lixo: trabalha como diarista.

**Elias Fajardo**



# Literatura ao alcance de todos

*Congresso debate novos conceitos de leitura e a produção literária infanto-juvenil no país*

## Stella Maris Mendonça

**C**omo a flor de lótus que nasce em águas barrentas, há idéias e projetos que florescem apesar dos obstáculos e de todo tipo de dificuldades. Há uma clara crise no sistema educacional brasileiro, sendo o ensino público o mais afetado. Porém, surgem sinais de vida em meio ao desânimo. Há pessoas que continuam trabalhando firme para fazer com que o fio de luz não se extinga, mas, ao contrário, se fortifique e se espalhe.

Por entender que a leitura é uma prática inestimável na formação e transformação, base de construção do homem criativo e crítico, a Secretaria de Estado de Educação, através de sua Assessoria de Projetos Especiais (ASPR), oferece aos professores e estudantes de Educação o I Congresso de Leitura e Literatura Infanto-Juvenil a ser realizado nos dias 23, 24 e 25 de no-

vembro no Instituto de Educação do Rio de Janeiro (Zona Norte da cidade), que é a sede do Centro Tecnológico de Qualidade da Educação.

O objetivo do encontro é debater os novos conceitos de leitura e a efervescência da produção literária infanto-juvenil. Pensar (n)a palavra. Na eficiência da literatura como registro e crítica da tradição, diante das ocorrências do mundo e das transformações históricas.

Durante os três dias, o velho Instituto estará comemorando a recente reforma de seu prédio e o convênio com a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil para a instalação em sua biblioteca de um acervo de 45.000 volumes e de 15.000 documentos.

A programação do Congresso inclui o lançamento do livro *Letra & Imagem* que reúne textos das palestras, debates e oficinas do seminário de mesmo nome realizado em setembro de 1992 na Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio, destinado a professores e alunos do

estado e com a participação de especialistas em literatura e cinema.

Ainda no primeiro dia, haverá a cerimônia de premiação do Concurso "Pessoa, Persona" sobre a experiência de leitura da obra de Fernando Pessoa, lançado para os professores do 1º e 2º Graus da rede pública estadual, cujos prêmios são uma passagem Rio-Lisboa-Rio e uma edição da fotobiografia de Fernando Pessoa. Em seguida, os escritores premiados pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil em 1994 farão uma sessão de autógrafos relatando experiências profissionais. Os congressistas — 500 professores da rede estadual, 150 da rede particular, 200 dos Institutos de Educação do Estado, representantes de 81 Secretarias de Educação municipais do estado do Rio de Janeiro e as 26 demais Secretarias de Estado de Educação — poderão se inscrever em três dentre as 25 oficinas que serão realizadas.

Seis eventos paralelos estão programados: o encontro de representantes estaduais

da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil; a exposição de livros franceses de literatura infantil e juvenil, oferecida pelo Consulado Geral da França no Rio de Janeiro; exposição da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil — seu histórico, projetos e o Centro de Documentação e Pesquisa; a apresentação de Teatro de Bonecos, mostrando a adaptação do livro *O Pequeno Alquimista*, de Márcio Trigo, com a presença do autor autografando a obra; feira de livros organizada pela Associação dos Representantes de Editoras do Estado do Rio de Janeiro (Areerj) e um microcurso sobre "A construção do livro infantil" oferecido pela crítica portuguesa de literatura infanto-juvenil, Maria José Sottomayor.

O professor John Wesley Freire, membro da comissão executiva do Congresso, acredita que o magistério deve ter uma postura ativa diante da atual condição de precariedade e lutar para dar um sentido novo aos rumos da educação neste país. ■

## TECNOFOBIA

Se por um lado a modernização e disseminação de aparelhos eletrônicos facilita a vida de grande número de pessoas, está criando também uma legião de "tecnóforos" que não consegue entender o mecanismo de funcionamento dos equipamentos.

A maioria dos que não sabem programar os aparelhos se depara constantemente com um dos principais símbolos de sua incapacidade: o sinal de "12:00 AM" que pisca sem parar no visor do videocassete. O norte-americano Larry Rosen, professor de psicologia que estuda há dez anos a tecnofobia, revela que muitas pessoas "colocam fita isolante sobre os números do vídeo, para que o piscar não fique lhes lembrando que não sabem acertar o relógio".

Os que enfrentam esse problema acham que não têm capacidade de solucionar o problema, muitas vezes sem nem ao menos tentar, e preferem chamar um técnico. "A tecnofobia é algo interno, e não externo", afirma o estudioso. Rosen aconselha as pessoas que têm dificuldades no "relacionamento" com equipamentos eletrônicos a ler sobre o assunto e que, principalmente, "pratique".

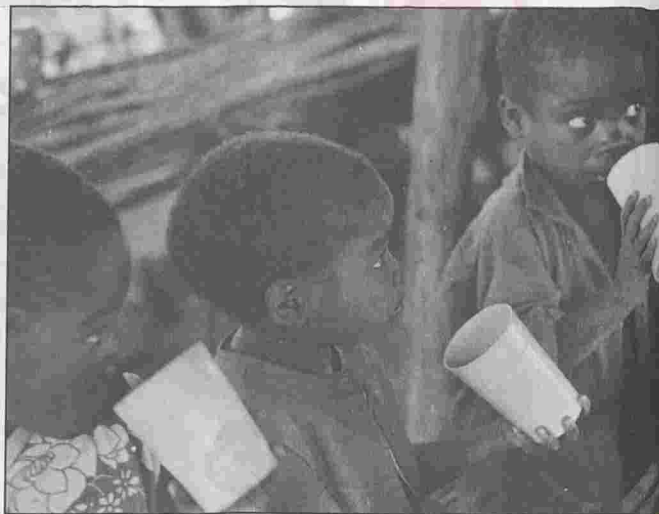
## MIGRANTE NÔMADE

O agravamento da crise social nos grandes centros urbanos brasileiros, com o conseqüente aumento das taxas de desemprego, vem alterando o perfil tradicional do migrante nordestino que procura melhorar de vida no Sudeste do



país. O retirante agora também está se transformando num verdadeiro nômade, mudando periodicamente de cidade em busca de emprego.

Pesquisa da prefeitura de São Paulo revelou que entre 4 mil pessoas recolhidas das ruas do município no inverno de 1993, 25% já tinham abandonado a capital pelo menos uma vez nos 12 meses anteriores. A Pastoral do Migrante, em São Paulo, acolhia 280 retirantes "nômades" no final de junho. Desse total, somente 10% estavam na maior cidade brasileira pela primeira vez.



Países do Terceiro Mundo reduziram a mortalidade infantil

## BOM SINAL

Apesar do aumento constante da miséria, os países pobres conseguiram melhorar a assistência médica a crianças, evitando a morte de um milhão devido ao sarampo e de 2 milhões por desidratação. A constatação é do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Segundo o diretor do órgão, James Grant, as medidas sanitárias usadas em países do Terceiro Mundo são "tão revolucionárias" quanto as desenvolvidas pela indústria automobilística japonesa.

"A África supera a Europa na distribuição de sal iodado para evitar a ocorrência de problemas de deficiência mental na população infantil", afirmou.

## TRISTE LIDERANÇA

O Brasil apresenta a maior média de casos de hansenianos em relação à população total. Para cada grupo de dez mil brasileiros, 14,3 têm a doença, segundo estudo da Organização Mundial de Saúde (OMS). O país reúne a segunda maior população de hansenianos do mundo, ficando atrás apenas da Índia. Oficialmente, estão catalogados 233.539 doentes, mas técnicos da OMS acreditam que existam no território brasileiro mais 60 mil casos não-registrados. O Brasil foi o único país que registrou aumento da doença nos últimos anos.

A Índia reduziu a partir de 1981 o número de hansenianos de 5 milhões para menos de 1 milhão, graças a uma combinação de remédios que consegue curar num prazo entre seis meses e dois anos.

No Brasil, a diminuição do total de casos não ocorreu devido à resistência do Ministério da Saúde em aceitar o uso conjugado de remédios e antibióticos proposto pela OMS. Só em 1991, com dez anos de atraso, as autoridades adotaram a receita, impedindo que milhares de hansenianos se livrassem da doença nesse tempo.



## EXPLORAÇÃO DE CRIANÇAS

Um documento do Departamento do Trabalho do Escritório de Assuntos de Trabalhos Internacionais apresentado ao Senado norte-americano denuncia que cerca de 200 milhões de crianças no mundo são submetidas a terríveis condições de trabalho e exploração. Alerta-se para o aumento dessa prática no mundo.

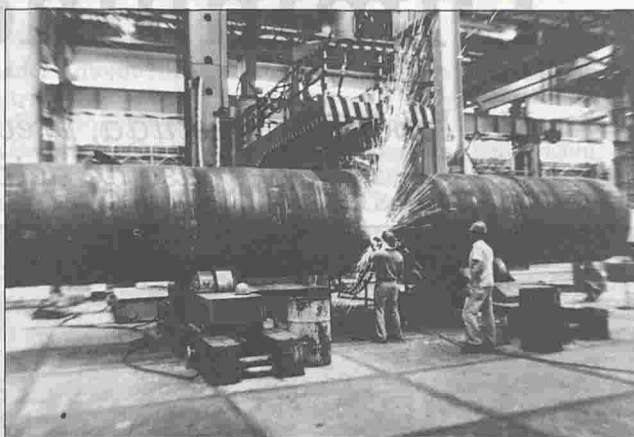
Afirma-se ainda que isso ocorre porque as crianças são mais obedientes, têm menos direitos legais e reagem menos do que os adultos às condições de trabalho ou quando sofrem maus-tratos. Países como Brasil, Honduras, Bangladesh e Estados Unidos foram apontados como alguns dos que mantêm crianças nessa situação. Alguns senadores propuseram projetos de lei que impediriam a importação, pelos Estados Unidos, de produtos feitos por crianças.

## PARQUE DOS DINOSSAUROS BRASILEIROS

Cientistas brasileiros do Departamento de Geologia da UFRJ e do Departamento de Biologia da Universidade Federal do Maranhão descobriram a maior ocorrência de dinossauros fósseis na ilha do Cajal, na bacia de São Luís.

É um depósito riquíssimo, com inúmeras vértebras, costelas e dentes de titanossaurídeos (dinossauros herbívoros ou saurípodos) e de crocodilos, troncos de coníferas e escamas de peixes do período Cretáceo Superior (que vai de 65 a 80 milhões de anos atrás, período no qual os dinossauros foram extintos da Terra) com cerca de 80 milhões de anos.

Segundo o geólogo e professor da UFRJ Ismar de Souza Carvalho, o achado de fósseis animais e vegetais numa mesma superfície permitirá pesquisar as relações ecológicas e os processos que levaram ao desaparecimento deles.



## CRESCIMENTO 'VERSUS' POBREZA

Segundo os números do Banco Mundial (Bird), a redução da pobreza na América Latina dependerá das taxas de crescimento de 5 a 6% do PIB na próxima década. No Brasil, todavia, tal esforço será dobrado, pois enquanto que nos 35 países latino-americanos e caribenhos existem 160 milhões de pobres (cuja quinta parte recebe 4% da renda da região), no Brasil 20% dos pobres recebem apenas 2% da renda do país.

O crescimento do Brasil foi surpreendente: saltou de uma retração de 0,9%, em 1992, para 4,9%, em 1993. Aumentar e sustentar esse patamar é o grande desafio dos próximos anos.

O vice-presidente para a América Latina e Caribe do Bird, Shahid Javed Burki, afirma que aumentar a poupança interna, ajustar os gastos públicos, consolidar a estabilidade econômica, elevar as exportações, investir em infraestrutura e em recursos humanos são algumas das medidas para se pensar em crescimento a longo prazo, a exemplo do que está ocorrendo na Ásia Oriental.

Para ele, nos próximos anos, os países da região deverão agrupar-se em blocos como o Mercosul.

## NOBEL DA GEOGRAFIA

O brasileiro Milton Almeida dos Santos, de 68 anos, ganhou, por unanimidade, o Prêmio Internacional de Geografia, equivalente ao Nobel da área, por seus trabalhos sobre dois movimentos antagônicos: a reafirmação das identidades nacionais e a mundialização das trocas econômicas e culturais. Foi a primeira vez que um latino-americano ganhou este prêmio.

Autor de dezenas de livros e inúmeros artigos, Milton, atualmente professor da Universidade de São Paulo, é considerado um teórico revolucionário. Responsável pela definição de "período tecnológico científico internacional", usada por especialistas de todo o mundo para definir geograficamente a revolução da informática, foi fundador de um dos mais importantes laboratórios geográficos do país, o de Geomorfologia da Universidade Federal da Bahia.

# Diminuindo a ameaça

*Um laboratório estuda, previne e está preparado para agir em caso de acidentes radioativos*



O Laboratório de Ciências Radiológicas trabalha em cooperação com várias instituições

## Maria Helena G. Pereira

**N**uma civilização que lida com a radioatividade no cotidiano, a necessidade de estudá-lhe os efeitos e prevenir acidentes é muito grande. No Rio, um centro de pesquisas trabalha com esta intenção.

Criado através de convênio entre a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e os Ministérios da Saúde e da Ciência e Tecnologia, o Laboratório de Ciências Radiológicas (LCR) atua em colaboração com instituições e governos federal e estaduais, além de países com tecnologia avançada no setor, como Cuba.

O LCR funciona no Instituto de Biologia da Uerj e tem duas linhas de atuação: a de física médica, com destaque para o Centro de Referência para Avaliação e Atendimento a Radioacidentados (CRAA), e a de radioecologia.

O pesquisador Heitor Evangelista, mestre em Ciências Espaciais formado em São José dos Campos (SP), explica que a contaminação acontece quando

há manipulação, inalação ou ingestão de fontes radioativas, como o cobalto, o cério, o iodo etc., a exemplo do que ocorreu em Goiás, em 1987, e em Chernobyl (na antiga União Soviética), em 1986.

É preciso, contudo, que os profissionais que manuseiam equipamentos e usam substâncias radioativas estejam informados e fiquem atentos à manutenção e ao perfeito funcionamento dos mesmos, para evitar se expor à contaminação por desleixo. Existem no Rio mais de dois mil desses equipamentos instalados em hospitais, indústrias e laboratórios.

**Tecnologia** - O Laboratório de Ciências Radiológicas tem sofisticado equipamento de dosimetria termoluminescente, para medir as radiações ionizantes, raios X, raios gama e nêutrons, a partir de cristais LIF-100 (fluoreto de lítio), que registram o nível de exposição externa. O processo é simples: quando o cristal é irradiado, ocorre dentro dele uma transição eletrônica proporcional ao feixe que incidiu no cristal. O cristal funciona, na verdade, como

um detetor, que mede a radiação incidente sobre a pessoa. E pode ser reaproveitado depois de passar por um tratamento térmico que lhe dá a configuração inicial de uso.

Qualquer hospital, laboratório ou indústria que tenha equipamentos que utilizam radiação pode obter do LCR esses cristais, fornecidos dentro de crachás. Os profissionais que manuseiam esses aparelhos devem usar o crachá pendurado na roupa, de preferência na altura do peito, para que a medição seja mais precisa, durante todo o expediente. Ao final de um mês - o tempo depende de quanto se manipula tais aparelhos - o crachá com o LIF-100 é devolvido ao LCR e substituído. No laboratório, o cristal irradiado passa por uma leitura termoluminescente para decodificação do nível de radiação. Os dados são analisados para ver se o limite de radiação foi ultrapassado.

**Descanso com manutenção** - Os dados da pessoa e do aparelho que ela habitualmente manuseia ficam arquivados para controle permanente. Desta

forma, é possível uma avaliação precisa dos problemas dos equipamentos, seja de calibragem, de ajuste ou mau uso. Segundo Evangelista, os equipamentos que usam radioatividade exigem rigorosa manutenção uma vez por ano. Entretanto, há empresas que só fazem essa checagem a cada três ou quatro anos, ou nem fazem.

Essa medição serve para diagnosticar a radiação em casos de acidente e na rotina de hospitais, indústrias que trabalham com gamagrafia no controle de qualidade, radiagnósticos e equipamentos de radioterapia. Heitor Evangelista salienta a importância de todos os trabalhadores expostos à radiação usarem adequadamente o LIF-100.

O pesquisador Antonio Augusto Peregrino, do Centro de Referência para Avaliação e Atendimento a Radioacidentados do LCR, acrescenta: "O crachá deve ficar pendurado no peito, cobrindo assim uma área maior do corpo, especialmente os olhos que são muito sensíveis, e não na ponta do jaleco, por exemplo, como alguns usam."

Ele esclarece que a exposição à radiação através de aparelhos de raios X e outros é controlada, inclusive no tratamento de pacientes de câncer, obrigados a se submeter à radioterapia e que recebem doses bem maiores. Segundo ele, os limites de exposição são estabelecidos pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). A fiscalização desses equipamentos é feita pelo Instituto de Radioproteção e Dosimetria (IRD), vinculado à CNEN e que centraliza a monitoração das atividades nucleares no Brasil.

Para Heitor Evangelista, todos os laboratórios, instituições e indústrias que usam esses aparelhos deveriam dispor de técnicas de descontaminação. Mas isso não acontece por ser uma tecnologia muito cara. Portanto, é fundamental que se evite a dispersão de radioisótopos.

**Atendimento a radioacidentados** – O Centro de Referências para Avaliação e Atendimento a Radioacidentados do LCR, inaugurado em agosto deste ano, é responsável pela coordenação do atendimento às vítimas, através da formação de pessoal, capacitando-o a prestar os primeiros-socorros, fazer uma avaliação dos danos e do encaminhamento para o tratamento indica-

do. Segundo o pesquisador Antonio Augusto Peregrino, esse trabalho vem se desenvolvendo através de convênios com a Defesa Civil e a Secretaria Estadual de Saúde.

Antonio explica que o Centro está ligado ao Sistema Nacional de Emergência Radiológica e será acionado sempre que houver acidente com fonte radioativa para dar apoio de atendimento no local. Nos casos menos graves, as vítimas serão encaminhadas a hospitais que dispõem de setor especializado, como o Pedro Ernesto, para descontaminação. A pessoa será submetida a uma monitoração e a uma limpeza da pele, sem necessidade de internação.

"Nos casos de Síndrome Aguda de Radiação, isto é, quando a exposição é

*No Rio, mais de dois mil equipamentos usam substâncias radioativas em hospitais, indústrias e laboratórios. A manutenção deixa a desejar e é preciso mais cuidados*

muito forte e de uma só vez, os cuidados são muito maiores, exigindo internação. Se o acidente acontecer no Rio, a pessoa será encaminhada ao Instituto do Câncer, um hospital especializado e com o qual o LCR trabalha dando treinamento de pessoal para atuar nessas situações", diz o pesquisador.

Através de cursos rápidos de 24 horas (Atendimento em Acidentes Radiológicos, para médicos e enfermeiros) ou de um mês (Básico de Radioproteção, para profissionais expostos à ação da radiação ionizante), o Laboratório de Ciências Radiológicas tem formado pessoal paramédico para o atendimento a radioacidentados. "Poucas pessoas têm conhecimento sobre radioproteção. Faltam informações sobre como lidar com um paciente, o que fazer para se proteger da contaminação, onde usar o dosímetro, qual o tempo, a distância e a blindagem adequada de fontes de radiação, o seu correto acondicionamento,

entre outros aspectos", afirma Antonio Augusto.

O Centro já deu cursos para funcionários de Furnas, da Defesa Civil, da Uerj, do Instituto do Câncer e do Corpo de Bombeiros. Esses trabalhadores receberam apostilas e estão capacitados a repassar tudo o que aprenderam. Seus nomes constam agora de um banco de dados do LCR, para serem imediatamente convocados ao trabalho em caso de acidente radioativo. Com a sucessão dos cursos – há um previsto para dezembro – este arquivo aumentará muito.

Heitor Evangelista também defende a prevenção através da educação, proporcionando maiores informações às pessoas que trabalham com equipamentos que usam radiação. Segundo ele, esses profissionais têm conhecimentos limitados sobre o assunto e diante do rápido avanço tecnológico do setor, inclusive no que se refere a normas internacionais, eles deveriam se submeter a uma reciclagem periódica para atualização de operação, higiene do trabalho e dados epidemiológicos.

Mas o atendimento a radioacidentados e a prevenção de acidentes não são as únicas preocupações do Centro de Referência, que formará também recursos humanos voltados para a pesquisa e o intercâmbio internacional. Os treinamentos especializados são voltados para físicos, médicos, dentistas, engenheiros de segurança, técnicos que trabalham com radiologia, radioterapia e medicina nuclear, e técnicos industriais.

**Radioecologia** – O Setor de Radioecologia está sendo implementado para medir a radioatividade existente no meio ambiente: solo, sedimentos, água, ar.

Responsável por este setor, Heitor Evangelista informa que até o final do ano encerra-se a fase de testes. Já está previsto um trabalho em colaboração com o Instituto de Pesquisas Espaciais de São José dos Campos para montar uma estação de amostragem contínua na estação Comandante Ferraz, na Antártida. O objetivo é estudar a radioatividade ambiental em regiões remotas.

O Laboratório de Ciências Radiológicas é um centro de referência, que trabalhará através de convênios para a prestação de serviços, remunerados em caso de empresas, e gratuitos quando se tratar de hospitais universitários e instituições de pesquisa.

# Futuro planejado no presente

*A construção de um mundo mais justo passa por uma nova maneira de encarar a realidade atual. A manutenção da miséria custa mais do que a sua erradicação*

## Marcelo Monteiro

**O** futuro a Deus pertence, como diz o velho ditado popular, ou pode ser determinado por ações realizadas no presente?

Segundo o psicólogo Paulo C. Moura, o futuro de uma nação é condicionado diretamente pelo planejamento e atitudes governamentais tomadas no presente, como por exemplo uma atuação intensa no combate à pobreza e na melhoria do sistema educacional, permitindo a alteração dos indicadores sociais. O futuro é uma construção humana, na opinião do psicólogo.

Segundo o ex-consultor da Organização das Nações Unidas e presidente do Instituto de Estudos Políticos e Sociais, a dificuldade principal atualmente já não é introduzir as mudanças, "pois elas se impõem", e sim ter a competência de reconhecê-las, de definir o momento adequado para implementá-las, avaliar seus efeitos e formular respostas adaptativas. "Precisamos aprender o futuro", afirma.

No Brasil, chamado no passado de "o país do futuro", não se desenvolveu o costume de planejar de forma crítica a forma de construir a vida da comunidade a longo prazo, de pesquisar maneiras alternativas de ação e suas conseqüências, afirma Moura no livro *Construindo o Futuro - O Impacto Global do Novo Paradigma*, lançado recentemente pela Editora Mauad.

Problemas ocorrem também na relação dos países desenvolvidos com as chamadas nações em vias de desenvolvimento. O psicólogo cita a falta de interesse na realização de investimentos para a melhoria das condições de vida da maioria da população do Terceiro Mundo.

"Se é verdade que custaria muito dinheiro um esforço global para acabar ou minimizar a miséria absoluta no mundo, custa muito mais manter essa miséria", devido à "devastação ambiental, necessidades de segurança, sem contabilizar a tragédia humana dos miseráveis, que, de um modo ou de outro, acabam tendo que ser sustentados pelo Estado". Para ele, as teorias mais propagadas sobre as causas da pobreza são completamente infundadas, refletindo

*Cerca de um bilhão de pessoas no mundo lutam para sobreviver com menos de um dólar por dia. Enquanto isso, os norte-americanos gastam US\$ 5 bilhões por ano com dietas*

apenas interesses e preconceitos e são "a expressão de uma força política que fabrica e sustenta a miséria".

No livro, Paulo Moura lembra que os gastos anuais com "defesa nacional" e com "pesquisas armamentistas" são superiores a US\$ 1 trilhão, ou mais de US\$ 1 bilhão a cada 24 horas. Somente

nos Estados Unidos, aproximadamente 70% dos investimentos em pesquisas e desenvolvimento são voltados para as áreas de defesa nacional.

Em contrapartida, o chamado mundo "civilizado não aceita gastar US\$ 5 anuais por criança", valor suficiente para erradicar as doenças que matam 14 milhões de crianças ao ano, como sarampo, pneumonia e doenças que causam diarreia.

A falta de investimento nas áreas sociais contribui para o aumento das desigualdades; segundo Paulo Moura. No mundo há cerca 160 bilionários, entre 2 e 2,3 milhões de milionários e 400 milhões de seres humanos que vivem nas ruas, se alimentam de restos de comida e vestem o que encontram nas lixeiras.

O relatório 1993 do Banco Mundial informa que mais de 1 bilhão de pessoas lutam para sobreviver com menos de um dólar por dia. Na África, esse índice é maior ainda. Por outro lado, os habitantes dos Estados Unidos gastam US\$ 5 bilhões anuais em dietas, usando produtos de baixa caloria e outros bilhões em cosméticos e em academias de ginástica.

No Brasil, segundo o psicólogo, a desigualdade foi facilitada pelo modelo econômico adotado, que "criou um Estado rico, enquanto a nação se empobrece". Os privilégios também contribuíram para a crise de valores éticos disseminada em todo o território nacional.

"A crise ética que abala o país não é um mero episódio conjuntural, nem pode ser debitada apenas a pessoas determinadas. Ela reflete todo um quadro de perda de valores, de falta de compromisso social, de impunidade abusiva e de privilégios mantidos à custa do bem comum", conclui Paulo C. Moura.

# O QUARTO PODER

Várias vezes abordamos em nossos vinte anos o tema dos meios de comunicação. Não é para menos: eles ocupam um espaço cada vez maior em nossa vida cotidiana, com conseqüências no terreno político, econômico, cultural e social. Neste tema de capa analisamos o significado desse instrumento onipresente que é a televisão, cujo enorme poder pode ser bem observado nos casos do Brasil (Rede Globo), Estados Unidos (CNN) e Itália (o conglomerado controlado pelo atual primeiro-ministro, Silvio Berlusconi). E mostramos o esforço de alguns setores sociais em favor da democratização da comunicação, um tema essencial para o debate sobre a consolidação da democracia.

Beatriz Bissio

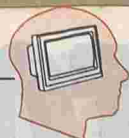
**O** poder e o papel dos meios de comunicação de massa na sociedade moderna são um dos temas mais estudados nos últimos anos. O escritor uruguaio Eduardo Galeano, autor do clássico "As veias abertas da América Latina", qualifica o monopólio mundial das comunicações de uma "ditadura eletrônica" da qual é difícil escapar.

De fato, o impacto que os meios exercem, principalmente os eletrônicos, é objeto de crescente preocupação não só em círculos de especialistas, mas em amplos setores sociais e políticos. Ninguém desconhece hoje em dia a influência da televisão, rádio, imprensa escrita e inclusive do cinema, na formação da opinião pública.

No mundo do pós-Guerra Fria, a ampliação e aprofundamento da democracia constituem uma das mais importantes aspirações dos povos. Mas o exercício da democracia exige o acesso a uma informação confiável.

Em boa parte dos países ocidentais, entre os quais se incluem quase todos os da América Latina, os maiores jornais e revistas são empresas privadas, enquanto rádios e canais de televisão são concessões do Estado exploradas pela iniciativa privada (à exceção das TVs Educativas, que geralmente são estatais).

Como os meios de comunicação de massa são encarados como empresas privadas, não escapam ao objetivo último de gerar lucros aos que os controlam. Também por isso, a programação não está pensada com fins educativos ou informativos: está determinada por interesses comerciais.



CAPA

Por essa razão, mesmo quando não há nenhum tipo de interferência do Estado nos meios de comunicação, não necessariamente existe *liberdade de imprensa*, se utilizarmos essa expressão para definir a capacidade de qualquer setor social ou de qualquer cidadão ter acesso à mídia para expressar seus pontos de vista.

Os patrocinadores ou anunciantes e os proprietários das concessões são os que têm, em última instância, o poder de determinar que tipo de programação vão veicular e de impor sua ótica aos noticiários.

**O anunciante manda** – Segundo o psiquiatra Sérgio de Paula Ramos, dez por cento da receita da televisão brasileira vêm de anúncios de bebidas alcoólicas, cigarros e medicamentos. Mas os problemas causados à saúde por essas drogas lícitas consomem 7,9% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, em tratamentos e internações hospitalares, acidentes de trânsito e aposentadorias precoces.

“Por isso – afirma o psiquiatra –, os meios de comunicação fazem tanto estardalhaço em relação à cocaína e à maconha, que não são tão consumidas no Brasil, mas deixam de informar sobre problemas muito mais graves provocados pelo alcoolismo, o vício de fumar e o consumo de medicamentos sem orientação médica e em excesso.”

Em um sistema como este, onde a informação deve atender ao interesse do dono do veículo e do anunciante, o fato em si perde importância; o que vale é a *versão* do fato divulgada pelos meios de comunicação ao grande público. Ao desfrutar desse direito de *facto* de divulgar a *versão dos fatos que mais lhes convém*, os que controlam os meios passam a deter um imenso poder político, maior inclusive dos que os poderes constituídos do Es-

tado. Por essa razão, os meios de comunicação são chamados de *quarto poder*.

**De Hitler aos tempos atuais** – Adolf Hitler é considerado pelos especialistas como o primeiro líder político que compreendeu a importância estratégica da comunicação. Em seu livro “Minha Luta” (*Mein Kampf*), ele afirma: “A propaganda revolucionária desempenhará no futuro o papel que tem a cortina de fogo da artilharia como preparação para o ataque da infantaria. Suas tarefas serão derrotar psicologicamente o inimigo antes que entrem em ação seus exércitos.”

De fato, como constata um estudo da Unesco, “a tecnologia moderna dos grandes meios os converteu praticamente em armas: os países dominantes já não necessitam invadir com armas para ocupar outro país, uma vez que o poder se deslocou para os meios de comunicação. Eles são suficientes para dominar um país através da rádio, televisão, cinema, discos, vídeos e outros meios que têm grande impacto, sobretudo na juventude”.

Vários especialistas atribuem o desmoronamento dos regimes comunistas na Europa Oriental não só aos erros da cúpula dirigente, como também ao trabalho persistente realizado ao longo dos anos pela mídia ocidental, encarregada de vender uma imagem dourada da moderna sociedade de consumo e de “satanizar” a estrutura econômica e social daqueles países.

O mais famoso intelectual vivo dos Estados Unidos, Noam Chomsky, proclama que “a propaganda é, para a democracia, o que a violência é para a ditadura” e mostra, baseado em estatísticas, que 50% dos meios de comunicação dos Estados Unidos estão controlados por 23 grandes corporações transnacionais.

## O “outro” oligopólio

Nas épocas de vigência de planos de estabilização econômica no Brasil, como é o caso do segundo semestre deste ano, os principais meios de comunicação do país costumam denunciar a ação de “oligopólios”, que procurariam inviabilizar os programas econômicos com a retenção de mercadorias e aumentos injustificados.

Mas a ação de um outro tipo de oligopólio e os pre-

juízos causados por ele à população não são revelados pelos maiores jornais, emissoras de TV e rádios do país: a da própria mídia, que filtra as informações, dando o enfoque que interessa aos proprietários desses meios.

Somente a família de Roberto Marinho, dono das Organizações Globo, detém o controle de 17 emissoras de TV, das quais 15 de VHF, e 20 estações de rádio.

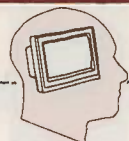
O Código Brasileiro de Telecomunicações, criado em 1963 para regulamentar as concessões de emissoras de rádio e TV no país, prevê que uma entidade ou pessoa física não pode ter participação acionária em mais de dez emissoras de TV em todo o território nacional, sendo no máximo cinco de VHF.

O grupo Globo não é o único que “dribla” o dispositivo legal. As famílias Si-

rostky (grupo RBS – Rede Brasil Sul), Abravanel (SBT), Saad (Bandeirantes) e Câmara (grupo Anhangüera, que atua no Centro-Oeste do país) também ultrapassam o limite legal.

O artifício mais comum usado pelos grupos para tentar legalizar o controle excessivo é registrar as empresas em nome de parentes ou de pessoas de confiança. Se esses “testas-de-ferro” forem encarados como membros de um grupo empresarial, como normalmente são, a lei continuará sendo infringida.

(Marcelo Monteiro)



CAPA

“Hoje, em qualquer lugar do mundo, a comunicação é um processo que serve ao poder estabelecido”, sentencia, por sua parte, o especialista norte-americano Herbert Schiller. Para ele, “a privatização de jornais, canais de televisão, sistemas de TV a cabo, correios e telecomunicações, feita em nome da liberdade, não tem, na verdade, nada a ver com a essência da liberdade”.

Na sua opinião, a privatização em massa no terreno das comunicações nos últimos anos, primeiro nos Estados Unidos, depois na Europa, na América Latina e em todo lugar, atendeu às necessidades e beneficiou as transnacionais e outros grupos privilegiados da economia. E foi realizada às custas da população em geral. “As conseqüências a longo prazo desta política ainda vão ser sentidas”, sentenciou Schiller.

**Proposta fracassada** – Nos anos 70, surgiu uma importante iniciativa internacional, visando à democratização da informação. A proposta partiu do Movimento de Países Não-Alinhados – que vivia uma época de auge – e foi adotada como uma de suas principais bandeiras pela Unesco, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a

começando a era Reagan-Thatcher, que disseminou as políticas neoliberais. A proposta da Unesco foi duramente criticada e acusada de interferir, em vez de propiciar a liberdade de imprensa. Como represália, os governos dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha se retiraram dessa agência da ONU, deixando-a em difícil situação financeira já que eram as nações que mais contribuíam para o seu orçamento.

**Realidade virtual**– Os meios de comunicação continuaram acumulando poder, com o reforço dos avanços tecnológicos como a televisão a cabo, a TV de alta definição e a realidade virtual.

Vale a pena deter-se alguns segundos sobre a realidade virtual, pois a revolução que vai provocar – com suas imagens perfeitamente realistas criadas por computador, com as quais todas as simulações são possíveis – está sendo comparada à aparição do alfabeto ou à invenção da imprensa.

Com o surgimento da realidade virtual, “a fronteira entre o verdadeiro e o falso se torna cada vez mais tênue”, adverte Philippe Quéau, responsável pelo programa europeu *Imagina* de realida-

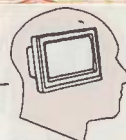
*A tecnologia moderna dos grandes meios os converteu em armas.  
As nações dominantes já não necessitam de invasões para ocupar outro país. O poder deslocou-se para os meios de comunicação*

Ciência e a Cultura. A proposta, que proclamava a necessidade de construir uma Nova Ordem Informativa Internacional (NOII), complementava a reivindicação do mundo subdesenvolvido de uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI). Entendia-se na época que a democratização da economia mundial só poderia ser alcançada se, simultaneamente, se conseguisse democratizar o fluxo informativo.

Em 1980, a Unesco realizou em Belgrado uma reunião que aprovou o chamado *Relatório McBride*, onde um grupo de especialistas que trabalhou sob a coordenação do irlandês Sean McBride, Prêmios Nobel e Lênin da Paz, resumiu suas propostas para a democratização da comunicação a nível mundial. As principais idéias do relatório eram simples: supressão dos efeitos negativos dos monopólios, públicos ou privados, na área da comunicação; pluralidade de fontes e canais de informação; liberdade de imprensa e direito à informação; respeito à identidade cultural dos povos etc.

Mas os resultados desse interessante e precursor esforço de reorientar o papel dos meios de comunicação são conhecidos. No Ocidente estava





CAPA

de virtual. Em um artigo publicado no *Le Monde Diplomatique* de agosto passado, Quéau afirma que com essa nova tecnologia “a informação pode ser manipulada para derrotar melhor o adversário”, gerando problemas no terreno ético com os quais jamais nos deparamos. Isso exigiria da sociedade um conhecimento sobre o poder dessas tecnologias capaz de garantir o respeito aos direitos de seus cidadãos.

**A sociedade à mercê da mídia**—Na verdade, poucos ou nenhum são os mecanismos de que dispõe a sociedade para intervir na definição dos conteúdos programáticos dos meios de comunicação ou para assegurar o direito a uma informação democrática.

Na América Latina, o poder político dos donos dos meios de comunicação também é notório. Na Colômbia, cinco dos presidentes que governaram o país nos últimos 50 anos pertenciam a um dos seis grupos de famílias que dominam 75% da circulação de jornais e revistas no país. Na Venezuela, segundo a senadora Lolita Aniyar de Castro, criminalista e estudiosa da legislação sobre a mídia, a maioria dos membros do Parlamento está vinculada a algum dos grupos que dominam a comunicação no país.

Em uma série de artigos publicados este ano em um dos jornais mais importantes do país, dom Lucas Moreira Neves, cardeal primaz do Brasil e arcebispo de Salvador, afirmou que o objetivo da televisão brasileira tem sido “deseducar camadas inteiras da população” e sentenciou: “Se não forem mudadas rapidamente as regras de jogo na televisão,

este país nunca poderá ser democrático.”

No Brasil surgiram nos últimos anos numerosos grupos da sociedade civil em defesa da democratização da comunicação. Unidos, criaram o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, do qual fazem parte hoje 44 comitês estaduais e municipais, além de 37 organizações não-governamentais (ONGs) e sindicatos.

O Fórum se reúne periodicamente para aprofundar a análise do tema da comunicação e incentivar a sociedade a mobilizar-se em torno de suas bandeiras.

**EUA: acordo de cavalheiros** — O aumento das cenas de violência nos meios de comunicação está sendo acompanhado por educadores e psicólogos. Pesquisas realizadas nos Estados Unidos revelaram que as crianças assistiam a uma média de 32 cenas de violência por hora. Baseado nesses dados, a sociedade começou a pressionar o Congresso a legislar sobre o tema. Em 1990, o movimento conseguiu a aprovação de uma lei obrigando as emissoras a diminuir os índices de violência.

Um novo estudo, realizado três anos depois pela Escola de Comunicação da Universidade da Pensilvânia, constatou que a violência diminuiu, mas, mesmo assim, as crianças assistem a 18 cenas violentas em uma hora.

Durante o julgamento de um menino de 12 anos, que assassinou nos Estados Unidos uma senhora idosa, o advogado de defesa alegou que seu cliente “tinha dificuldades para separar a realidade da ficção”.

Pressionados pela opinião pública, legislado-

## Itália: a vitória da videocracia

Às vésperas das eleições de 27 e 28 de março deste ano na Itália, o escritor Umberto Eco alertou no jornal *L'Espresso*: “O caso Silvio Berlusconi representa o primeiro exemplo na história ocidental de tentativa do quarto poder — a imprensa — de dominar os poderes Executivo e Legislativo, com o conseqüente efeito que isso pode ter sobre o Poder Judiciário.”

Para o autor de “O nome da rosa”, se a Itália permitisse que ocorresse “uma situação tão anômala, todo o sistema democrático do mundo ocidental estaria em perigo”.

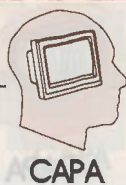
Apesar desta e muitas outras advertências, a anomalia ocorreu. Berlusconi não apenas conseguiu a vitória

do Pólo da Liberdade — coalizão integrada pelo seu partido Força Itália, a separatista Liga Norte e os neofascistas da Aliança Nacional — mas, além disso, em apenas dois meses de campanha explodiu em mil pedaços as peças do jogo político italiano onde os partidos tradicionais vinham dando as cartas há muito tempo.

Ao se conhecer a vitória esmagadora do Pólo da Liberdade, o candidato do Partido Socialista Italiano, Valdo Spini, comentou com amargura: “Berlusconi é a videocracia, isto é, a substituição da democracia pelo vídeo. A única coisa que ele faz é prometer um destino melhor, um futuro imaginário.”

Por sua vez, o periódico *The Guardian*, de Londres, escreveu na época: “Sua campanha e sua vitória são criações do império dos meios de comunicação. Diante desse desafio, as forças tradicionais dos partidos de esquerda empalidecem até se tornarem insignificantes.” Mais adiante, o jornal britânico assinalava: “A Força Itália é a quinta-essência do novo partido político. Não tentou filiar membros em massa e virtualmente não tem representações de base. É uma criação dos meios de comunicação. Seu nome, seu slogan e suas políticas têm sido cuidadosamente polidas pelos melhores e mais brilhantes especialistas em marketing.”





CAPA

## *Uma das formas mais perversas de violência que a telinha mostra é o modo de vida luxuoso da elite e a oferta de produtos sofisticados a uma população que, na sua maioria, sobrevive no limite da miséria*

res e representantes das principais redes daquele país (NBC, ABC, CBS e Fox) fizeram ano passado um acordo pelo qual as emissoras são obrigadas a alertar os telespectadores antes de exibir um filme violento. Se não chegassem a esse acordo, o Congresso norte-americano estava disposto a elaborar um código de censura para a televisão.

Contribuiu muito para que o acordo saísse a atitude de Ted Turner, presidente da rede de TV a cabo norte-americana CNN – que se projetou a nível internacional quando cobriu ao vivo de Bagdá a Guerra do Golfo. Turner reconheceu, sem rodeios, diante da subcomissão de Telecomunicações da Câmara dos Deputados, em Washington, que a violência na TV é responsável pela crescente violência na sociedade norte-americana. “Os que escolhem a programação da televisão podem ser considerados assassinos. Eu, inclusive”, sentenciou.

No Chile, o Conselho Nacional de Televisão (CNT) iniciou recentemente uma ofensiva contra a excessiva violência na telinha, recebida entusiasticamente pelos pais de família e pelos próprios jovens.

**Televisão substitui realidade** – Em um seminário organizado pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, em julho passado, com o sugestivo título de “Mídia e violência urbana”, o ex-governador Leonel Brizola mostrou que o aumento da violência nas grandes cidades do Brasil coincidiu com a consolidação das redes de televisão no país. “A TV altera a conduta dos telespectadores”, afirmou. Segundo ele, a influência da televisão na sociedade brasileira é maior do que em outras pelo elevado índice de analfabetismo da população.

A maioria dos especialistas concorda que, atualmente, é maior o conjunto de conhecimentos adquiridos fora da escola do que os assimilados dentro dela, como lembra Eduardo Sotillos, ex-diretor da Rádio Nacional da Espanha. Para ele, “os grandes meios audiovisuais têm se convertido nos principais veículos de cultura, mesmo com os seus defeitos e limitações”. Por essa razão, já foram chamados de *sala de aula sem paredes*, pelo especialista em mídia Marshall McLuhan.

O professor Muniz Sodré, diretor do curso de pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, considera que uma das formas mais perversas de violência que a telinha mostra é o modo de vida luxuoso da elite dominante e um mercado de consumo de produtos sofisticados a uma população que, na sua maioria, sobrevive no limite da miséria.

**A rotina das cenas violentas** – O professor está com a razão quando assinala que oferecer o luxo a quem vive na miséria é uma forma de violência, mas a televisão mostra claramente outras formas de violência. Uma pesquisa realizada pela equipe do então vice-governador do Estado do Rio, Nilo Batista, sobre a violência veiculada nos programas da Rede Globo na semana de 5 a 11 de janeiro de 1992, revela que a emissora exibiu 1.165 cenas violentas, isto é, 166 por dia, sem contar noticiários e programas desportivos. Na programação destinada ao público infantil, as cenas de violência representavam 34,9% do total. E nas telenovelas, a violência ocupava 21,4% do total.

O mesmo estudo voltou a ser realizado em janeiro de 1993, ocasião em que foi constatado que a média diária das cenas de violência tinha aumentado de 166 para 196. Isto é: uma cena violenta

*O conteúdo violento de muitos programas está sendo questionado pela sociedade civil*





CAPA

ta a cada 4 minutos e 13 segundos! E as crianças, que recebiam em 1992 pouco mais do que 30% desse total, passaram a sofrer uma carga de 51,1% um ano depois.

Para o prestigiado jornalista Moacir Werneck de Castro, que escreve semanalmente uma coluna de opinião no *Jornal do Brasil*, “não se trata de pedir a censura como remédio, e sim de exigir do Estado, com energia, um mínimo de cuidado na fiscalização das empresas de comunicação, premiadas por esse mesmo Estado com concessões de canais altamente rentáveis e cinicamente desviados da sua função educativa, cultural e recreativa”.

O jornalista francês Henri-Pierre Jeudy é autor de vários estudos sobre a relação dos meios de comunicação e a insegurança que a população sente. No mencionado seminário promovido no Rio de Janeiro, Jeudy afirmou que “a televisão moderna causa uma espécie de alucinação no público”. Segundo ele, atualmente, nos programas de televisão as imagens são mais importantes do que o próprio fato. “A televisão já não é mais um espelho da realidade; ela substitui a realidade”, afirmou.

**O direito à informação** – Outro estudioso francês, François Brune, tem feito importantes reflexões sobre as consequências da ação da televisão sobre as mentes e as consciências. Na sua opinião, a apatia diante da política, a crescente tendência à abstenção nas eleições e a despolitização de cada vez maiores contingentes de cidadãos na Europa (a análise vale para outras partes do mundo) não podem ser explicadas só pela gravidade dos problemas que enfrentam mas, principalmente, devido “à ideologia que difundem os meios de comunicação, que nos impõem uma certa percepção da realidade”.

“A sucessão de eventos e o ritmo alucinante com que são mostrados (na TV) nos produz um ‘efeito de época’, que nos transforma em meros espectadores, ou seja, impotentes. Sejam episódios ‘reais’ ou inventados, nos são impostos como ‘fatos que ocorrem’ e contra os quais nada se pode fazer”, analisa.

Para Brune, as mil e uma situações com que os meios de comunicação bombardeiam diariamente o telespectador *desvalorizam* sua realidade cotidiana. Como protestar por uma determinada situação – desemprego, baixos salários etc. – se ela nada representa diante das catástrofes que não param de ocorrer no nosso planeta?, se pergunta o especialista.

“Inclusive no caso de que se fale em nome de uma categoria social, os meios desestabilizam esse ponto de vista por métodos diferentes – pesquisas de opi-

nião, seleção de entrevistas na rua, estatísticas – mediante os quais nos mostram que essa percepção é equivocada, parcial ou minoritária”, escreve Brune em seu artigo “Efeitos nefastos da ideologia política dos meios de comunicação” (*Le Monde Diplomatique*, maio de 1993).

O estudioso chega à conclusão de que o discurso dos políticos acaba adaptando-se à imposição dos meios, pelo qual perde autenticidade e profundidade. Surgem assim dois grandes sofismas aos quais frequentemente recorrem os que controlam os meios de comunicação: o da intimidação da maioria da população e o dos fatos contra os quais é inútil lutar.

Graças ao segundo sofisma, repetido até a exaustão, as realidades da época são inevitáveis e determinam tudo: os políticos, como o restante dos cidadãos, devem se submeter a elas.

O outro sofisma, o da intimidação da maioria da população, é usado para silenciar os “recalcitrantes”. Trata-se de uma interpretação perversa do princípio do poder da maioria (real ou pré-fabricada), à qual é dada uma autoridade absoluta, desqualificando os cidadãos “rebeldes”, ou cujo ponto de vista é supostamente minoritário.

**Um problema ético** – Esse tremendo poder de manipulação da realidade exige um debate sobre a ética nos meios de comunicação. Quais devem ser os limites da liberdade de expressão?

Ao se falar em ética nos meios de comunicação é importante analisar outro tipo de violência exercido por eles: o abuso do poder de julgar as pessoas antes que a Justiça tenha condições de fazê-lo.

A França viveu há alguns meses um desses episódios, com o suicídio do ex-primeiro-ministro

## Informação como negócio

No início dos anos 60, Robert Edward Turner III, mais conhecido como Ted Turner, era o típico jovem do sul dos Estados Unidos – bom de copo, mulherengo e brigão. Nessa época, a única coisa que sabia de televisão era ligar e desligar o aparelho. No final daquela década, herdou de seu pai um canal de televisão em Atlanta (Geor-

gia). Nos anos 70, incurtiu-se na tecnologia via satélite. Em junho de 1980, criou a TV a cabo CNN (Cable News Network), com 24 horas ininterruptas de informação a dois milhões de assinantes.

Em janeiro de 1990, quando se deflagrou a operação militar “Tempestade no deserto”, em represália ao fato do Iraque ter invadido



CAPA

episódios, com o suicídio do ex-primeiro-ministro do Partido Socialista, Pierre Bérégovoy, duramente questionado pela mídia a partir do episódio de um empréstimo para a compra de um apartamento. O ministro da Defesa, François Léotard, qualificou Bérégovoy de "a primeira vítima de uma nova cultura, fundada num fascismo elegante, no charme discreto da calúnia, na recusa a toda responsabilidade e todo compromisso que não seja com a ironia".

A sociedade civil, em maior ou menor medida, segundo os países, tem reagido diante do poder avassalador da mídia. O conceito de *liberdade de imprensa* está sendo repensado, por se achar que nos dias atuais essa expressão é inadequada. Na prática, lembra o especialista no assunto José Salomão Amorim, "a liberdade de imprensa acaba por se transformar em liberdade de empresa" devido ao poder exercido pelos grandes grupos econômicos.

Na opinião de Salomão, "estamos assistindo ao nascimento de um outro conceito, capaz de expressar o ideal de uma comunicação democrática: o *direito à informação*. Nele, o cidadão é o centro das preocupações, e o que antes era definido como liberdade torna-se um direito".

As conseqüências da "cultura eletrônica", imposta nas últimas décadas pela forte penetração da televisão na vida cotidiana, preocupam os estudiosos que as associam à passividade e apatia, um fenômeno em expansão nas sociedades modernas.

Experiências em diferentes países do mundo mostram a existência de três sistemas de comu-

*"É possível imaginar uma televisão diferente, a serviço de uma ética humanista e da construção democrática"*

Jurandir Freire

nicação que se complementam: o privado, o estatal e o público. Com este último, pretende-se criar estruturas de comunicação dotadas de independência administrativa e financeira tanto em relação ao governo quanto aos interesses privados.

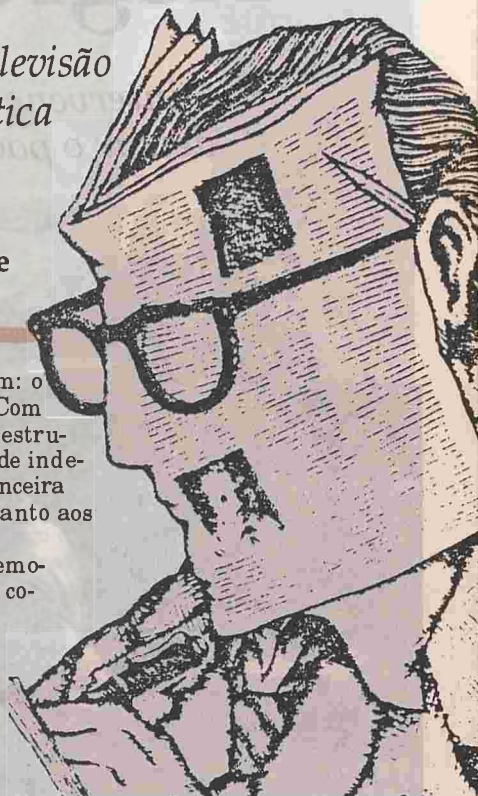
Entre as alternativas de democratização está, também, uma corrente regulamentação da exploração da TV a cabo, com a qual se abrem possibilidades quase ilimitadas de criar novos canais com programação própria.

Mas, como lembra Salomão, "é imprescindível para a realização do direito à informação o estabelecimento de controles públicos sobre os meios de comunicação". Um exemplo é a figura do *ombudsman*, que já existe em alguns jornais do Brasil. Ele é encarregado de encaminhar as reclamações dos leitores e de analisar a cobertura dos fatos que é feita por esse meio de comunicação.

"A televisão não criou a sociedade de consumo e a moral do sucesso publicitário a qualquer custo. A TV é um instrumento para transmitir esses valores. Mas é possível imaginar uma televisão diferente, a serviço de uma ética humanista e da construção democrática", assinala o psicanalista Jurandir Freire.

O que falta, então, para que isso aconteça? Falta vontade política de enfrentar os interesses econômicos que estão por trás do modelo tradicional. E para isso é necessário que a sociedade organizada assuma a bandeira do direito à informação e lhe dê total prioridade.

Pela importância da mídia no mundo moderno, sua democratização é, sem dúvida, um dos grandes desafios dos partidos social-democratas, que lutam pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária. ■



Kuait, as imagens da CNN chegaram a 11 milhões de residências somente nos Estados Unidos (e talvez a um número igual ou maior no resto do mundo).

As transmissões do repórter Peter Arnett — o único que permaneceu em Bagdá, sob as bombas, e conseguiu uma longa entrevista com Saddam Hussein — correram o mundo com o logotipo da CNN.

Ao contrário dos outros czares da imprensa no mundo, como Silvio Berlusconi (Itália), Emilio Azcárraga (Cable Televisa, do México), Roberto Marinho (Brasil) e Alejandro Romay (Canal 9, Ar-

gentina), Turner não faz "contrabando ideológico": se limita a informar.

Em janeiro de 1893, consciente de seu êxito, Turner declarou à revista especializada *Broadcast Communication* que a CBS, NBC e ABC eram "dinossauros" condenados à decadência. E foi ainda mais incisivo nas suas declarações: "As grandes cadeias têm se transformado em antinorte-americanas, estúpidas, materialistas, antifamiliares, anti-religiosas. Suas concessões de transmissão deveriam ser canceladas e dadas a grupos que cumpram com a obrigação de servir ao interesse público."

# Regresso sem glória

*A intervenção dos Estados Unidos obriga a junta militar a deixar o poder e aceitar a volta de Jean-Bertrand Aristide.*

*Porém, os enormes desafios que terá pela frente o presidente tornam incerto o futuro do mais pobre país do continente*



*Pela segunda vez nesse século, tropas norte-americanas estão em solo haitiano. Da primeira vez, em 1915, permaneceram 19 anos*

## Roberto Bardini

**D**epois de uma crise que durou três anos, o presidente deposto Jean-Bertrand Aristide reassumiu em outubro o poder no Haiti, em meio a um forte esquema de segurança montado pelas forças de intervenção norte-americanas.

Para os seguidores do presidente, a esperança do seu retorno começou a se tornar uma certeza em 19 de setembro, quando chegou a Porto Príncipe, a capital haitiana, o primeiro grupo de 12 helicópteros Blackhawk e Cobra com dez soldados norte-americanos a bordo de cada um. Os vôos continuaram até completar 3 mil efetivos. Era a segunda vez nesse século que forças militares dos Estados Unidos pisavam solo haitiano. A primeira foi em 1915 e a intervenção se prolongou até 1934.

Nem bem aterrissaram, os soldados – vestidos com uniformes camuflados de combate e armados com fuzis M-16 e lança-granadas SAWS – avançaram pelos edifícios do aeroporto com as costas coladas à parede e, em alguns lugares, entraram agachados. Os poucos disparos que receberam foram os *clicks* das máquinas fotográficas da imprensa estrangeira.

A cena beirou o ridículo. Como escreveu um correspondente estrangeiro, “as únicas pessoas que havia na redondeza eram centenas de jornalistas desarmados, que apontavam para eles suas câmeras e microfones para obter declarações”.

### “Vão embora ou os expulsamos”

– “Os ditadores vão deixar o Haiti e o presidente Jean-Bertrand Aristide retornará ao poder”, havia anunciado Bill

Clinton, com um leve sorriso, por cadeia de rádio e televisão na noite de domingo, 18 de setembro. O tom do presidente contrastou com sua ameaçadora mensagem de três dias antes, também transmitida em cadeia, dirigida à junta militar haitiana presidida pelo general Raoul Cedras: “O tempo se esgotou: ou vão agora ou os tiramos à força do poder.”

Apenas 90 minutos antes do anúncio, uma missão negociadora – composta pelo ex-presidente Jimmy Carter, o general Colin Powell, ex-chefe do Estado-Maior Conjunto, e o senador democrata Sam Nunn, presidente da Comissão de Assuntos Militares – havia conseguido em Porto Príncipe um acordo com Cedras. Foram quatro rodadas de tensas conversações que se iniciaram na tarde de sábado, dia 17, e foram concluídas às 8 horas da noite do dia se-

guinte. A paciência de Carter durante as 15 horas que duraram as discussões, e principalmente o desembarque militar norte-americano na ilha, influíram para que Cedras cedesse.

A força do desembarque estava composta por 22 barcos, dois porta-aviões, 60 aviões, dezenas de helicópteros e 20 mil efetivos da infantaria e dos pára-quedistas. A maioria pertencia à belicosa Divisão 82, baseada em Fort Bragg (Carolina do Norte), com experiência nas invasões a Granada (1983) e Panamá (1989).

Não havia se passado nem sequer três dias desde que Cedras assegurara: "Prefiro morrer a deixar atrás de mim a desonra de um nome maculado para meus filhos. Não estou interessado em uma vida cômoda no exílio, mas no futuro do Haiti." Em declarações à cadeia de TV norte-americana CBS, o militar havia afirmado que "se os norte-americanos desembarcarem, haverá um banho de sangue e começará uma prolongada guerra civil".

Resultado: as tropas norte-americanas começaram a desembarcar sem encontrar resistência, Cedras, seus assessor



Clinton e Carter: um acordo com demasiados pontos obscuros

sores mais próximos e famílias partiram para um exílio dourado e o banho de sangue prognosticado não aconteceu, embora continuem se registrando surtos de violência. Porém, ainda não está claro qual será o futuro do Haiti.

**Pobreza com dignidade** – Depois que o ditador *Baby Doc* Duvalier fugiu da ilha em 1985, o Haiti conheceu um

longo ciclo de golpes militares, contra-golpes e manifestações populares. Em março de 1990, subiu ao poder um governo civil provisório que convocou eleições presidenciais para dezembro daquele ano. O sacerdote Jean-Bertrand Aristide, defensor da Teologia da Libertação, ganhou com 67% dos votos – fundamentalmente da população urbana pobre – e assumiu em fevereiro de 1991.

O programa de Aristide, a quem seus seguidores carinhosamente chamam de *Papá Titid*, se baseava na luta contra a corrupção e o narcotráfico, previa um minucioso plano de alfabetiza-

## Papá Titid

Em 1990, durante sua campanha eleitoral, o padre salesiano Jean-Bertrand Aristide prometeu pão para os famintos, proteção para os desprotegidos e castigo para os militares pós-duvalieristas e os *tonton-macoutes*, a temível polícia secreta da ditadura. Educado na Teologia da Libertação, este sacerdote negro e magro explicava com sua costumeira voz suave que sua mensagem se baseava nos Evangelhos e se resumia em duas palavras: amor e justiça.

As vezes, em atos públicos que reuniam multidões, mudava o tom e pregava sermões revolucionários. Assegurava que no Haiti só existiam duas classes sociais: os milionários e os miseráveis. E identificava, sem parábolas, quem considerava causadores dos males do país: os ricos, os duvalieristas e Estados Unidos.

Seus seguidores, quase 70% da população, começaram a chamá-lo carinhosamente de *Papá Titid*. Afirmavam que era um conhecedor do vodu, religião seguida pela maioria da população haitiana, e que possuía poderes sobrenaturais. Assim se explicaria o fato de ter escapado ileso de quatro atentados contra a sua vida.

Seus inimigos, dentro e fora do Haiti, não toleraram o carisma deste sacerdote, formado em Teologia e Psicologia, que fala cinco idiomas, além do francês e do *creóle*, o dialeto local. O Vaticano iniciou um processo para proibir que exercesse suas funções de sacerdote. Depois de sua derrubada, em setembro de 1991, e seu exílio nos Estados Unidos, a Agência Central de Informação (CIA) elaborou um relatório que colocava dúvidas sobre sua saúde mental ao defini-lo como "instável e depressivo".



Aristide: um futuro pouco claro

## Os golpistas

\* **General Raoul Cedras** – 45 anos, comandante-em-chefe das Forças Armadas e “homem forte” desde o golpe de estado que em setembro de 1991 derrubou Jean-Bertrand Aristide, se exilou no Panamá após a intervenção norte-americana. Havia sido considerado “legalista” por ter garantido a segurança dos votantes nas primeiras eleições livres da história do Haiti em dezembro de 1990. Agradecido, Aristide o designou para o principal cargo militar do país.

\* **General Phillipe Biamby** – 37 anos, companheiro de graduação de Cedras na academia militar em 1973, chefe do estado-maior. Aqueles que o conhecem garantem que é o mais “duro” do triunvirato militar: embora preferisse manter-se em segundo plano, foi o verdadeiro artífice do golpe de estado de setembro de 1991. Ameaçou se suicidar se os Estados

Unidos invadissem o Haiti, mas preferiu partir para um confortável exílio no Panamá.

\* **Coronel Michel François** – 36 anos, chefe de polícia e um dos homens mais temidos do Haiti. Imediatamente após o golpe, criou milícias civis integradas por assassinos, conhecidos como *attachés*, semelhantes aos *tonton-macoutes* da ditadura duvalierista. Graças à intervenção da ONU, recebeu autorização do governo Balaguer para asilar-se na vizinha República Dominicana.

\* **Émile Jonassaint** – 81 anos. Era presidente da Corte Suprema quando a ditadura decidiu convertê-lo em presidente provisório do Haiti em maio passado, em um aberto desafio às pressões internacionais pela volta de Aristide. Um marionete senil.

ção e propunha passar “da extrema pobreza à pobreza com dignidade”. Enquanto esteve no governo, promoveu um movimento de massas participativo para a solução de problemas concretos, conhecido como *Lavalas*, que significa “avalanche”.

Em 30 de setembro – apenas 230 dias após sua posse – Aristide foi derrubado por um sangrento golpe militar dirigido pelo general Raoul Cedras e se viu obrigado a abandonar o país. As inumeráveis violações aos direitos humanos dos golpistas provocaram uma forte pressão internacional. A Organização dos Estados Americanos (OEA) decretou um embargo comercial e os Estados Unidos suspenderam a ajuda econômica, enquanto México, Venezuela e França assumiram o papel de protagonistas no apoio a Aristide no exílio. Posteriormente, a Organização das Nações Unidas (ONU), cedendo a pressões de Washington, autorizou o “uso de todos os meios” para restabelecer o governo constitucional.

**Os dentes do tubarão** – Desde o golpe de setembro de 1991 até o início de 1994, milhares de pessoas foram presas e torturadas, muitas com requintes de crueldade, e mais de 3 mil haitianos foram mortos pelo regime militar. Desde então, esse número cresceu e cerca de 300 mil pessoas se viram obrigadas a passar à clandestinidade

devido ao clima de terror que imperava. Em geral, os perseguidos eram simpatizantes de Aristide, mas também havia muitos cidadãos comuns, como demonstram os incidentes onde grupos paramilitares incendiaram bairros inteiros e atacaram comunidades rurais.

Para escapar da repressão política e da fome, milhares de haitianos se lançaram ao mar em frágeis embarcações

com destino aos Estados Unidos. Cerca de 14 mil foram alojados pelos Estados Unidos na base naval norte-americana de Guantánamo, onde disputam espaço com *balseros* cubanos que tentaram chegar à Flórida e foram devolvidos pelo serviço de vigilância costeira.

Como diz um velho ditado haitiano, criado na época do “presidente vitalício” *Papá Doe Duvalier*, ditador de 1957 até



Cedras: acordo para abandonar o poder lhe garantiu um exílio dourado no Panamá

sua morte em 1971: "Os dentes do tubarão são mais suaves que a mão do tirano."

**Um acordo imperfeito** – Os problemas começaram no dia seguinte ao acordo negociado pela missão dos Estados Unidos. Em uma entrevista coletiva à imprensa na Casa Branca, Clinton – acompanhado de Carter, Powell e Nunn – manifestou que o exílio da junta militar não era a meta das negociações. "Tratar sua partida não era o objetivo da missão de Carter. A finalidade era que deixassem o poder", disse.

O general Powell, por sua vez, explicou que a estrutura de poder no Haiti continuará sem modificações durante algum tempo. A única garantia confiável para a transição – comentou – eram os 15 mil efetivos militares que haviam começado a ocupar o território. Em alguns meses, a operação passará ao controle dos *capacetes azuis* da Organização das Nações Unidas.

Mas a "garantia confiável" era pouco sólida. Ao chegar a Porto Príncipe, o chefe da missão militar norte-americana, comandante William Shelton, se reuniu durante duas horas com o general Cedras. Ao final do encontro, Shelton disse aos correspondentes estrangeiros que, para suas tropas, "a principal prioridade não é a segurança interna haitiana".

A imprensa interpretou a frase como uma decisão de não enfrentar os grupos paramilitares de *tonton-macoutes* e *attachés* e, muito menos, patrulhar os bairros da periferia de Porto Príncipe controlados por eles. A presença norte-americana se limitaria a resguardar edifícios estratégicos da capital.

"É um acordo sumamente imperfeito", sintetizou Mike Barnes, conselheiro de Aristide. "Os ditadores vão ficar no poder um período suficientemente longo e, ao que parece, vão conseguir a anistia pelo milhares de crimes e violações que cometeram."

O acordo logrado por Carter, Powell e Nunn previa uma lei de anistia ao general Cedras e seus cúmplices, a sua saída do país e o descongelamento dos seus bens no exterior. E, obviamente, a volta do presidente deposto.

**Os desafios do futuro** – Aristide já declarou que está disposto a deixar o governo quando terminar seu mandato em fevereiro de 1996, embora tenha

## Três anos de crise

### 1991

30/09: Aristide é derrubado.

01/10: em Washington, uma reunião de chanceleres pede na Organização dos Estados Americanos (OEA) o retorno de Aristide. É a primeira vez na história do hemisfério que se faz essa exigência aos líderes de um golpe.

08/10: a OEA recomenda a seus membros que imponham um embargo comercial ao Haiti.

### 1993

03/07: Aristide e Cedras assinam em Nova Iorque um acordo auspiciado pela ONU que prevê a renúncia do militar e outros chefes golpistas e a volta do presidente ao Haiti.

11/10: uma multidão controlada pelos militares proíbe um navio dos Estados Unidos de atracar em Porto Príncipe e desembarcar sua tripulação, enviada pela ONU para restaurar a democracia.

13/10: o Conselho de Segurança aprova por unanimidade o endurecimento das sanções comerciais ao Haiti.

19/10: navios dos Estados Unidos e Canadá impõem um bloqueio para garantir o respeito ao embargo da ONU.

### 1994

31/07: o Conselho de Segurança autoriza Clinton a utilizar a força, se necessário, para derrubar os militares e reinstalar Aristide.

12/09: o secretário de Estado Warren Christopher anuncia que se "esgotaram" os esforços diplomáticos e que 17 países se comprometeram a enviar 1.500 soldados para integrar a força de intervenção.

15/09: ultimato de Clinton à ditadura. Cedras assegura que vai resistir.

17/09: Jimmy Carter, Colin Powell e Sam Nunn viajam a Porto Príncipe.

18/09: chega-se a um acordo.

19/09: três mil soldados dos Estados Unidos começam a ocupação.

passado a maior parte de sua gestão no exílio. A Constituição haitiana não permite que um presidente, ao terminar seu mandato, se candidate à reeleição, portanto a possibilidade de que o padre se mantenha no cargo está excluída. Não obstante, Aristide não está disposto a considerar acabado seu mandato até que tenha entregue a faixa presidencial a um sucessor eleito democraticamente, o que constituiria um fato sem precedentes na conturbada vida institucional haitiana.

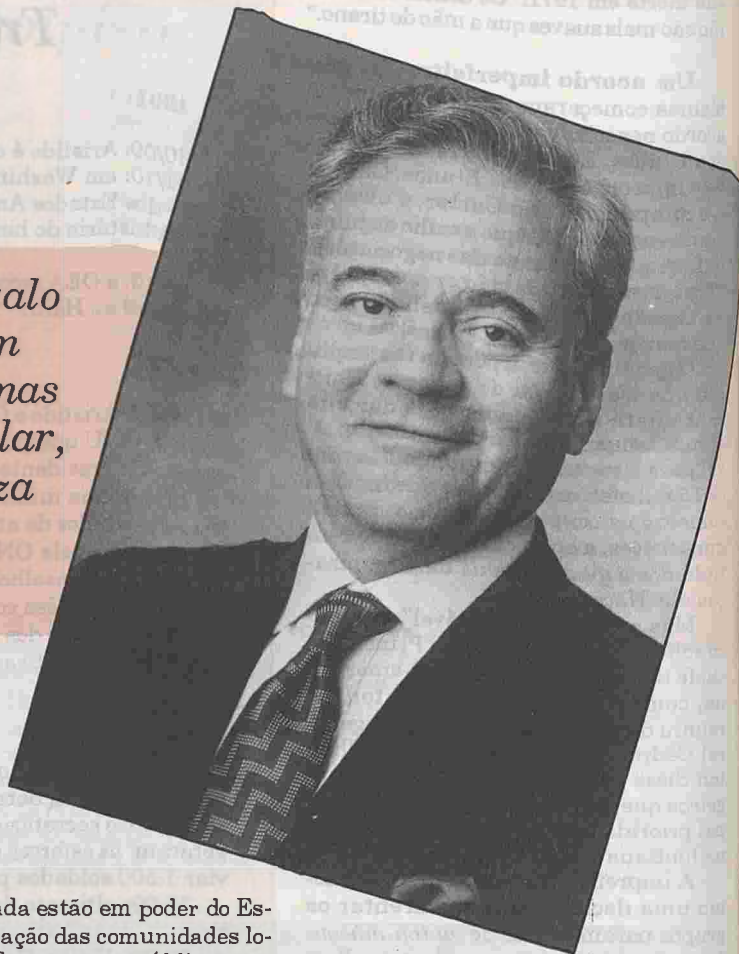
Por enquanto, o governo enfrenta um temível desafio: necessita de cerca de 800 milhões de dólares para a re-

construção do país nos primeiros 12 meses. A curto prazo, Aristide deverá dispor de 175 milhões de dólares para programas estatais, igual valor para gerir o orçamento de Estado e 250 milhões para projetos sociais. Serão destinados 90 milhões para ajuda humanitária e 80 milhões para cobrir os serviços da dívida externa – mais de um bilhão de dólares –, que não haviam sido pagos nos últimos três anos.

O plano de reconstrução de Aristide prevê a redução e profissionalização do exército – que atualmente é de 7 mil homens – e a criação de uma polícia civil.

# A dívida social do liberalismo

*O presidente da Bolívia, Gonzalo Sánchez de Lozada, propôs um audacioso programa de reformas sociais e de participação popular, destinado a combater a pobreza resultante do seu plano de estabilização econômica*



## Marcelo Montenegro

**U**m precursor dos programas de estabilização na América Latina, autor do plano de ajuste estrutural que pôs fim à inflação boliviana quando era ministro da Economia do governo de Paz Estenssoro (1985-1989), o atual presidente da Bolívia afirma que “está muito além do neoliberalismo”.

Arquiteto do Decreto Supremo 2160, um *superchoque* nos moldes da mais pura ortodoxia do Fundo Monetário Internacional (FMI), Sánchez de Lozada conseguiu a proeza de derrubar a hiperinflação de 23.500% para 10% ao ano. Para isso recorreu à privatização das empresas do Estado, em particular as do setor mineiro, abriu a economia à importação, fez uma drástica reforma tributária e liberou os preços e o câmbio.

A inflação caiu mas muitos bolsos ficaram completamente vazios, em especial os da classe média e os da grande maioria dos trabalhadores e profissionais liberais. Vários anos depois, agora já como presidente do seu país, Sánchez de Lozada revela um amplo projeto de distribuição da renda apoiado no tripé da educação (respeitando os diferentes idiomas nativos), capitalização das em-

presas que ainda estão em poder do Estado e participação das comunidades locais no gasto dos recursos públicos.

Em uma entrevista concedida à imprensa nacional e estrangeira, na VIII Reunião de Cúpula Presidencial do Grupo do Rio, o presidente da Bolívia disse que “nenhum plano de estabilização pode acabar com as injustiças sociais” e explicou com detalhes como pensa enfrentar a dívida de seu governo com os pobres. Tanto nesta entrevista como em outras declarações e discursos pronunciados durante sua estada no Brasil, o presidente se esforçou para mostrar que a “Bolívia está além do neoliberalismo”.

Afirmou que em vez de vender mais empresas do Estado para equilibrar o orçamento, “o que teria deixado o FMI muito contente”, seu governo tem pensado em atrair sócios que contribuam com capital novo, até 50% do pacote acionário. O restante, que pertence ao Estado, será entregue ao povo através

de fundos de pensão, de capitalização individual.

“Esperamos aplicar esse esquema no próximo ano e, se tivermos êxito, teremos conseguido uma grande medida de distribuição da riqueza, pois as estatais representam 50% do PIB boliviano.”

**Distribuição da riqueza** – “É um equívoco acreditar que a liberalização da economia gera pobreza. O que produz a pobreza é a hiperinflação. Com ela, só os ricos conseguem proteger-se”, disse.

A Lei de Capitalização, recentemente votada, permitirá ao governo boliviano abrir um novo processo de investimentos, destinado a “superar os modelos ortodoxos de privatização que não tiveram êxito”. Segundo explica um documento distribuído pela delegação que



acompanhou Lozada em sua estadia no Rio de Janeiro, o programa tentará passar a propriedade das ações estatais para as mãos de "três milhões de bolivianos maiores de idade até 1995, com uma injeção de dinheiro novo na economia boliviana da ordem de sete bilhões de dólares". Estes acionistas dividirão a propriedade com os sócios majoritários, que devem investir os outros 50%.

Para o presidente boliviano, o Estado é ineficiente na produção de serviços sociais e na distribuição da riqueza. "Nosso projeto consiste em destinar 20% do orçamento nacional às comunidades, aos bairros, para que eles mesmos decidam como investir o dinheiro do Estado em saúde, educação e obras públicas."

Sánchez de Lozada afirmou que seu país esteve na vanguarda da América Latina no processo de redemocratização do continente desde 1982. E concluiu: "Assim como fomos pioneiros em recuperar a via democrática, fomos também os pioneiros em adotar um modelo de ajuste estrutural inadiável, para tirar a economia da estagnação e sair dos recessivos processos inflacionários que herdamos dos anos de instabilidade política."

**Reaproximação com Chile** – Sánchez de Lozada estimou que o crescimento atual da economia boliviana é maior que a média da América Latina, mas disse que isso não é suficiente, "porque o país deve recuperar o que perdeu entre 1980 e 1985, com o impacto da queda dos preços do petróleo e outros minerais". Ele caracterizou aqueles cinco anos como



Para o presidente boliviano, o Estado tem sido ineficiente na distribuição da riqueza

## A venda de gás ao Brasil

**A**o comentar o acordo firmado em dezembro de 1993 com o Brasil para a compra e venda de gás natural e a construção de um gasoduto que ligará Santa Cruz de la Sierra ao sul do Brasil, o presidente da Bolívia destacou a importância desse tratado para ambos os países. Lozada observou que o comércio atual com o Brasil não é tão expressivo como poderia ser: "O Brasil vende à Bolívia 460 milhões de dólares anuais e compra apenas 18 milhões".

Na sua avaliação, o Brasil "não deve pedir o acesso a outros mercados do continente, sem abrir o seu. O sentimento protecionista está ainda muito arraigado", observou. "São Paulo assegurou, através do convênio de compra e venda de gás natural, o abastecimento de um combustível limpo e barato, para sustentar seu crescimento industrial." Segundo seus cálculos, em agosto de 1997 o projeto já estará em funcionamento.

O presidente afirmou que depois do acordo de venda de gás ao Brasil, a Bolívia se transformou em um pólo regional de abastecimento energético. "Já vendemos para a Argentina e futuramente podemos vender também para o Chile."

especialmente críticos para o país. "Perdemos 25% do nosso PIB", recordou.

O presidente cumpriu uma exaustiva agenda de atividades paralelas à Reunião de Cúpula Presidencial do Grupo do Rio, quando assinou um amplo acordo comercial com o México e realizou um histórico encontro com o presidente do Chile, Eduardo Frei Ruiz-Tagle. A reunião com Frei deve ser o preâmbulo de um iminente intercâmbio de embaixadores entre Bolívia e Chile (desde a Guerra do Pacífico (1879-1883) estas duas nações latino-americanas estão com suas relações diplomáticas suspensas).

Ao referir-se a este encontro, Sánchez de Lozada escolheu cautelosamente as palavras. Disse que não se deve agir olhando para o passado mas, ao mesmo tempo, "se esquecemos o que aconteceu na história corremos o risco de repetir os mesmos erros que já havíamos cometido". E acrescentou: "Estamos buscando confiança; e a minha maneira de ser e a do presidente do Chile contribuem para que essa confiança exista."

**Os desafios latino-americanos** – Afirmou que o eixo principal dos desafios atuais da América Latina está concentrado em duas situações, Cuba e Haiti, que por sua gravidade exigem a busca de soluções de consenso. "Os países latino-americanos devem encontrar a forma de expressar-se através de uma só voz. Uma voz diferente mas comum, principalmente para fazê-la valer em dezembro, na Reunião de Cúpula de Miami. E não podemos nos limitar a dar declarações. Devemos adotar posições claras."

Para Lozada, os Estados Unidos assumiram o papel de porta-voz da América Latina diante de outras regiões do mundo e se vale dos acordos bilaterais, "através dos quais é mais fácil controlar os países". Disse que o Grupo do Rio era o representante político da nação latino-americana e que se a reunião de presidentes não encarasse os problemas de Cuba e Haiti, corria o risco de perder credibilidade.

# Delírios raciais

*O anterior regime invocou diferenças étnicas, inexistentes segundo antropólogos e historiadores, para justificar a aplicação da "solução final" já tentada pelos nazistas e ultranacionalistas da ex-Iugoslávia*

**Alex de Waal\***

**E** difícil explicar em poucas linhas o que motivou todo o terrível derramamento de sangue ocorrido em Ruanda, mas podemos (e devemos) tentá-lo. Podemos rastrear as causas na desesperada pressão pela terra, na pobreza rural intensificada pelo colapso do preço mundial do café e na determinação de um grupo privilegiado por manter suas posições no governo e no exército. Esses elementos ajudaram a colocar mais lenha na fogueira. Mas a faísca que desencadeou o genocídio está na ideologia racial extremista dos hutus que até meados de julho detinham o poder.

O breve governo interino hutu (instalado em abril e derrubado em julho de 1994) se propôs não só à erradicação da minoria tutsi como também a acabar com os direitos humanos e o movimento democrático no país. Para compreender esse extremismo é necessário aprofundar-se nas origens de sua identidade.

Os antropólogos e os historiadores coincidem em não aceitar que os hutus e os tutsis sejam classificados como "tribos" e inclusive como diferentes "grupos étnicos". Ambos falam o mesmo idioma, dividem o mesmo território, as mesmas instituições políticas tradicionais e é impossível definir à qual grupo pertence um indivíduo a partir de seu aspecto físico.

Ruanda é — ou era — uma das verdadeiras nações da África. Há um século, existiam três grupos, determinados pelo status da atividade que exerciam na sociedade, e um grande número de clãs, definidos pela posse da terra. Não eram nem sequer diferentes "grupos étnicos".

Os conquistadores europeus — primeiro alemães e depois belgas — aproveitaram a existência dessas diferentes categorias e as carregaram de racismo. A minoria tutsi foi identificada como

uma aristocracia que governava um Estado tão sofisticado que ela só podia ter se originado em um lugar geográfica, cultural e, sobretudo, racialmente próximo à Europa, ou seja, Etiópia.

D. León Classe, o primeiro arcebispo católico de Ruanda, considerava que os tutsis tinham um antecedente ariano e seus membros reivindicavam ser

líticos passaram a considerá-los "os habitantes originais" e os tutsis foram considerados estrangeiros em seu próprio país.

Foi inútil gritar que hutus e tutsis não são grupos étnicos separados. Sessenta anos de governo colonial e tutsi e 35 anos de supremacia hutu após a revolução de 1959 — que mandou para o



*Para milhões de tutsis, não restou outra alternativa senão fugir de Ruanda*

uma das tribos perdidas dos primeiros anos do cristianismo. Quando a corte tutsi se converteu ao catolicismo romano, aproveitou esse fato para legitimar seu mandato contínuo.

Enquanto isso, a maioria hutu foi tachada de "camponeses bantus", destinada a uma vida de trabalho e sem direito à educação ou à participação política.

Em 1959, ao aproximar-se a independência, os belgas contribuíram para uma "revolução social" que varreu a monarquia tutsi e instalou uma república hutu. Os extremistas locais e alguns missionários europeus começaram a falar de uma "raça hutu". Os po-

exílio mais da metade da população tutsi — mudaram radicalmente as relações entre eles.

**Identificação da vítima**—Para os derrotados arquitetos do genocídio, a questão da etnicidade representava outro problema: como distinguir suas vítimas. Não se podia fazer através do idioma ou da localização territorial e o tamanho do nariz era um dado incerto. Checar os documentos demandava tempo, e o êxito da operação estava associado à sua velocidade.

Os extremistas resolveram o problema mobilizando pelo menos um soldado para cada dez casas ao longo de todo o

## Chaves para entender a guerra civil

\* **A faísca.** Os acordos de Arusha, firmados na Tanzânia em agosto de 1993, contemplavam uma divisão do poder entre o governo, os rebeldes da Frente Patriótica Ruandense (FPR) e os partidos de oposição, fundamentalmente os hutus do sul.

Mas o misterioso atentado que custou a vida dos presidentes de Ruanda e Burundi em 6 de abril passado — no qual, segundo o jornal *Le Soir*, estiveram implicados militares franceses — reacendeu a guerra.

\* **O conflito.** Embora artificial, o “fator étnico”, imposto pelos colonialistas belgas, desempenhou um papel perverso. Sem possuir consciência nacional, o governo derrubado adotou a velha estratégia do bode expia-

tório, decretando a “revolução social” (hutu, obviamente) contra os “tutsis feudais”. Os hutus e os tutsis praticam a mesma religião (essencialmente o cristianismo) e falam a mesma língua.

\* **As vítimas.** Os tutsis foram os mais afetados, embora a Guarda Presidencial tenha executado vários ministros e funcionários hutus que se opunham ao etnicismo raivoso do regime.

\* **A Frente Patriótica Ruandense.** Nascido nos campos de refugiados de Uganda, para onde várias centenas de milhares de tutsis foram obrigados a fugir entre 1959 e 1973, a FPR invadiu Ruanda em 1º de outubro de 1990.

Seu líder, o general Paul Katame, inacreditavelmente, é hutu. Considere um erro as diferenças étnicas e reivindica as origens de um povo ruandense unificado, deixando de mencionar, convenientemente, a opressão tutsi sobre os hutus desde tempos históricos.

A ideologia da FPR é prática, feita para ouvidos ocidentais. Ao relativizar a questão étnica, promove os interesses de uma minoria relativamente rica e bem-educada, ao mesmo tempo que esconde o desprezo que muitos comandantes tutsis sentem pelos hutus. Embora seus líderes admitam que suas forças cometeram “excessos”, a FPR não promove a perseguição sistemática de adversários.

país, de tal forma que cada família tutsi pudesse ser identificada por uma pessoa que a conhecesse pessoalmente. Daí que professores tenham matado as crianças em suas escolas, clientes assassinaram comerciantes e vizinhos trucidaram vizinhos. Massacrar era um dever civil.

O governo interino de Ruanda aperfeiçoou a tecnologia do genocídio e, de algum modo, se colocou em dia com os métodos industriais de extermínio desenvolvidos pelos nazistas.

Seguindo as orientações dos extremistas hutus, as primeiras e mais importantes vítimas da matança foram destacadas figuras da sua própria etnia: políticos da oposição, acadêmicos, jornalistas, defensores de direitos humanos, advogados, padres, empresários — todos hutus. A nata da sociedade civil foi aniquilada em poucos dias.

**Um novo problema filosófico** — Quando a tempestade desabou em Ruanda, a reação do mundo ocidental

foi simplesmente acusar as autoridades de selvagerismo anárquico, evacuar seus cidadãos e tirar de lá tudo o que pudesse ser levado, deixando para trás apenas um pequeno contingente de tropas da ONU.

A partir de então, os assassinos puderam seguir em frente com seus planos sem maiores obstáculos. O ritmo do jogo diplomático foi muito mais lento que o do genocídio. Os generais e os ideólogos do massacre afiaram suas armas mais rapidamente que os partidários da paz e da democracia.

Em Ruanda esteve em jogo muito mais que a sobrevivência dos tutsis. O objetivo dos assassinos era a “solução final” da ameaça ao seu poder. Se tivessem tido êxito, o arsenal do extremismo político internacional teria se enriquecido com novas técnicas de propaganda, novos métodos de delação e execuções em massa.

Os assassinos fracassaram devido à oposição da Frente Patriótica Ruandense (FPR) e não à atuação das tropas da ONU ou à pressão internacional: foi uma derrota acidental do genocídio e não uma vitória dos direitos humanos. ■



Famílias inteiras massacradas: reedição de métodos já utilizados pelos nazistas

\* Codiretor de “Direitos Africanos”, uma nova organização de direitos humanos. Este artigo é uma condensação de um trabalho publicado no *Times Literary Supplement* antes da formação do novo governo de Ruanda

# ONU aumentará forças de paz

*O exemplo de convivência entre brancos e negros e sul-africanos, sob a liderança de Mandela, inspira as Nações Unidas a incentivar as negociações de paz entre a Unita e o governo de Luanda*

## Jonas N'dadala

**U**ma força de paz de cerca 7 mil homens será enviada a Angola pela Organização das Nações Unidas (ONU), três meses depois de assinado o Acordo de Lusaka. Kofi Annan, subsecretário geral da ONU encarregado das operações de paz, garantiu o aumento das tropas. Embora esse número de efetivos já tivesse sido admitido nos bastidores da rodada de paz realizada na capital da Zâmbia em julho, só em outubro a ONU reconheceu oficialmente que está disposta a aumentar em 10 vezes suas forças destacadas nesse rico e estratégico país africano.

O exemplo da África do Sul e a pressão internacional são, na avaliação das Nações Unidas, fatores determinantes para que o governo angolano e a organização rebelde Unita assinem a paz, após 11 meses de negociações em Lusaka. A comunidade internacional, através da ONU, tenta dessa forma contribuir para pôr fim à segunda guerra civil angolana, que eclodiu em outubro de 1992. O detonador da crise foi a não-aceitação por parte da Unita de sua derrota eleitoral em setembro daquele ano, atitude que a levou a tentar o acesso ao poder pela via armada.

O secretário de Estado de Cooperação de Angola, Johnny Eduardo Pinnock, mostrou-se confiante na possibilidade de que o acordo de paz seja assinado em breve. Segundo o dirigente angolano, as negociações de Lusaka não estão interrompidas, mas as duas delegações se encontram "consultando suas respectivas direções" em Luanda e na capital dos rebeldes em Huambo, no centro do país.

**Duas décadas de guerra** - A guerra civil começou em 1975, quando Angola obteve a independência de Portugal, depois de um longo período de luta colonial (1961-1974), e se prolongou até o armistício assinado em maio de 1991, na localidade portuguesa de Bicesse. Annan de-

O governo de Luanda e a rebelde União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita) "deverão levar em conta os compromissos assumidos por seus vizinhos sul-africanos", acrescentou, em alusão ao fim do sistema de segregação racial e ao processo eleitoral que em abril conduziu Nelson Mandela, do CNA, à presidência.



O novo contexto na África Austral pode contribuir para a paz em Angola

fendeu o incremento da cooperação com organizações regionais, porque "não reivindicamos o monopólio das missões de paz".

Ao mesmo tempo, reconheceu que será necessário reorganizar o setor sob sua responsabilidade na ONU "para poder responder a novos desafios e orientações". Para ele, a ONU terá capacidade de evitar novos focos de violência em Angola "porque haverá mais forças de paz no terreno" e porque contará com a ajuda "da pressão internacional que terá forte impacto".

Se os africanos e os boers (colonos brancos de origem holandesa) conseguiram chegar à convivência pacífica, o alto dirigente das Nações Unidas estima que o líder da Unita, Jonas Savimbi, e o presidente José Eduardo dos Santos podem fazer o mesmo.

Annan ressaltou, também, os fatores culturais e lingüísticos comuns entre Portugal e sua vasta ex-colônia da África Austral para esperar de Lisboa "o envio de tropas a Angola", concretamente "unidades logísticas e especializadas".

# Vai o embargo, mas ficam as feridas

*A suspensão do embargo norte-americano ao Vietnã dá um importante passo no sentido de aproximar os dois governos, mas as feridas de guerra continuam dificultando a normalização das relações*



As empresas norte-americanas estão começando a disputar o mercado vietnamita

**Tom Fawthrop**

**A** suspensão do embargo comercial imposto pelos Estados Unidos ao Vietnã significou uma importante abertura para este país do Sudeste asiático, mas cada vez se torna mais evidente que as diferenças políticas que mantiveram separados os dois países ainda não foram superadas.

A insistência de Washington para que o Vietnã apresente uma nova lista de todos os soldados norte-americanos declarados "desaparecidos em ação" há mais de vinte anos (os chamados *MIA*, *Missing on Action*) desperta amargas recordações nos vietnamitas que ficaram inválidos na guerra ou cujos parentes morreram por causa das bombas lançadas pelos Estados Unidos.

Há poucos meses atrás, dois meninos e uma menina foram gravemente feridos em uma aldeia ao norte de Hanói quando explodiu uma bomba que havia permanecido intacta desde o período da guerra.

Segundo funcionários do governo vietnamita, se, por um lado, os Estados Unidos solicitam "mais progresso, mais cooperação e mais respostas", por outro, é urgente que esse país forneça assistência ao Vietnã para limpar o território das bombas que a força aérea norte-americana espalhou em mais de dez anos de intervenção.

Até agora, Washington se esquivou à sua responsabilidade pelo lançamen-

to de 72 milhões de litros de herbicidas tóxicos, incluindo o tristemente famoso *agente laranja*. A guerra química destruiu pelo menos 1,7 milhão de hectares de bosque tropical. Mas os Estados Unidos só a suspenderam em 1970, depois de fortes protestos de cientistas de todo o mundo.

Diferentes pesquisas científicas demonstraram a estreita relação entre a exposição a estes herbicidas e certas doenças, incluindo danos ao sistema nervoso. Crianças cujos pais estiveram expostos a estas substâncias químicas em geral nascem com atrofia muscular e problemas no coração. Este, aliás, é um dos motivos que levou os próprios veteranos norte-americanos da guerra do Vietnã a entrarem na justiça contra os fabricantes destes produtos.

**Atrocidades "esquecidas"** - Depois que a guerra acabou, o Vietnã e os Estados Unidos iniciaram conversações para normalizar suas relações, mas estas foram interrompidas quando o governo de Hanói tentou obter indenizações de guerra de Washington em 1977. O vice-chanceler vietnamita, Le Mai, se queixou recentemente de que Washington "sempre faz questão de deixar claro para o povo vietnamita que está lidando com uma força superior (...) e sempre impõe a outras nações sua forma de viver e de pensar".

Inclusive na Tailândia, cujo governo

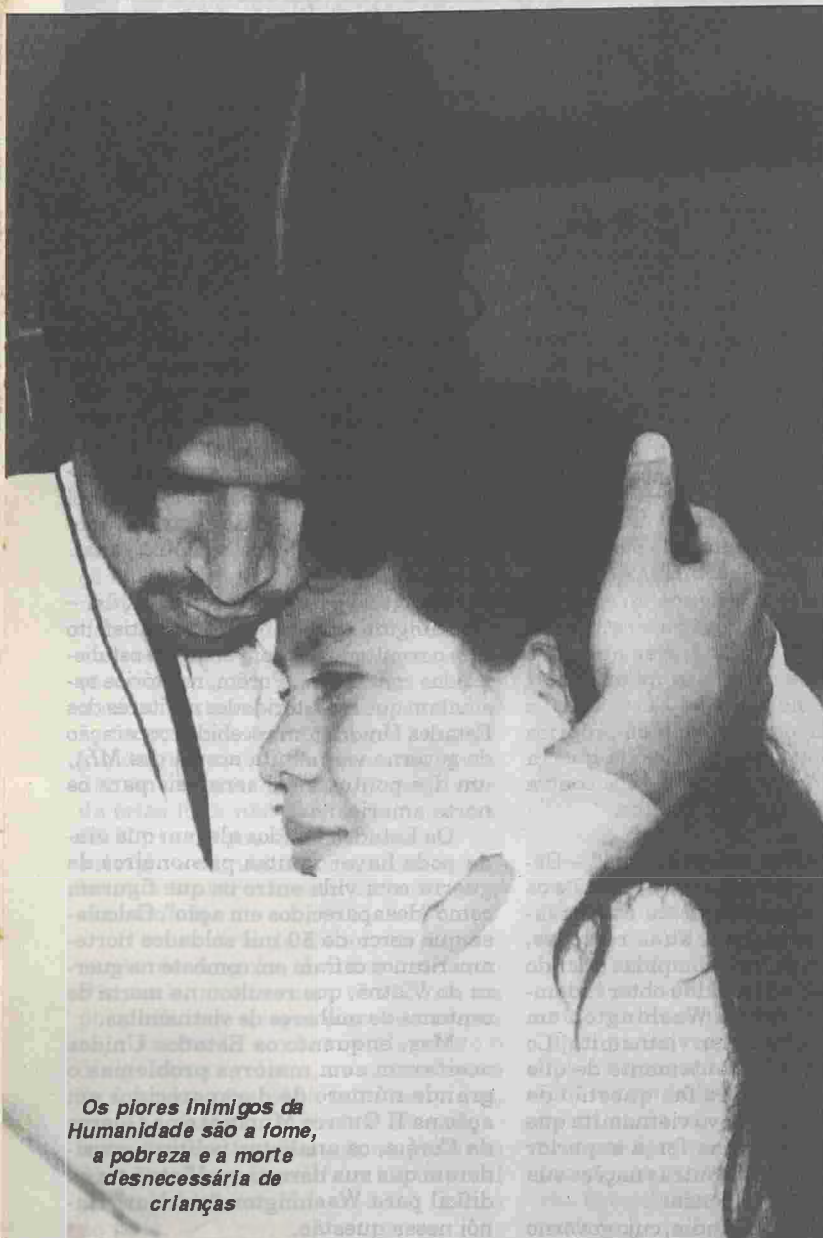
costuma ser neutro, os meios de comunicação criticam a postura dos Estados Unidos. "Por acaso vocês (norte-americanos) lembram do *na palm*? Ou do massacre de My-Lai?", perguntou um editorial do *Bangkok Post*. "Diante das atrocidades tão bem documentadas no Vietnã, Laos e Camboja é bastante razoável perguntar quem é que deve prestar contas nessa história", acrescentou o jornal.

**Os desaparecidos em ação** - Washington parece não estar satisfeito com o resultado das conversações estabelecidas com Hanói. Porém, relatórios assinalam que as autoridades militares dos Estados Unidos têm recebido cooperação do governo vietnamita acerca dos *MIA*, um dos pontos mais sensíveis para os norte-americanos.

Os Estados Unidos alegam que ainda pode haver muitos prisioneiros de guerra com vida entre os que figuram como "desaparecidos em ação". Calcula-se que cerca de 50 mil soldados norte-americanos caíram em combate na guerra do Vietnã, que resultou na morte de centenas de milhares de vietnamitas.

Mas, enquanto os Estados Unidos aceitaram sem maiores problemas o grande número de desaparecidos em ação na II Guerra Mundial e na Guerra da Coreia, os analistas políticos consideram que sua derrota no Vietnã torna difícil para Washington "perdoar" Hanói nessa questão.

# A consciência mundial e os direitos humanos



**Os piores inimigos da Humanidade são a fome, a pobreza e a morte desnecessária de crianças**

**Modesto da Silveira e Brady Tyson\***

*Em dezembro de 1998, a Declaração Universal dos Direitos Humanos completará 50 anos; a data será uma oportunidade única para transformar este documento em um Contrato Social Global que ajude a eliminar o abismo entre os ricos e os pobres do planeta*



A Conferência da ONU sobre Direitos Humanos, realizada em julho de 1993, em Viena, foi em si mesmo um fato promissor

**A** Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, realizada em Viena em julho de 1993, foi um evento importante e promissor na longa caminhada das instituições que se dedicam a promover e a proteger os direitos individuais. Aprópria realização desta primeira grande conferência de direitos humanos foi um fato significativo, e sua repercussão no debate mundial sobre o tema foi evidente.

A abertura à participação das Organizações Não-Governamentais Internacionais (ONGIs), ou seja, aquelas que têm *status* oficial perante a ONU, foi um estímulo ao diálogo e assegurou a amplitude temática.

Independente dos avanços efetivos que a Conferência de Viena trouxe (e foram muitos), a reunião foi um marco na evolução do movimento global de educação na perspectiva do 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no dia 10 de dezembro de 1998.

Em 1973, os bispos católicos do Brasil iniciaram uma campanha de apoio à Declaração Universal dos Direitos Humanos com o objetivo de estimular a reflexão sobre este tema tão importante no mundo atual e como uma forma de comemorar o 25º aniversário da Declaração.

O Brasil estava então em plena ditadura e os bispos expressaram dessa forma sua preocupação com os casos de tortura e outras formas de repressão utilizadas para sufocar os movimentos progressistas e democráticos. Os prelados estavam muito conscientes do papel chave desempenhado pela opinião pública e da necessidade de contar com uma ampla coalizão que assumisse a bandeira da defesa dos direitos humanos.

Aderiram à campanha lançada pelos bispos brasileiros, além de uma ampla comunidade cristã, organizações de advogados, jornalistas, acadêmicos, pro-

fessores e organizações não-governamentais. Foi um esforço precursor para a unidade da sociedade civil, que cresceu muito e acabou desempenhando um papel significativo no retorno à democracia.

A volta à democracia – tanto no Brasil como na maior parte dos países da América Latina – e a consciência que a sociedade adquiriu sobre a gravidade desses delitos fizeram com que a tortura e os “desaparecimentos” deixassem de ser uma corriqueira forma de repressão política.

**A era “antidireitos humanos”** – E se houve (e como!) necessidade de formar uma Coalizão Global pelos Direitos Humanos nos anos 60, hoje essa necessidade é ainda maior, porque mudaram os problemas, mas os direitos humanos essenciais continuam a ser violados. A dilatação do fosso que separa os pobres dos ricos em quase todos os países do mundo – em um processo de concentração de renda no qual os ricos estão cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres – afetou a maioria da população mundial.

Os poderes estabelecidos no mundo (políticos e econômicos) estão mais sofisticados atualmente e como muitos dos movimentos populares de base foram debilitados ao extremo, a tortura e a repressão política voltaram a ser utilizadas como formas de “controle social” sem que os movimentos de direitos humanos tenham força suficiente para detê-los. Assim sendo, essa dinâmica afeta a cada vez mais pessoas, devido principalmente ao aumento da pobreza.

O pensador italiano Norberto Bobbio escreveu que vivemos na “Era dos Direitos Humanos”, mas pode ser que estejamos assistindo, na realidade, ao nascimento de uma “Era Antidireitos Humanos”, na qual o centro de poder político passará da classe média para as novas cúpulas globais do poder.



Rio-92: faltou maior participação no Fórum Global das ONGs dedicadas aos direitos humanos

Desde o começo do período pós-industrial e do advento da era tecnológica, o poder e a riqueza a nível mundial se concentraram e os sonhos de democracia surgidos com a Revolução Industrial na então pujante classe média têm sido cada vez mais mutilados.

Mas mesmo sem entender completamente o novo perfil adquirido pela Revolução Eletrônica Global, é importante preservar os elementos essenciais do movimento dos direitos humanos nesse difícil período de transição. Mais ainda, precisamos preservar a adesão em torno da causa dos direitos humanos e da promoção e proteção da dignidade humana com um conteúdo que aponte para uma forma de Contrato Social Global.

Este é, claramente, um dos "longos caminhos" que não será fácil ou rápido de percorrer completamente. Há muitos perigos e obstáculos e todo plano sério deve considerar várias vias de avanço. Não existem "salvadores" nem atalhos. Mas cada passo abrirá caminho para o seguinte e assim se descobrirão os novos avanços possíveis.

**O papel da ONU** – Na nova fase da luta pelo respeito aos direitos humanos, seria um erro tão grande ignorar a ONU como dar muita ênfase ao que ela possa conseguir.

Nesse período de pós-Guerra Fria, as Nações Unidas atravessam uma fase na qual os conceitos e os conflitos tradicionais ganham outra dimensão e na qual uma nova linguagem e uma nova agenda vão sendo definidas.

É notório, entretanto, que a ONU está profundamente dividida. E esta divisão passa atualmente pelos países industrializados de um lado e pelos países subdesenvolvidos do outro. Ainda que no caso destes últimos, seus representantes costumem defender o *status quo* e se colocar contra seus próprios povos.

Somente a sociedade civil de cada país, organiza-

da a nível mundial (no que poderíamos chamar de "Fórum Público Global") será capaz de estimular seus próprios governos a serem mais ativos dentro da ONU e darem um efetivo apoio aos processos de desenvolvimento "sustentável e humano" para promover programas orientados pelo sentido de justiça social, em uma sociedade global mais aberta.

**Os perigos de uma aliança dos ricos** – As Nações Unidas, consideradas suas limitações, são um dos foros internacionais mais importantes e se converteu em cenário de muitas batalhas. Mas existe o perigo de que a organização mundial seja transformada em uma

nova aliança entre os antigos poderes imperiais (Inglaterra, Estados Unidos, França, Japão e Alemanha), para criar uma corporação de países ricos que controle a agenda mundial.

Se isso ocorresse, a ONU seria utilizada por essas nações poderosas como fator de legitimação para impor ao resto do mundo "a lei e a ordem", valendo-se de uma espécie de "poder de polícia mundial", integrada por forças militares desses países ou dos que atuem sob seu comando.

Essa aliança incluiria todo o Grupo dos Sete (Estados Unidos, Alemanha, Japão, Canadá, Inglaterra, França e Itália), além da Rússia e da China. Estes dois últimos com poder de veto no Conselho de Segurança. A Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte), que concentra o poder militar máximo do Ocidente, seria a entidade armada desta aliança.

A atuação coordenada dos ricos na ONU tenderá a priorizar a proteção dos direitos civis e políticos, deixando de lado os direitos econômicos, sociais e culturais. Por isso, será uma tarefa das nações do Terceiro Mundo garantir que todos os aspectos contemplados na Declaração Universal dos Direitos Humanos sejam igualmente respeitados e com o mesmo nível de seriedade.

Há uma significativa maioria de países dentro da ONU favorável a esse desenvolvimento e à justiça, mas muitos de seus governos representam cúpulas dirigentes que oprimem seus povos ou tratam de chegar a acordos com os governos dos países ricos contra o interesse dos pobres.

**Algumas lições úteis** – Há lições muito úteis que podem ser tomadas a partir da "Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento" e do chamado Fórum Global de organizações não-governamentais, que funcionou no Rio de Janeiro



paralelamente durante a Rio-92. Essas lições podem ser também comparadas com as deixadas pela Conferência Mundial sobre Aids, em Amsterdã.

Uma primeira lição é que os resultados de toda conferência de caráter mundial dependem de como tenha sido o processo de sua preparação. Debates e diálogos entre os diversos participantes são essenciais para se chegar à reunião com estratégias corretas.

A segunda lição é sobre a crescente importância que adquiriu a atuação dos representantes da sociedade civil, o "Fórum Público Global", e a crescente interação que existe entre os meios locais e nacionais e o Fórum Global.

A terceira lição é a falta de desenvolvimento e de participação que tiveram as ONGs dedicadas aos direitos humanos e a falta de idéias novas na Rio-92.

A quarta lição é que se deve reconhecer a importância das ONGs e entender que seu papel principal é conseguir que os respectivos governos nacionais eduquem e façam avançar seus povos, além de promover o diálogo desses governos com os mais oprimidos, com as minorias.

Nesse sentido, uma reflexão é válida: existe uma tendência a acreditar que qualquer reunião internacional é mais importante do que as lutas nacionais ou locais. As conferências da ONU têm um papel e vale

a pena impulsionar a participação das ONGs nelas. Mas esses eventos não são tão efetivos como se poderia imaginar e o simples fato de tomar partes deles não significa que a ONG tenha cumprido um papel relevante. A ONU é menos eficaz do que pretende. No melhor dos casos, os encontros internacionais são oportunidades para a troca de idéias. O trabalho real ocorre a nível das "políticas de poder".

A quinta lição é que a maioria das ONGs não pode ser considerada como representante legítima e autêntica da sociedade civil. A maioria delas tem pouco mais de legitimidade do que a conferida aos governos pelos processos eleitorais. E esta, por sua vez, lhes é conferida pelo voluntarismo da classe média. As ONGs precisam expandir seu trabalho não para as outras ONGs, mas sim para os pobres do mundo.

Um movimento da classe média — como o que integra a maioria das ONGs — não pode falar com propriedade em nome dos pobres, apesar do compromisso que possa ter assumido em defesa dos problemas da pobreza.

A sexta lição é que toda aproximação individualista da realidade global é, em última instância, contraproducente. Existem grupos que pensam que sua efetividade depende do enfoque que dão a cada problema particular, considerando os demais como competidores e rivais.

**Período de reflexão** — É pouco construtivo que um grupo não reconheça a importância de aceitar ser relegado a um segundo plano no esquema de prioridades globais.

Certamente haverá — e já há — muitos conflitos em torno das prioridades que devem ter os esforços e os planos de desenvolvimento globais. Mas, com toda segurança, não estaríamos mentindo se afirmássemos que há uma grande maioria de acordo em que os piores inimigos da Humanidade atualmente são a fome, a pobreza e a morte desnecessária de crianças.

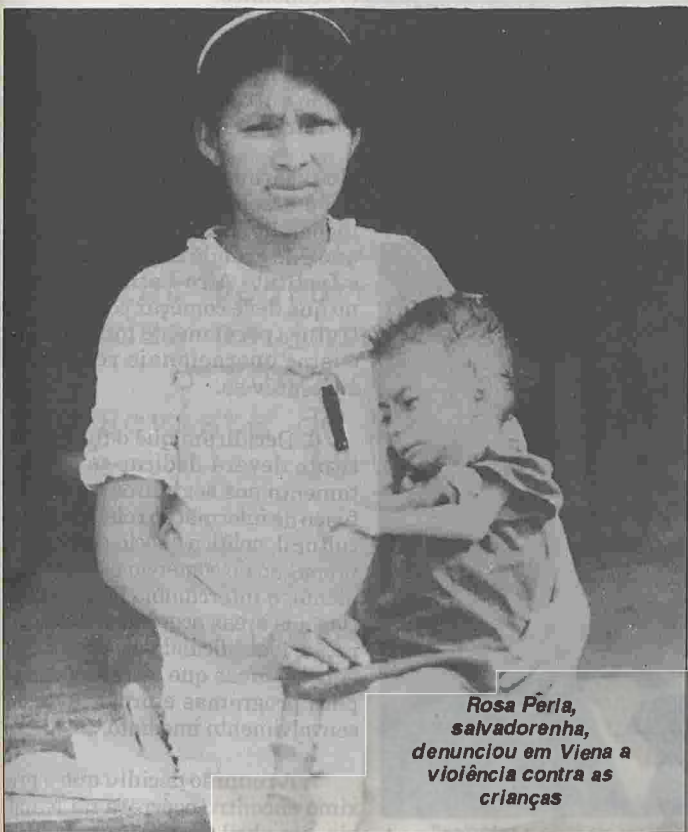
É claro que a Declaração Universal dos Direitos Humanos deve ser revisada depois de 50 anos, diante das difíceis experiências atravessadas pelo mundo desde a Segunda Guerra Mundial.

Mas o tempo é curto. Devemos começar já a promover encontros em todo o mundo — nos vilarejos, cidades, províncias — nos quais iniciemos um período de reflexão mundial sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos, à luz dos desafios do próximo milênio.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de dezembro de 1948, é a base do "Contrato Social Global" e deve ser ensinada em todas as escolas e universidades e nas instituições de qualquer caráter. É a base dos "valores fundamentais" que permitem que uma sociedade funcione em liberdade. ■

\*Modesto da Silveira é advogado defensor dos direitos humanos. Foi deputado e defensor de presos políticos.

Brady Tyson é professor (aposentado) de Política Externa norte-americana na American University, de Washington, e foi assessor para direitos humanos de Andrew Young, ex-embaixador na ONU durante a presidência de Jimmy Carter



**Rosa Perla, salvadorenha, denunciou em Viena a violência contra as crianças**

# Passageiros do mesmo barco

*Com a criação do Instituto Afro-Latino-Americano culminou em Punta del Leste, Uruguai, o seminário organizado pelo Instituto de Desenvolvimento Sul-Norte e patrocinado pelo Ministério das Relações Exteriores do Uruguai com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)*

## Hugo Cardozo

**O** novo instituto promoverá o comércio e o investimento, o intercâmbio de experiências e a cooperação em áreas de desenvolvimento imediato, e a difusão cultural. A reunião, realizada entre os dias 14 e 16 de setembro, examinou em três grupos de trabalho o estado das relações entre África e América Latina, fundamentalmente nas áreas de comércio e investimentos, desenvolvimento social e democracia. Na inauguração fizeram uso da palavra o ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Sergio Abreu, e o chanceler de Moçambique, Pascual Mocumbi.

“É muito importante a presença dos países africanos do Sul, fundamentalmente Moçambique, Namíbia e Zimbábue”, expressou Abreu. “São países que têm uma grande importância e com os quais a América do Sul deve buscar uma maior aproximação.”

“Nossa relação Norte-Sul tem nos impedido de ver a importância de nos relacionarmos com os países africanos e que isso significa maior comércio, cooperação e estratégias comuns em temas comuns, como os interesses do Atlântico Sul”, acrescentou.

**Comunicado de Punta del Leste** – Os representantes dos diversos países presentes ao final do encontro emitiram suas conclusões através de um documento que diz o seguinte:

1. Representantes governamentais, entre os quais se destaca a presença dos ministros das Relações Exteriores do Uruguai, Moçambique e Namíbia, representantes de organizações não-governamentais e do setor privado dos seguintes países africanos

e latino-americanos, Angola, Argentina, Botsuana, Brasil, Chile, Moçambique, Namíbia, Paraguai, África do Sul, Uruguai, Zâmbia, Zimbábue e da Comunidade de Desenvolvimento da África do Sul (CDAS), assim como observadores do Instituto Afro-Americano (IAA), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), da Unesco e do Unicef se reuniram em Punta del Leste, Uruguai, de 14 a 16 de setembro. O objetivo desta reunião foi discutir os meios e a forma de aprofundar a cooperação entre os países do sul da África e da América Latina.

2. Apesar da importância econômica de cada uma destas regiões e de sua ampla experiência na esfera social, política e cultural, os participantes reconheceram que as relações horizontais entre as duas regiões precisam ser melhoradas. Também assinalaram que existe um limitado conhecimento mú-

tuo devido à falta de informação sobre as oportunidades de colaboração em muitas áreas, particularmente nas de comércio, ciência e tecnologia, e cultura.

3. Na última década, a situação econômica e política nas duas regiões sofreu mudanças significativas. Pela primeira vez, a África do Sul tem um governo democraticamente eleito. Em muitos países de ambas as regiões, existe uma ênfase crescente na consolidação do Estado, no fortalecimento do papel do setor privado, das organizações não-governamentais, e das comunidades no processo de desenvolvimento sócio-econômico.

4. Os participantes concordam unanimemente em que o fortalecimento da cooperação entre as duas regiões deva ser prioritário.

5. Analisaram o contexto institucional para o desenvolvimento dessas relações horizontais e decidiram que é de grande importância criar o Instituto Afro-Latino-Americano que deve começar com uma estrutura permanente mínima, com custos operacionais realistas e sustentáveis.

6. Decidiram que o futuro instituto deverá dedicar-se imediatamente aos seguintes temas: difusão de informação relativa à área cultural, política e sócio-econômica; promoção do comércio e do investimento; e intercâmbio de experiências nas áreas acordadas de cooperação, identificando especialmente aquelas áreas que oferecem campo para programas e projetos de desenvolvimento imediato.

7. A reunião decidiu que o próximo encontro ocorrerá na Namíbia, em abril de 1995.



Pascual Mocumbi: “Deixar de lado a retórica”

# A integração ao alcance de todos



As oportunidades de exportação e importação, *joint ventures*, investimentos e acordos de produção. Todas as informações para compreender a implantação o funcionamento e a expansão do MERCOSUL. Revista do Mercosul. Uma revista mensal bilíngüe de integração latino-americana.

ASSINATURA ANUAL-ARGENTINA: \$48,00- PARAGUAY: G72,00 - URUGUAY: N\$ 76.800 - BRASIL: R\$44,00

PAGAMENTOS EM CHEQUE NOMINAL À REVISTA DO MERCOSUL  
EM SUA MOEDA NACIONAL.

Correspondência para:

Rua da Glória, 122/105 • Rio de Janeiro (CEP 20241) • Brasil • Fax: (5521) 252-8455 • Tel: (5521) 242-1957 • 222-1370

PRESENTE NA VIDA DA GENTE

# O Amanhã é nosso

Acreditar num futuro melhor é importante sim. Aliás, é muito mais que importante. É fundamental. O bem-estar de cada um depende da força e participação de todos.



**BANERJ**



BANCO DO ESTADO DO  
RIO DE JANEIRO S.A.

PRESENTE NA VIDA DA GENTE